

Francisco Aroldo Vasconcelos De Oliveira

**PROPOSTAS PARA O BRASIL DA  
PRÓXIMA DÉCADA.**

Porto Velho  
Edição do Autor  
2020

## PROPOSTAS PARA O BRASIL DA PRÓXIMA DÉCADA.

Direitos de edição reservado pelo autor.

Editor:

Franciso Aroldo Vasconcelos de Oliveira

Diagramação e capa:

Arthur Nogueira de Vasconcelos

Colaboração:

Beatriz Nogueira de Vasconcelos

Revisão de texto e gramática:

Camilla Nogueira de Vasconcelos

Impressão e acabamento:

RONDOFORMS IND. GRÁFICA EIRELLI-EPP

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, Francisco Aroldo Vasconcelos de  
Propostas para o Brasil da próxima década /  
Franciso Aroldo Vasconcelos de Oliveira. --  
1. ed. -- Porto Velho, RO : Ed. do Autor, 2020.

ISBN 978-65-00-05681-5

1. Brasil - Condições econômicas 2. Brasil -  
Desenvolvimento econômico 3. Brasil - Desenvolvimento  
socioeconômico 4. Desenvolvimento sustentável -  
Amazônia 5. Desigualdade social I. Título.

20-39273

CDD-330.981

#### Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Desenvolvimento econômico e reprodução  
da desigualdade : Economia 330.981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

# Sumário

APRESENTAÇÃO DO AUTOR	5
AGRADECIMENTOS	8
PRÉFACIO	10
A DOENÇA VEM DO MUNDO, A CURA VEM DE DEUS	11
ANO DA GRAÇA DE NOSSO SENHOR DE 2018	15
ANO DA GRAÇA DE NOSSO SENHOR DE 2019	51
ANO DA GRAÇA DE NOSSO SENHOR DE 2020	141
PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BRASIL NA PRÓXIMA DÉCADA	195



## APRESENTAÇÃO DO AUTOR

Chegamos ao ultimo ano dessa década e como é mesmo da nossa natureza humana, renovamos, apesar de muitos percalços, crises, doenças, quedas economicas e outras dificuldades, nossos sonhos, projetamos e desejamos um mundo novo; como seres impulsionados pela vontade de seguir em frente, buscando o que há de melhor no mundo e nas pessoas que o constróem (e às vezes, tentam destruir).

Vinte anos já se passaram deste novo 3º milênio da graça de nosso senhor e vemos que ainda há mesmo o que aprender; modos de convivência nas famílias, nas escolas, nas empresas, nos governos e em toda a sociedade civil, em todas as nações que formam este planeta. Somos, a bem da verdade, e, mesmo que muitos não creiam ou não aceitem, irmãos – estamos ligados pelo simples fato de sermos da mesma raça: humana. E isso não é pouca coisa, desde que sejamos maiores do que possamos pensar.

Com base nessa premissa, esta obra, despretenciosa de trazer à luz mais uma teoria mirabolante, ideologia economica ou social, registra apenas o trabalho de pesquisa e de observações de uma década inteira, as quais fui semeando por meio de falas, escritas, entrevistas nas rádios e nas TV aqui no estado de Rondônia, onde resido com a minha família há 28 anos. O resumo simples dessas ideias que carrego comigo estão nas ultimas páginas com o titulo desse novo livro.

São propostas de mudança no Estado, na economia (empresas) e na sociedade civil – em nós mesmos, indivíduos humanos que precisamos reverberar para a pretensa possibilidade de ver um novo Brasil; é realmente preciso aceitar que estas terras têm vocação mineral, rural e de promover com qualidade a sagra segurança alimentar dos povos que conosco comercializam.

Em 50 anos verificamos vários planos mirabolantes, vontades de acompanhar e de imitar outras nações mais antigas como aquelas na Europa ou mesmo de tentar abraçar tecnologias de nações como os Estados Unidos e o Canadá.

Mas o que verdadeiramente está posto em prova mais bem recente é que a terra e seus produtos primários são a nossa vocação; especialmente agora depois de duas crises econômicas mundiais e dado ao fato do vertiginoso crescimento populacional neste milênio.

O Brasil precisa de uma matriz de produção agropecuária com a prática de modelos sustentáveis e que gerem oportunidades de renda, trabalho e emprego em mais de 2.4 milhões de propriedades rurais, expandindo também e porque não dizer, legalizando e orientando práticas limpas de mineração naquelas paragens que guardam essa vocação.

Apenas com um olhar maduro, legal e com planos decenais de promoção do desenvolvimento poderemos reduzir as famigeradas desigualdades sociais que degradam a vida pela ausência de visão de futuro e por renda em níveis fora do contexto mundial de organização das cidades.

Realmente não é apropriado a uma nação de 220 milhões de habitantes que permaneçamos com 35 milhões de jovens sem ocupação regular, 65 milhões de pessoas à margem do consumo e da prosperidade econômica dessa terra tão rica.

Reverter a maldade interna de irmãos contra irmãos é dever sagrado de todos, no seu dia-a-dia e, mais ainda como objeto de preocupação e de trabalho do servidor público – seja ele concursado ou não, seja ele guindado a condição de representante eleito para mandatos de quatro anos ou mais, o sentido de prestar serviços ao público deve ser resgatado, como já foi nas décadas de 60 e 70.

Para os empresários e as questões tributárias resta um grande novo acordo, um novo contrato social para que as ilusões de tantos impostos e da sonegação venham a dar lugar a simplificação, redução de privilégios nas cortes locais e em Brasília DF e que o setor produtivo retome seu gosto real pelo progresso e pela altivez da produção e da venda pelos preços justos.

Uma das propostas que talvez seja mais complexas aqui nesta resumida obra é a de promover a criação de um ciclo de desenvolvimento de cidades sustentáveis na amazônia – muita gen-

te não compreenderá e outros tantos poderão até minimizar o ideal de ver edificadas esses núcleos de convivência humana com conceitos simplificados e regras de funcionamento (o que se perdeu nas cidades urbanizadas, mas ninguém quer reconhecer) a integração campo e vida urbana – o simples do cultivo da terra com práticas sustentáveis e o consumo e a convivência com as novas tecnologias. Aqui, em poucas linhas existe uma singela proposta de tentar um modelo para pequenas cidades localizadas no trajeto entre as capitais de RO e do AM.

Assim é esta obra. Resumida, fruto de anos de observações, viagens por todo o Brasil, ouvindo pessoas de várias posições e ideologias, autoridades compromissadas e outras nem tanto; anotando e vivendo pequenos projetos em pequenas cidades como foram as minhas experiências com o SEBRAE, o SENAI e o SENAR nos últimos 22 anos.

Espero que sirva a todos quanto sonham e querem colocar-se a disposição para a construção de um Brasil melhor para os nossos filhos e nossos netos.

Boa leitura.

## AGRADECIMENTOS

Permitam que eu possa inverter as sequencias nestes agradecimentos, o que não é comum em outras obras. Agradeço aos apoiadores e aos patrocinadores culturais desse volume: Propostas para o Brasil da próxima década; os quais estão mencionados em páginas destacadas e também na contracapa.

Agradeço aos meus filhos, Arthur, Beatriz, Camilla - a minha turma abc... - por me apoiar na diagramação, organização e preparação do livro e me desculpar por tempo que não estive ladeando com eles em razão desse trabalho e de outros que tenho exercido e desempenhado em Rondônia.

Agradeço a minha esposa Elisângela, a novinha do seu João e da dona Eremita; meu anjo, minha namorada, minha amiga e minha companheira de caminhada nesses mais de 30 anos - a minha princesa de sempre, alias, desde 1.988. Agradeço aos amigos e amigas, colegas de trabalho, irmãos e irmãs e todos os fraternos de todos os lugares por onde Deus me deu oportunidade de viver e de conviver - são muitos e moram todos em minhas boas lembranças e no meu coração, graças a Deus, são muito condescendentes com as minhas inúmeras falhas.

Agradeço aos meus professores e professoras, todos eles; pois sem conhecimento e sem orientação não conseguiria caminhar, trabalhar e nem abrir os meus olhos para o universo do conhecimento e do amor.

Agradeço ao meu pai, senhor Francisco Paulo de Oliveira, o capitão do Buriti por suas orações sinceras.

Agradeço a minha mãe Dona Erani Vasconcelos de Oliveira, educadora no Maranhão e profissional de saúde no Ceará, por sempre ter-me impulsionado com seus exemplos de sinceridade, simplicidade, honestidade, amor e dedicação; ela sempre me apoiando em todos os meus projetos, incondicionalmente, desde 1.970 quando eu ainda estava na sua barriga - ela é a minha rai-



nha desde sempre.

Agradeço a Sagrada Família de Nazaré, José, Maria e Jesus por trazerem para a humanidade as luzes do amor, da fé e da boa consciência de que somos mais e melhores do que imaginamos ser; e, agradeço ao nosso Deus-Pai-e-Criador pelo maravilhoso presente que me deu: a vida e a oportunidade dessa minha existência no mundo.

Gratidão.

Gratidão.

Gratidão.

## PRÉFACIO

Para meu filho com muito carinho  
para que você possa cada vez mais  
aperfeiçoar sua felicidade,  
De sua mãe que te tem muito  
amor e carinho.

Deus me presenteará você, meu  
sentido de vida.

Parabéns por mais  
essa linda data

Te amo

Erani

09-04-2015

### *Em memória.*

**Erani Vasconcelos de Oliveira** nasceu em 02.01.1949 na fazenda boca da mata, distrito rural da cidade de Buriti do Maranhão e morreu em Porto Velho capital do estado de Rondônia em 02.07.2019.

## A DOENÇA VEM DO MUNDO, A CURA VEM DE DEUS

Cópia da carta escrita por Abgaro, Toparca, a Jesus e enviada a Jerusalém pelo mensageiro Ananías. "Abgaro Ucama, toparca, a Jesus, o bom salvador que surgiu na região de Jerusalém, saudações: Tem chegado a meus ouvidos notícias acerca de tua pessoa e de tuas curas, que, ao que parece, realizar sem empregar remédios ou ervas, pois pelo que se conta, fazes com que os cegos recobrem a visão e que os coxos andem; limpas os leprosos e retiras espíritos impuros e demônios; curas os que estão atormentados por longa enfermidade e ressuscitas mortos.

E eu, ao ouvir tudo isso de ti, pus-me a pensar que, de duas possibilidades uma: ou és Deus, que descendo pessoalmente do céu realizas estas maravilhas, ou és filho de Deus, já que fazes tais obras. Este é, pois, o motivo para escrever-te rogando-te que te apresses a vir a mim e curar-me do mal que me aflinge. Porque também tenho ouvido que os judeus andam murmurando contra ti e querem fazer-te mal. Muito pequena é minha cidade, mas digna, e bastará para os dois"

Esta é a carta que Abgaro escreveu, iluminando então por um pouco de luz divina.

Mas será bom que escutemos a carta que Jesus enviou a ele pelo mesmo correio, carta de poucas linhas, mas de muita força, cujo teor é o que segue:

Resposta de Jesus a Abgaro, Toparca, por meio do mensageiro Ananías.

"Bem-aventurado tu, que creste em mim sem ter me visto. Porque de mim está escrito que os que mi viram não crerão em mim, e que aqueles que não me viram crerão e terão vida. Mas, acerca do que me escreves de ir para junto de ti, é necessário que eu cumpra aqui por inteiro minha missão e que, depois de havê-la consumado, suba novamente ao que me enviou. Quando tiver subido, te mandarei algum de meus discípulos, que sanará tua doença e trará a vida a ti e aos teus "A estas cartas estava anexa-

do ainda, em siríaco, o seguinte: “Depois da ascensão de Jesus, Judas, chamado também Tomás, enviou-lhe como apóstolo a Tadeu, um dos setenta, o qual chegou e se hospedou na casa de Tobías, filho de Tobías. Quando se espalhou a notícia sobre ele, avisaram a Abgaro que havia chegado ali um apóstolo de Jesus, como tinha sido descrito na carta.

Começou pois Tadeu, com o poder de Deus, a curar toda enfermidade e fraqueza. Ao ponto de todos se admirarem. Mas, quando Abgaro ouviu falar dos prodígios e maravilhas que operava e de que também curava, veio-lhe a suspeita de se seria o mesmo do qual Jesus falava na carta, ali onde dizia: quando tiver subido, te mandarei algum de meus discípulos, que sanará tua doença.

Fez pois chamar a Tobías, em cuja casa se hospedava, e lhe disse: Tenho ouvido dizer que veio certo homem poderoso e que se aloja em tua casa. Traga-o a mim. Foi-se Tobías para junto de Tadeu e lhe disse: O toparca Abgaro mandou chamar-me e me ordenou que te levasse até ele para que o curse; e Tadeu respondeu-lhe: Subirei, posto que fui enviado a ele com poder.”

“No dia seguinte Tobías madrugou, e tomando consigo a Tadeu, foi até Abgaro. Entrou Tadeu, estando ali presente de pé os nobres do rei, e no momento de fazer sua entrada, uma grande visão apareceu a Abgaro no rosto do apóstolo Tadeu. Ao vê-la, Abgaro se prosternou ante Tadeu, deixando em suspenso todos os que o rodeavam, pois eles não haviam contemplado a visão, que só se mostrou a Abgaro.

Este perguntou a Tadeu: És tu em verdade discípulo de Jesus, o filho de Deus, o que me disse: te mandarei algum de meus discípulos que te curará e te dará vida? E Tadeu respondeu: Porque é muito grande a tua fé naquele que me enviou, por isso fui enviado a ti. E se ainda crês nele, segundo a fé que tenhas, assim verás cumpridas as súplicas de teu coração.

E Abgaro respondeu-lhe: de tal maneira cri nele, que quis tomar um exército e aniquilar os judeus que o crucificaram, se não me tivesse feito desistir o medo ao Império romano. E Tadeu lhe dis-

se: Nosso Senhor cumpriu a vontade do Pai, e uma vez cumprida, subia ao Pai.

Disse-lhe Abgaro: Também cri nele e em seu Pai, e Tadeu disse: Por isso vou pôr minha mão sobre ti em seu nome. E assim que o fez, no mesmo instante curou-se o rei de sua enfermidade e das dores que tinha.

E Abgaro se maravilhou, porque tal como tinha ouvido dizer sobre Jesus, assim acabava de experimentar de fato por obra de seu discípulo Tadeu, que o tinha curado sem remédio nem ervas. E não somente ele, mas também a Abdon, filho de Abdon, que sofria de gota e que, aproximando-se também de Tadeu, caiu a seus pés, suplicou com suas mãos e foi curado. E muitos outros concidadãos curou Tadeu, operando maravilhas e proclamando a palavra de Deus.

Depois disso disse Abgaro: Tadeu, tu fazes estes milagres com o poder de Deus, e nós ficamos maravilhados. Mas eu te rogo que também sobre seu poder: em virtude de que poder operava ele os prodígios de que ouvi falar. E Tadeu respondeu: Agora guardarei silêncio. Mas amanhã, já que fui enviado para pregar a palavra, convoca em assembleia todos teus concidadãos. E eu pregarei diante deles, e neles sementearei a palavra da vida: sobre a vinda de Jesus: como foi; e sobre sua missão: por que Pai o enviou; e sobre seu poder, suas obras e os mistérios de que falou no mundo: em virtude de que poder realizava isto; e sobre a novidade de sua mensagem, de sua humildade e humilhação: como se humilhou a si mesmo depondo e reduzindo sua divindade, e como foi crucificado e desceu ao Hades, e fez saltar o ferrolho que desde sempre prevalecia e ressuscitou mortos, e como, tendo descido só, subiu a seu Pai com uma grande multidão.

Mandou pois Abgaro que ao amanhecer se reunissem todos seus cidadãos e que escutassem a pregação de Tadeu, e ordenou que lhe dessem ouro e prata sem poupar. Mas ele não o aceitou e disse: Se deixamos o nosso, como poderíamos tomar o alheio?

Corria o ano de 340.

Baste para o momento este relato, que não será inútil, traduzindo literalmente da língua siríca.

**ANO DA GRAÇA DE  
NOSSO SENHOR DE 2018**



*Salmo 18,02*

*O Senhor é a minha rocha, a  
minha fortaleza e o meu libertador;  
o meu Deus é o meu rochedo,  
em quem me refugio.  
Ele é o meu escudo e o poder que me  
salva, a minha torre alta.*

Quarta-feira, 6 de junho de 2018

## **Prateleiras de junho para as escolhas de julho**

Nesse mês de festas juninas é regra; apesar das mudanças no atual calendário eleitoral, que os candidatos, ou os pré-candidatos, como reza a lei eleitoral, se coloquem nas prateleiras dos meios de comunicação social para que os partidos com maior representação possam visualizar as possibilidades de acordos e composições do mês de julho.

Curiosamente em julho é recesso parlamentar e nesse período os caciques dos partidos políticos estão exatamente em suas bases para que esses acordos sejam pranteados e muitas vezes costurados.

Para os partidos menores é esse o mês da corrida às rádios, inúmeras reuniões, participações em programas de TV, visitas para inúmeros correligionários e aqueles almoços e jantares; caso contrário ocorre aquilo que mata projetos em seus ninhos.

Afinal de contas quem não é visto não é lembrado.

Com o cenário nebuloso para todos os partidos, grandes e pequenos e os “novos” e os renovados - ao menos nos nomes de suas siglas, não há nada de certo.

Aliás o país passa mesmo esse ano de 2018 por mais e novas incertezas; portanto o que mais é urgente para os escritórios e os planejadores de campanhas é colocar imediatamente seus produtos (candidatos a candidatos) nas prateleiras, e com uma certa urgência.



Sexta-feira, 6 de julho de 2018

## Plataformas privadas de apoio social

O Brasil vem definindo socialmente desde meados do ano de 2014, curiosamente em relação aquele ano de eleições que modificaram muito os possíveis cenários para o fim desta década. Indefinições em todo o espectro político afetam enormemente o futuro de pobres e ricos.

Assim é que, apesar de termos uma carga tributária enorme, estão surgindo no país necessidades de investimentos sociais para conter a abissal diferença entre os polos motores da economia - trabalhadores (e desempregados) e os empreendedores e empresas já consolidadas, pois somos todos uma nação de mais de 200 milhões de pessoas na empreitada de realizar os seus sonhos de vida, profissão, família e também de espiritualidade - vida plena.

O governo tem a sua agenda social definida por Lei, mas as suas dívidas, tanto interna como externa estão determinando ações não positivas e muitas vezes não populares ultimamente em razão de um período perdulário. Os ricos muitas vezes não se sentem a vontade para colaborar com fundos de investimentos sociais em razão de desmandos governamentais, despesas maiores que as receitas e também em razão de gestão temerária e altos índices de corrupção.

Existem investimentos sociais de grandes empresas e governos mundiais em projetos sociais, mas aqui no Brasil é muito importante que os menos desafortunados possam dar a sua contribuição. Assim é que clubes de fundos privados solidários estão começando a reunir recursos para prover complementarmente ao Estado atividades relacionadas com saúde, alimentação e atividades esportivas e de capacitação para o empreendedorismo popular.

É assim que surge em várias localidades do país ações de formação de fundos privados solidários.

Portanto fica aqui o convite e possíveis filantropos e empresá-

rios com pensamento de social e caridade, por favor procure em sua cidade um desses clubes de investimentos sociais e contribua para o bem do Brasil e de sua cidade.

Terça-feira, 24 de julho de 2018

## **Abate de bovinos em Rondônia, vai muito bem, obrigado**

As plantas frigoríficas e os criadores de animais para o abate em Rondônia obtiveram excelentes resultados ao longo do ano de 2017. Os números do desempenho desse setor retomaram posições perdidas em 2015 e 2016 quando da baixa dos preços da arroba, em situações estranhas de “movimentos de mercado”, que resultaram no fechamento de plantas industriais naquela época nebulosa.

Hoje a perspectiva é bem outra.

O mercado ressurgiu em 2017, mas já agora em 2018, em razão de instabilidades internas brasileiras, alguns estados tem sinalizado desde abril quedas no abate e nos negócios com o boi.

Mas, reforço que o ano passado foi positivo para o produtor rural na pecuária de corte. Nas 11 unidades de abate instaladas aqui nas terras do Marechal que têm com o selo federal (SIF) foram abatidos 2.686.000 bovinos que resulta em termos brutos um negócio de aproximadamente R\$ 5 bilhões de reais.

A exportação de carne com o selo do boi verde de RO gerou um volume financeiro de Mais de U\$ 560 milhões. Em breve divulgaremos os resultados desse primeiro semestre de 2018 com o tom de torcer para que o agronegócio continue forte neste segmento.

Apenas para registro social, nas plantas industriais de RO são mais de 9 mil empregos diretos com carteira assinada

Quinta-feira, 9 de agosto de 2018

## **Lançamento da 3ª edição da feira PORTOAGRO**

Foi na quinta-feira passada, dia 02, portanto a oito dias atrás que no auditório do SENAC Esplanada, na capital de Rondônia reuniu-se agricultores, produtores rurais, pecuaristas, empreendedores do meio rural e urbano da cidade centenária com os representantes do governo e da prefeitura municipal para o lançamento oficial da 3ª. Edição da FEIRA PORTOAGRO.

Agora em novo local, com a coordenação geral da secretaria municipal SEMAGRIC e todas as parcerias das outras edições realizadas em 2015 e 2016 no velho conhecido Parque dos Tanques. A FEIRA PORTOAGRO é na verdade o esforço desde 2014, quando foi elaborado o projeto original, do produtor rural e do pecuarista de Porto Velho em divulgar seu trabalho e seus produtos, gerando a dinâmica motora da economia do agro em todas as suas possibilidades.

Porto Velho e os quatro municípios dessa região norte de Rondônia estão, no setor rural, embasadas em quatro pilares: criação e abate de gado de corte (1,65 milhões de cabeças), produção de leite (179 mil litros/dia), piscicultura (20 mil toneladas), fruticultura e as atividades agricultura de beirada do Rio Madeira e seus afluentes que abastecem as mesas de mais de 100 mil famílias residentes e outras 100 mil pessoas da chamada população flutuante (negócios e turismo) - o que movimenta os bares, lanchonetes, restaurantes e hotéis na capital.

A FEIRA PORTOAGRO 2018 em novo local, na BR 364 vai promover certamente uma impulsão no setor nesse segundo semestre. A previsão de crédito rural para mais de 200 projetos deve sair em setembro e girar em torno de mais de R\$ 100 milhões de reais.

É a força do campo na capital e será realizada de 29 de agosto ao

dia 1º de setembro. Os reflexos de arrecadação para o Estado em termos gerais e compondo os diversos itens da cesta fiscal além do ICMS deverá ficar em torno de 20 milhões de reais que chegam aos cofres no final de setembro e meados de outubro.

Nessa época ali adiante, vamos dar a palavra a SEMFIN e a SEFIN para a possível confirmação.

Quarta-feira, 15 de agosto de 2018

## **Dia do Marista é comemorado em todo o Mundo**

Fundado em 1817, na França, por São Marcelino Champagnat, o Instituto dos Irmãos Maristas promove a evangelização de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Presente em mais de 80 países, a ação marista mantém escolas, universidades, unidades sociais, centros de evangelização, editoras, veículos de comunicação e hospitais. São aproximadamente 3.500 Irmãos que partilham suas tarefas de maneira direta com 72 mil Leigos, beneficiando mais de 654 mil crianças.

No Brasil, os primeiros Irmãos Maristas chegaram em 1.897. O Brasil Marista está presente em 23 estados e no Distrito Federal. São 98 cidades brasileiras, mais de 27 mil Irmãos, Leigos, Leigas e colaboradores, mais de 80 mil alunos distribuídos em unidades de educação básica.

São mais de 58 mil alunos em unidades de ensino superior e mais de 2 milhões atendimentos somente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A Rede Marista é fruto dessa história, e hoje dá continuidade a um legado bicentenário graças à dedicação de mais de 10 mil pessoas.

Os chamados Maristas estão presentes em 17 cidades do Rio Grande do Sul, cinco da Região Amazônica e em Brasília-DF. Estados que tem a presença Marista: AMAZONAS, ACRE, RORAIMA, RONDÔNIA e MATO GROSSO, bem como pela atuação missionária e pastoral em diversos municípios.

O carisma pela educação infantil, assistência social e pela saúde com tratamento alternativo e milenar - cura pelas plantas e pela alimentação saudável.

A vida de Marcelino Champagnat e a fundação do Instituto Marista estão intimamente relacionadas à Maria. A vida da mãe de

Jesus e seu exemplo inspirou o modo de Marcelino viver a missão. A espiritualidade deixada por São Marcelino Champagnat é mariana e apostólica. Brota do amor de Deus, cresce pelo dom de nós mesmos aos outros e nos conduz ao Pai. Como para Maria, Jesus é tudo em nossa vida. Nossa ação, como a de Maria, permanece discreta, delicada, respeitosa para com as pessoas.

A devoção de São Marcelino Champagnat à Maria Santíssima vem do berço. Nos joelhos da mãe e da tia, religiosa, aprendeu a amá-la e invocá-la. Ao fundar sua comunidade religiosa, deu-lhe o nome de 'Irmãozinhos de Maria'. Nas primeiras casas dos irmãos, austeras e simples, havia o crucifixo e a imagem de Maria sempre presente.

A nova casa, conhecida como Notre Dame de l'Hermitage, foi considerada obra do amor e da proteção de Maria, conserva ainda hoje as características originais, e é lembrada como berço do Instituto. Entre as várias estátuas de Maria que o padre Marcelino Champagnat teve com ele, a conhecida Boa Mãe o acompanhou desde o nascimento da Congregação Marista. A original, que preside atualmente a capela o Conselho Geral dos Maristas em Roma, é uma estátua de gesso, policromada com muita paciência e maestria. Representa a virgem Maria como mãe com o menino Jesus dormindo em seus braços.

“Lembraí-vos de que sois irmãos, que Maria é vossa mãe comum e que sois todos chamados à mesma herança que é o céu.”

São Marcelino Champagnat.

Quarta-feira, 22 de agosto de 2018

## **Propostas para o Brasil da década de 2020**

Aos amigos leitores dessas minhas escassas e humildes linhas que tentam falar sobre economia e cidadania, sempre com o pensamento de provocar ou participar de uma possível mudança social em nosso amado país; solicito mais uma vez sua paciência e atenção para cinco artigos sequenciados que meu editor permitiu apresentar como singelas contribuições para o bom debate sobre o nosso futuro na próxima década que se avizinha. Dividi para melhor entendimento os artigos que serão publicados sempre aos sábados aqui na minha coluna no Gente de Opinião.

- 1.0 - Mudanças necessárias no Imposto de Renda;
- 2.0 - Extinção de benefícios no setor público e privado (novo pacto social);
- 3.0 - Saída do Estado de assuntos de Mercado e de Terceiro Setor;
- 4.0 - Igualdade nacional de alíquotas no ICMS e no ISS;
- 5.0 - Retorno dos Planos de Desenvolvimento Nacional e Regional.



## Propostas para o Brasil da próxima década

Prezados leitores, bem vindos a primeira leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual em distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

### 1.0 - Mudanças necessárias no Imposto de Renda.

Os institutos públicos e privados de análise econômica e social, onde trabalham vários cientistas sociais, têm alertado desde o ano de 2012 sobre a importância de o governo central (Brasília-DF) promover correção na atual tabela do imposto de renda (IR) como forma de desafogar a classe média e colocar maior poder de compra e consumo nos orçamentos das famílias.

Essas análises são importantes e apontam, desde o início desse exercício (2018), para uma necessária correção em torno de 30 por cento; isto feito as margens e os valores de salários são elevados e uma parcela da sociedade vai deixar de contribuir. Os técnicos do governo federal defendem a permanência desses valores apenas por terem conhecimento diário do déficit da União e guardar uma preocupação com a liquidez e a manutenção de benefícios.

Perfeito, mas o que ocorre é que continuando assim nenhum dos lados sai ganhando e a União segue deficitária e os políticos desavisados que chegam às posições de comando não tem infelizmente demonstrado a devida sensibilidade para prever o colapso iminente. Portanto, nessa proposta aqui desenho uma coisa simples de realizar e complexa ao mesmo tempo; porque impõe pensar diferente dentro de uma nova realidade.

Ocorre que o imposto de renda (IR) é atualmente uma espécie de empréstimo cidadão do povo para o governo; isso na medida

em que muitos de nós, no momento de sua declaração tem a possibilidade de, ao entrar na tabela e nas regras atuais, receber no ano subsequente um valor conhecido como devolução - o que é ilusão monetária para muitos.

Pensa comigo, é ilusão e também um benefício para alguns contribuintes em detrimento de outros; porque na essência, imposto não deveria ter devolução; posto que, pelo princípio básico constitucional, a prestação dos serviços é naturalmente a forma do governo devolver para a sociedade aquilo que arrecada.

Com esse pensamento digo que o IR pode ser destinado a todos os empregados públicos e privados com uma alíquota distribuída em tabela de apenas quatro níveis de salários, sendo que o primeiro nível seja e que não exista mais o instituto da devolução - imposto pago, governo devolve com serviços de qualidade.

Tabela de recolhimento mensal nível renda bruta percentual:

01	Até R\$ 3.000,00	ISENTO
02	De R\$ 3.001,00 a 5.000,00	7,5%
03	De R\$ 5.001,00 a 10.000,00	15%
04	Acima de R\$ 10.001,00	20%

A inovação que podemos oportunizar de maneira que o agente público fique tranquilizado quanto aos níveis de arrecadação é que o IR, a partir desta proposta, também seja dirigido a atividade parlamentar em todos os níveis com alíquota única de 20% e que também os empreendedores e os empresários de todos os setores da economia que recebam proventos mensais de suas atividades em valores acima de 11 salários mínimos nacionais também possam contribuir mensalmente com 10% desse valor; o governo federal, a partir da aprovação de legislação específica deverá criar as formas necessária de recolhimento do imposto e prover a efetiva fiscalização em todo o território nacional.

A União ganha em eficiência e redução de trabalho na medida

em que as regras de dedução e aquelas incômodas declarações não-simplificadas serão mais objetivas e o contribuinte saberá que não terá mais o direito de restituição e que os novos percentuais cabem em seus orçamentos com percentuais simples de absorção e compreensão.

Cabe a secretaria do tesouro nacional (STN) as devidas projeções quanto a sustentabilidade da proposta; mas será preciso que aceitem pensar sob a ótica de um novo cenário, novas regras e comportamento, tanto dos agentes arrecadadores como dos contribuintes.

## Propostas para um novo Brasil

Prezados leitores, bem vindos a segunda leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

### 2.0 - Extinção de benefícios no setor público e privado (novo pacto social):

Começamos o mês de setembro desse ano irrevogável de 2018, existem propostas de todas as cores, e mesmo sem cores pipocando em todo lugar; mas eu, como bom cristão e brasileiro, continuo aqui, rogando a sua leitura e paciência em desenvolver críticas e colaborações às minhas mais humildes proposituras.

Olha, o Brasil está mesmo precisando de um novo pacto social, não é brincadeira o que vem ocorrendo com os líderes institucionais desde o ano de 2013 e 2014; são muitas mudanças ocorridas em meio a tempestades ideológicas e divisão do antigo consenso - sem falar que muitas regras estão sendo quebradas e ou mal justificadas ou até mesmo mal conduzidas. Anda um caos essa questão da institucionalidade brasileira, operadores da justiça, do poder executivo e do poder legislativo se estranhando e se depauperando em meio aos holofotes das mídias sociais.

Enquanto tudo isso acontece, o mundo e os brasileiros assistem perplexos planos de nada, projeto de nove vezes fora e programas de promoção do desenvolvimento parados no tempo e no espaço.

Mas vamos a proposta física e possível de buscar alternativas na redução do famigerado CUSTO BRASIL, onde há exatos 24 anos muito doutores discutem e nada fazem.

Quem puder observar o sistema tributário de países aqui mesmo do bloco ocidental - America, pode ver que o Brasil de longe é

o que mais cobra e arrecada de seu povo e muitas vezes é o que menos distribui dividendos sociais por meio dos serviços públicos e da qualidade desses serviços.

A renda nacional é astronômica e os salários e benefícios e toda a sorte de adicionais a esses salários do setor público também alcanças as estratosferas. Isso não tem sustentabilidade.

No setor privado os salários são achatados e na verdade o que ocorre é um patrocínio do Estado na relação desconfiada entre empresários e trabalhadores - adocicada nos últimos 14 anos por questões iminentemente ideológicas que na prática não trazem renda e nem prosperidade para as famílias.

O Novo Pacto Social que o Brasil precisa colocar em prática é suspender por 10 anos todos os benefícios e agregados salariais no nível do Estado (especialmente aos cargos públicos de todas as estruturas da União) e do lado dos salários privados nacionais retomar os pisos nacionais por setor. Um valor mínimo para os salários da indústria, outro para a construção civil, outro para o setor primário, outro mínimo para o setor comercial e de serviços; calculando esses pisos mínimos para e elevar a media da massa atual de salários em pelo menos 20%.

Para contrabalancear isso é preciso que os servidores públicos possam entrar com a sua parte, bem como os trabalhadores privados. Revogar por 10 anos o recolhimento de PIS, COFINS e FGTS e PASEP. Nenhum deles deverá ser mais presente nas planilhas e custos e de formação de preços.

Dessa forma reduz-se o custo dos salários na formação dos preços e aumentando a renda do setor privado aumenta o consumo.

É uma proposta deveras forte, concordo, mas não se faz um bolo repartir com todas as famílias se não quebrar ovos, ligar o forno no tempo certo e na temperatura certa e sem bater a massa com profissionalismo e exatidão.

Trata-se de um novo Pacto Social.

É mudança mesmo.

Esperança de dias melhores.

## Propostas para um novo Brasil

Prezados leitores, bem vindos a esta terceira leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

3.0 - Saída do Estado de assuntos de Mercado e de Terceiro Setor: Os cientistas sociais, especialistas e estudiosos convencionam dividir a sociedade contemporânea em três setores bastante específicos, quais sejam: o Estado, como o primeiro setor, o Mercado, como o segundo setor e a sociedade civil organizada, como o terceiro setor; e nessa divisão está o papel e a razão de ser de cada um, ditando por via de regras, legislação e tradição cultural o desígnio de cada qual.

Ora, para que haja prosperidade e harmonia, dentro de um contrato social expressamente definido e também de relações contextuais, a cada setor dessa sociedade cabe valores, conceitos, preceitos e uma dinâmica que os une para o progresso e para o desenvolvimento social e econômico com a devida sustentabilidade, o que nos últimos anos não ocorre no Brasil.

O que temos visto desde os primeiros anos deste terceiro milênio por aqui é o Estado nacional presente em assuntos de Mercado e também em assuntos da sociedade civil organizada, sempre como o pai de tudo e a mãe de todos.

Os governos devem ter suas funções e nada de extrapolar, diminuindo as responsabilidades de empresas e de associações privadas, por exemplo em relação a processos de voluntariado, empreendedorismo e atividades complementares que não são (e estão previstas na Constituição Federal) de sua seara.

O Estado no Brasil é enorme e intrometido, quando não, extrovertido a ponto de caminhar na linha do setor empresarial e na linha da filantropia e da caridade, tentando por assim dizer: estar em tudo e em todos os lugares.

Reduzir a presença do governo em projetos privados é importante para o crescimento dos sonhos individuais e coletivos (cooperativas) de progresso das famílias, por exemplo o Estado precisa desonerar o emprego formal e reduzir impostos e sair de setores econômicos desde ontem.

Por outro lado, o Estado precisa desenvolver com o poder legislativo um marco legal menos burocrático e mais aberto para as associações e fundações que desempenham atividades complementares e que podem gerar milhões de empregos na medida em que as organizações civis podem trabalhar com saúde, educação, transporte, cultura, lazer e filantropia, mas sem a incômoda tutela e vigilância de seus técnicos e burocratas que dificultam o avanço do serviço de qualidade na proteção de direitos e de políticas públicas.

É muito importante que esses três setores possam abraçar cada qual o seu perfil de atuação e que a soma de suas missões possa construir um cenário de melhor prosperidade e divisão de responsabilidades para a próxima década.

O próximo presidente da República terá essa possibilidade na medida em que pautar sua agenda em assuntos de Estado, deixando às empresas o que sabem fazer e às associações e fundações o apoio para o crescimento e o profissionalismo em bem servir.

## Propostas para um novo Brasil

Prezados leitores, bem vindos a esta terceira leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

### 4.0 - Igualdade nacional de alíquotas no ICMS e no ISS

Há muitos anos que no país todo os burocratas de governo destacam o debate e o embate sobre uma reforma fiscal e algumas pistas sobre redução ou unificação de impostos é colocada nas mesas, mas na prática, ninguém consegue reduzir os gastos públicos; apenas empurrando com a barriga para os próximos gestores. E a coisa segue, agora, quase, insustentável.

A dívida pública em cinco ou seis anos ficará insolúvel se não houver as necessárias mudanças.

O cerne da questão é acabar com a guerra fiscal entre estados e regiões e unificar uma alíquota nacional para o ICMS que é arrecadado pelos governadores e também o ISS que é arrecadado pelos prefeitos.

Não é mais condizente que por razões pouco fáceis de se explicar tenhamos nas 27 unidades da federação várias alíquotas para o mesmo imposto (ICMS), uma alíquota nacional de 11% além de trazer o benefício da redução do custo Brasil, facilita o trabalho dos contadores, dos fiscais fazendários e de toda a gama de micro, pequenos, médios e grandes empresários.

A mesma ideia se aplica ao imposto municipal do ISS onde por causa de 1 ou de dois pontos percentuais, profissionais e empresas prestadoras de serviços promovem disputas entre as tabelas



dos preços desse imposto.

É mesmo preciso simplificar as coisas.

E ajudar mais as prefeituras na sua arrecadação; um imposto ISS de 5% (cinco por cento) em todos os municípios certamente que promoverá melhor o caixa dos alcaides e aí teremos, na sequência da implantação desse projeto que ampliar mais apenas as fiscalizações nesse novo volume de recursos arrecadados. Simples assim.

Nada mirabolante e nem recheado de tabelas progressivas.

## **Retorno dos planos de desenvolvimento regional e nacional**

Prezados leitores, bem vindos a este quinto e último artigo sobre as propostas para um novo Brasil, os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

### 5.0 – Retorno dos Planos de Desenvolvimento Regional e Nacional:

O Brasil parou desde 2014, em relação a tantas coisas, em especial a capacidade do poder executivo (União) em colocar os projetos e programas de desenvolvimento para rodar.

Na estrutura organizacional desse poder em Brasília-DF temos entre tantos ministérios o de planejamento e orçamento e ainda o ministério da integração nacional que tem por exemplo na sua estrutura uma secretaria nacional do desenvolvimento regional.

Tudo parado.

Os técnicos e os projetos não decolaram desde o exercício fiscal do ano de 2015 e em 2017; após as mudanças ocorridas no Palácio do Planalto, estes também ficaram sem muita, digamos, atividade.

Estamos em recessão política e administrativa.

Estamos em disputa desde esse tempo.

Ignominia nacional, um país ficar mais de 40 meses se dedicando apenas ao debate incansável e insolúvel do resultado das urnas e das “pedaladas fiscais”, ocorridas ou não, entre um mandato e outro.

Resultado: paralisia e retrocesso.

Leia-se: desemprego, concentração de renda, desindustrialização e, de novo... eleições. Caros leitores dessa coluna, é urgente que o Brasil retorne a lucidez técnica e produtora dos grandes projetos, posto que o país é de dimensões continentais e seus tesouros regionais merecem bons gestores, com visão continental.

Um país tão grande e tão rico não deveria estar mergulhado há tantos meses nessa disputa colorida e com os programas de desenvolvimento estagnados. Enquanto se discutiu de janeiro de 2015 a dezembro de 2017 o sexo dos anjos virtuais anacrônicos, a economia reduziu e os estados sem o azeite divino da boa vontade e do trabalho concentrado em resultados, feneceu.

Retomar as políticas nacionais, os projetos de desenvolvimento e comércio das nossas vocações e pautar uma reforma tributária e um NOVO CONTRATO SOCIAL é urgente.

Estamos entrando na próxima década sem norte e isso é extremamente perigoso, a menos que alguém queira realmente dividir geograficamente o Brasil e deixar que iniciem aqui sete ou oito novas nações, teremos que retomar os planos nacionais e os programas de desenvolvimento regional - com urgência, chega de piadas de mal gosto, chega de "mimimimi", chega de discutir coisas que não elevam - chega de manipulação de todos os lados, chega de infância patriótica e discursos de ódio e divisão. Vamos retornar ao pragmático, ao desenvolvimento social e econômico; vamos trabalhar e produzir, gerar emprego e renda para as famílias e realizar o sonho de todos: progresso e prosperidade com felicidade e segurança.

É disso que os mais de 214 milhões de brasileiros precisam.

Quinta-feira, 4 de outubro de 2018

## **Que seja uma semana de paz e decisão democrática**

Estamos na primeira semana do mês de outubro do ano de 2018, a segunda década desse milênio terceiro de nosso senhor Jesus Cristo sinaliza para o Brasil e para a América novos tempos. Nos últimos vinte anos muito tem acontecido nas democracias da América; fatos sociais, econômicos e comerciais vem construindo novas relações e novos conceitos no Canadá até o Uruguai, fenômeno dessa velocidade acelerada de novas tecnologias e também de transformações de conceitos pessoais e coletivos sobre as sociedades e seus costumes.

A liberdade e as liberdades estão em pauta minuto a minuto nas plataformas de mídias sociais como o Instagram e o Facebook, sendo que até eleições de nações centenárias estão sendo pautadas por fake news - a malandragem humana por via bits e pelo voto eletrônico.

Aqui no Brasil hoje dia 04 de outubro está no calendário eleitoral uma porção de pode... não pode; e no calendário religioso o destaque é para São Francisco, fidalgo italiano que no início do século 13 largou a riqueza e viveu os conceitos de Cristo com os animais, as crianças e os pobres - construindo além de igrejas de pedras com as próprias mãos, construindo um conceito novo para o homem novo do segundo milênio.

Que conceitos novos estamos nós, eu e você, construindo para este terceiro milênio? O que vamos deixar em breve para os nossos filhos e netos? Mas de volta a questão política e atual no nosso amado Brasil, faltam apenas três dias para que os eleitores que comparecerem no domingo possam definir um novo cenário para este país conturbado desde 2013/14...

Em tempos de tantas demonstrações digitais, nas redes sociais de nossa irritação, nossa incompreensão, nossas disputas, nossas mentiras, logros, malfeitos, meias-verdades e tantos pecados, é

bom lembramos a mensagem de São Francisco de Assis.

Ainda que soe estranho aos nossos ouvidos sujos e que pareça esquisito aos nossos olhos embaçados, vamos recordar ainda que apenas no dia de hoje - uma questão simples e tão concreta, tão forte e ainda necessária: "Se uma coisa, ou acontecimento ou sentimento, ou escolha lhe custar a sua paz e a de sua família, pare! Por favor, pense e repense, o preço pode ser caro demais."

Por favor, prime pela paz e pelo caminho do meio, como fazem os orientais há milênios e como ensina o próprio Cristo e seus santos seguidores como Francisco de Assis.

Nada supera o dialogo e a democracia, a educação e a cultura calcados na conquista de direitos, mas no compromisso com os deveres - virtudes para as sociedades tecnológicas e sustentáveis desse terceiro milênio que na verdade, apenas começou.

Quinta-feira, 18 de outubro de 2018

## **A esquizofrenia zumbílica polarizada, de novo**

Diz os dicionários o seguinte sobre esquizofrenia: A primeira descrição detalhada do grupo de quadros que hoje chamamos de “esquizofrenia” foi feita por Kraepelin, por volta do início do século XX. Kraepelin denominou este transtorno de “dementia praecox” (“demência precoce”), porque ocorria uma degeneração do funcionamento mental (“demência”), basicamente em indivíduos jovens (“precoce”).

Sobre zumbis, os mesmo dicionários dizem o que segue: é uma criatura cujo estereótipo se define, nos livros e na cultura popular, como um cadáver reanimado usualmente de hábitos noturnos, que vive a perambular e a agir de forma estranha e instintiva; um morto-vivo; um ser privado de vontade própria sem personalidade. Histórias de zumbis têm origem no sistema de crenças espirituais e nos rituais do vodu haitiano: segundo crenças populares, o vodu faz com que uma pessoa morta volte à vida à procura de vingança com aquelas pessoas que lhe teriam feito mal. Histórias contam sobre trabalhadores controlados por um poderoso feiticeiro.

Esses dois aspectos parecem ser recorrentes no Brasil, a primeira vez foi entre os anos de 2014 e 15 e agora de novo nesse ano, com possibilidades de se estender dessa vez até 2020, no mínimo.

Polarizada está, de novo.

Vimos o que ocorre depois de 18 ou 24 meses, possivelmente veremos novamente.

Uma excelente semana se aproxima para analisar bem os possíveis cenários do Brasil para os próximos 10 anos, tendo que fazer nossas escolhas.

Entre tantas possibilidades, entramos na corrida do segundo turno com a grande responsabilidade de escolher

e segurar, com responsabilidade, o fruto dessas escolhas.

Deus seja nosso guia, Ele seja louvado, sempre.

Outubro curto, com possibilidades de novembro e dezembro mais rápidos ainda.

Deus salve a América, pois somos americanos.

Mas também é muito bom recorrer a Maria.

Maria Aparecida, padroeira do Brasil, mãe de todos, rogai por nós que recorremos a vós.

Portanto: Salve, Rainha, Mãe de misericórdia, vida, doçura e esperança nossa, salve! A vós bradamos, os degredados filhos de Eva; a vós suspiramos, gemendo e chorando neste vale de lágrimas. Eia, pois advogada nossa, esses vossos olhos misericordiosos a nós volvei; e depois deste desterro nos mostrai Jesus, bendito fruto do vosso ventre, ó clemente, ó piedosa, ó doce sempre Virgem Maria.

Domingo, 21 de outubro de 2018

## **Apontando os rumos do setor produtivo rural de Rondônia**

Rondônia será em breve o porto seguro para o transporte de cargas de toda a produção agropecuária dos estados do sul da Amazônia via a navegação fluvial dos rios Madeira e Mamoré e pelo Amazonas e o Solimões e Tapajós desembocar nos mares.

Pela rota norte americana deveremos abastecer o México, Estados Unidos e Canadá. Pelos portos de Belém devemos ampliar a entrega de commodities para a Europa e África.

Pois bem, a próxima década se aproxima e certamente que esses temas devemos discutir e implementar.

Em oito dias Rondônia vai às urnas eletrônicas para votar em segundo turno e os resultados da nossa escolha ditará o futuro de quase 2 milhões de cidadãos e contribuintes.

O próximo governador e sua equipe devem ter uma atenção especial com as associações rurais, cooperativas rurais e com a Idaron e a EMATER. Capacitação técnica urgente para o desafio de manter o nível de produtividade para a agropecuária e avançar mais com projetos que fomentem e apoiem financeiramente o associativismo e o setor das agroindústrias.

Apoiar os fundos privados existentes e promover em toda a América os nossos produtos, inclusive o peixe e também o nascente setor de produção e abate de suínos. A posição estratégica de porto velho nesta região de sul da Amazônia consegue reunir as condições logísticas para tal tarefa.

Feito a lembrança, cabe ao empossado no CPA iniciar a gloriosa tarefa no primeiro dia útil do ano de nosso Senhor de 2019.

Estaremos aqui para contribuir e cobrar.



## **Manter as exportações e incrementar novos produtos**

Bom dia a todos os nossos leitores do jornal Gente de Opinião, grasso que tenha sido um mês de outubro muito determinante para todos e que possamos ter um final de 2018 cheio de boas lembranças, um saldo positivo de humanidade e aprendizado e que possamos nos renovar para os projetos de futuro.

Sobre esse ultimo, gostaria de hoje falar um pouco mais sobre o futuro da agropecuária de nossa amada Rondônia.

Sobre esse tema da economia rural temos conversado um pouco desde o ano de 2014, não é mesmo?

Pois bem, de posse dos números, e, fazendo uma análise simplificada dos níveis de produção e de exportação de Rondônia nos últimos seis anos, é correto afirmar que os próximos governantes, o nosso governador eleito Marcos Rocha e sua equipe podem ter os olhos fixos na manutenção dos níveis atuais e, também que devemos perceber investimentos em novos produtos desse setor. Gostaria de chamar a atenção para um bom programa de efetivo apoio a piscicultura e a suinocultura.

Isso mesmo. Rondônia tem muitas propriedades dedicadas ao peixe e pouca expressão em agregamento de valor e no caso dos suínos, precisamos elevar metas para os próximos quatro (04) anos posto que o consumo interno é de apenas 5 (cinco por cento) da demanda, sendo que compramos carne suína de MT, PR, AC, SC, MS e SP.

Olha ai o campo aberto para os produtores, projetistas, bancos públicos e privados.

Além desse consumo interno, em breve peixes e suínos podendo ser processados, certamente que vão elevar as vendas externas.

O mundo também quer consumir nosso peixe e nosso suíno.

Vamos então aos planos de governo, e ao exercício das negociações em relação ao PPA, fazendo os devidos investimentos em 2019 e 2020 por intermédio da atual secretaria SEDI e da conhecida e atuante SEAGRI.

Outra coisa que pode ser colocada em prática nos próximos anos em Rondônia, com o incentivo do governo do Esta-

do é um bom programa de agro industrialização associativa, juntar a agricultura familiar em associações e cooperativas. Tem muita gente boa no setor público e também no setor privado que conhece bem essa estratégia.

Vamos copiar os estados do sul e o próprio Goiás. Pois é um fato que a estrutura fundiária de Rondônia é bastante propícia a esse modelo de produção e comercialização.

Domingo, 11 de novembro de 2018

## **Organizações privadas de terceiro setor, animem-se!**

É fato que os vários atores sociais de uma determinada sociedade, em determinado momento se alternam na condução dos rumos das coisas; por meio exatamente de princípios democráticos, arranjos sociais e econômicos e sobremodos, por arranjos de poder.

Relembrando aos leitores dessa coluna do jornal Gente de Opinião, temos no Brasil o primeiro setor que é as diversas unidades de governo (Estado) temos a União, os Estados e os municípios com suas inúmeras autarquias e empresas estatais - isso mesmo, o nosso Estado brasileiro é grande; temos as empresas privadas, indústrias, cooperativas, centros comerciais, shoppings, bancos e agropecuárias e fazendas - esses formam o segundo setor (Mercado) e por fim as associações, urbanas e rurais, fundações privadas, escolas, hospitais, igrejas e templos que são mantidos e administrados por força voluntária, doações e que guardam em sua legalidade o princípio de não lucratividade e portanto são entidades não econômicas - do ponto de vista de distribuição de seus resultados ou sobras eventuais.

Dito isto, podemos reclamar aqui uma atenção especial do todo poderoso primeiro setor (governo) em relação a uma agenda de tratamento fiscal diferenciado para as organizações que cumprem serviço social e filantropo há décadas e que não recebem o devido olhar valoroso.

É muito importante que os próximos governantes e mui especialmente o parlamento nacional que toma posse em fevereiro de 2019 possa debruçar e possivelmente parir para o ano de 2020 uma legislação que realmente apoie, fortaleça e valorize as organizações que desenvolvem ações relacionadas com saúde, educação, desporto, cultura, produção artesanal, produção agroecológica, serviços de orientação escolar e de cidadania e de superação da fome, da pobreza e dos efeitos nocivos de doenças

congenitas e terminais, bem como das entidades que promovem a qualificação profissional e a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

Em todo o Brasil o terceiro setor organizado emprega quase 5 milhões de pessoas e por meio de mais de 200 mil cnpj luta para sobreviver e dar perenidade em seus projetos sociais.

Um ponto muito importante para o debate em 2019 é o tratamento fiscal dado pelo governo a essas organizações e a urgência de uma lei de incentivos a doações privadas e patrimoniais.

O segundo setor, composto pelas empresas e famílias ricas do Brasil precisam colaborar para a solução dos problemas sociais que afetam a todos, posto que todos respiram o mesmo ar, bebem das mesmas águas, convivem nos mesmos espaços e participam da história e da cultura da mesma nação.

O terceiro setor precisa continuar rendendo, mas com melhor apoio e prima pela sensibilidade dos gestores públicos e da sociedade próspera e mais abastada.

É um país de cristão, todos dizem, pois vamos agir como se o fôssemos de verdade, na frente das lentes nervosas e das câmeras digitais, mas sobretudo na distribuição de responsabilidades e na condição de seres humanos fraternos.

Quinta-feira, 22 de novembro de 2018

## **Apoio técnico, desoneração e fomento real para organizações de 3º setor**

Para aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de navegar no universo maravilhoso do chamado Terceiro Setor, gostaria de dividir um pouco da experiência e aprendizado próprio, alcançado em jornada iniciada em lá no ano 2.000 quando fui o coordenador estadual de dois programas ligados a essência do 3º setor.

Naquele ano estava saindo de moda no Brasil um programa federal comandado pela primeira dama, doutora Ruth Cardoso, era o Comunidade Solidária que ao longo de 48 meses de estrondoso sucesso gerencial e de valiosas parcerias com o Estado e com as empresas (mercado) e também com muitos voluntários importantes do meio cultural e empresarial, fez surgir seis fundações - entidades privadas com ações de caráter público.

Neste eu trabalhei com uma equipe maravilhosa aqui em Rondônia por 14 meses, naquele foram 42 meses.

Nasceu então o novo programa nacional, com o viés de empreendedorismo social e com o apoio do SEBRAE e de outros organismos locais e regionais como o BNDES, BB, BASA e Banco do Nordeste, entre outros.

Sob o comando inteligente e desapegado de uma equipe de 41 profissionais ligados ao gabinete da Casa Civil da presidência da república, nasceu e cresceu um novo paradigma de ajuda federal as organizações associativas de caráter filantrópico, era o programa COMUNIDADE ATIVA.

Esse programa tinha um conselho de notáveis com 29 atores sociais do governo, das empresas e da sociedade civil organizada e que mesclou propostas e ações de desenvolvimento social, caridade, desenvolvimento de talentos produtivos e trouxe os processos de micro crédito produtivo; além de ativar a vontade política de prefeitos para ativar o desenvolvimento local por meio de uma agenda de 10 projetos prioritários em seus municípios; ora, ao mesmo tempo que o protagonismo e a cidadania e o voluntariado fomentaram ações desconcentradas, o setor político local promovia uma agenda de obras e serviços vindas dos ministé-

rios com uma contrapartida de, acreditem apenas 1%.

Essa estratégia vigorou até o final de 2003.

Aqui em Rondônia por exemplo foram 19 municípios e na expansão entre meados de 2002 em diante chegamos a realizar esse programa para 31 municípios.

Curiosamente entre 2003 e 2004, com um novo governador e um novo presidente da república o esforço de continuidade, feneceu. Mas a semente veio a tona em alguns municípios e o jeito de fazer desenvolvimento local floresceu em alguns municípios, entre eles, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Jaru, Cacoal, Nova Brasilândia, Seringueiras e Machadinho do Oeste.

Passados tantos anos, já se foram 14; percebe-se que no Brasil, o Estado cresceu, o Mercado (empresas) em determinados setores retroagiu, no campo (rural) elevou sua importância e suas receitas, mas no setor associativo - o terceiro setor, onde gracejam a atuação voluntária e o conceito de cidadania plena; viu-se uma paralisia.

Me chama a atenção que foi exatamente em 14 anos de poder exercido por agentes políticos auto-conclamados de esquerda que não conseguimos ver ou perceber um empoderamento, um apoio e um fortalecimento, com uma base legal, que fomenta de fato as ações e os projetos do terceiro setor.

Em resumo, tempo perdido; poucos avanços, quase nenhum eu diria; houve um vácuo e uma aparente acomodação.

O Terceiro Setor é o real motor da democracia, da COMUNIDADE ATIVA.

Ele é o que forja líderes de verdade é o que produz e alimenta os protagonistas de direitos e de deveres constitucionais - não apenas Estado ou agentes públicos moldados pelo Estado - onde ocorre o controle obsessivo e o comando ditatorial dos recursos públicos - muitos esquecem da importância do retorno social dos fundos arrecadados, muitos esquecem do valor do contribuinte. O desafio dos próximos anos também passa pela necessidade de REVISÃO na forma de apoiar e de promover estrategicamente a atuação de lideranças de organizações civis, de seus sonhos, seus projetos, seu jeito simples e voluntarioso de realizar o bem público.

O próximo presidente da república e sua equipe econômica e jurídica, os próximos governadores e os próximos legisladores federais e estaduais precisam ouvir a voz e o pensamento do Terceiro Setor.

Eles precisam de NOVA LEI, apoio, redução de impostos e desconcentração de fiscalização por fiscalização - deixem eles trabalhar por 24 meses e o Brasil trará de volta, sem medo de errar, 9 milhões de empregos com carteira assinada.

Assim como falam os liberais sobre a presença desnecessária do governo em muitos assuntos econômicos, vamos também deixar o terceiro setor mostrar seu valor e por favor, dirigentes, reduzam a presença do Estado também nos espaços de atuação pública que não são essenciais.

Agindo assim, esses atuais dirigentes eleitos, pautados por uma agenda de cooperação e de progresso promissor, valorizando o que de melhor há nestes três setores que formam a sociedade brasileira, certamente que vão acertar no plano e na ação correta. E tudo vai melhorar.

Teremos enfim, uma feliz próxima década.

## **Dados gerais sobre as organizações da sociedade civil no Brasil e Rondônia**

De acordo com o instituto IPEA em seu documento editado e divulgado recentemente, conhecido como perfil das organizações da sociedade civil do Brasil, organizado por Felix Garcia Lopes existem no país 821 mil entidades que trabalham projetos no espaço do terceiro setor organizado.

São organizações associativas que desenvolvem projetos e ações no meio urbano e rural, com recursos públicos e recursos privados e que utilizam pessoal remunerado e um batalhão de voluntários, dependendo do escopo do projeto.

De acordo com a natureza jurídica dessas organizações, dividem-se em entidades religiosas, de ajuda mútua, profissionais e patronais, educacionais, assistenciais, desenvolvimento rural e atividades de ensino, estudos técnicos e pesquisa.

A força econômica dessas organizações emprega mais de 5 milhões de pessoas e movimentam recursos anuais em torno de seus projetos e programas em algo superior a R\$ 6,35 bilhões de reais, de acordo com o documento do IPEA.

Desse valor as três áreas que mais receberam recursos ano passado foram aquelas da área de saúde, como hospitais e fundações e no setor educação as organizações de ensino e pesquisa e as entidades de caráter religioso.

Na lanterninha dessa lista de recebimentos ficam as associações culturais, esportivas, de desenvolvimento rural e de assistencial social, pasmem.

No estado de Rondônia são mais de 12 mil profissionais que desempenham diversas funções neste setor e em 2017, de acordo com o relatório anual apresentado no início deste ano pela Superintendência Estadual de Assuntos Estratégicos, o valor de R\$ 3.096.848,00 foi oferecido às entidades através de chamamento público para captação de recursos da fonte 100 do Estado de Rondônia.

Esse valor deverá duplicar no próximo relatório se considerarmos apenas o fundo FECOEP - Fundo Estadual de Combate a Pobreza que recebe diversos projetos para execução pelas



organizações da sociedade civil.

O Terceiro Setor organizado no Brasil e em nossa amada Rondônia sobrevive também de doações de profissionais liberais e empresários e filantropos que acreditam nos projetos e na ação civil voluntária de anônimos atores sociais que não medem esforços no dia a dia dessas associações e fundações.

Existe uma esperança para o próximo governo federal e também aqui o nosso estadual que será o de apoiar e fomentar mais o setor e procurar discutir e aprovar legislação federal e estadual que desonere a gestão administrativa e fiscal dessas entidades que infelizmente são tratadas pelo fisco federal e estadual como se sua natureza jurídica fosse econômica e não social.

Fica o alerta e a solicitação expressa para os que vão tomar posse em janeiro e fevereiro de 2019.

Graça e paz.

Sábado, 1 de dezembro de 2018

Saque das contas do FGTS para pedidos de demissão

Não é de hoje que os trabalhadores do setor privado clamam individualmente e por meio dos seus sindicatos e centrais que o governo possa liberar os saldos de contas do FGTS também no momento em que o trabalhador pede demissão.

As razões para que um ente produtivo cesse o contrato de trabalho são inúmeras, mas na Lei, desde sempre reza que o trabalhador apenas faz uso do direito do saque se for demitido sem justa causa.

Há alguns anos veio alguma flexibilização, mas como consta no projeto de Lei do Senado nº 392 de 2016 de autoria da senadora do MDB/ES Rose de Freitas é interessante e inovador - ao menos para o consumo.

Particularmente eu acredito que essa poupança “forçada” prevista de maneira inteligente no sistema jurídico nacional poderia ser para empregados públicos e privados (unificação de regras) e reduzir sua alíquota para 5,00% e ademais ser utilizada exclusivamente para o patrimônio e nunca para o consumo das famílias

beneficiadas.

Outra coisa que poderia ser colocada neste ou em outro PL (projeto de Lei) seria que todo trabalhador do setor produtivo que tenha mais de 07 (sete) anos de contribuição pudesse fazer o saque automático, mas apenas e tão somente para: aquisição de veículos leves; aquisição de terrenos urbanos e rurais; e para a construção ou a reforma de sua unidade habitacional.

Isso traz movimentação na microeconomia e resguarda o patrimônio das famílias.

No entanto, o interessado, no caso de um possível texto de um possível novo PL, teria que apresentar na CEF o seu projeto para uma dessas finalidades com antecedência mínima de 100 dias da data de aniversário do 72º depósito do contrato de trabalho.

FGTS para consumo não é uma ideia salutar.

Graça e paz.

**ANO DA GRAÇA DE  
NOSSO SENHOR DE 2019**



*Salmos 49, 06 - 07*

*“aqueles que confiam em seus bens e  
se gabam de suas muitas riquezas;  
saibam que homem algum pode  
redimir seu irmão ou pagar a Deus o  
preço de sua vida”*

## **Três pensamentos e um pedido para 2019.**

Nas primeiras horas de todo ano novo, tem muita gente que acredita em simpatias, faz parte do nosso jeito de ser brasileiro; eu também acredito, por isso vai aqui três “pensamentos” e um pedido para esta primeira semana de 2019 e para todos os seus dias úteis.

1 - Uma revisão no Planejamento Plurianual - P.P.A. do governo do estado de Rondônia para manter o atual nível de organização e resultados é importante para os novos membros do Poder Executivo; aproximar do setor produtivo e colocar em prática programas de investimentos no setor rural, na promoção institucional dos nossos principais produtos e dar um enfoque na agro industrialização nos pólos de desenvolvimento microrregional e também na cidade de Porto Velho;

2 - Recriar a estrutura da SUDER e que tenha uma aderência ao projeto federal de região amazônica com produção sustentável e apoio ao setor rural e industrial, afinal quanto mais produzir e comercializar nosso estado, mais forte fica a sociedade e o Executivo em sua arrecadação e atenção às políticas públicas;

3 - Extinguir unidades duplicadas e sem expressão do organograma atual do Poder Executivo, colocando foco por exemplo e toda a atenção para a captação de recursos públicos, privados, nacionais e internacionais para o próprio Estado, para as prefeituras e também para as organizações de terceiro setor (em Rondônia são quase 4 mil) - isso em pouco mais de 12 meses gera novos projetos, novos postos de trabalho e emprego e renda para o campo e as cidades;

Agora o pedido para todos nós que acreditamos em uma Rondônia que deverá entrar muito bem na próxima década: união, audição, profissionalismo, saúde, trabalho e solidariedade sejam a liga entre todos os gestores públicos e atores sociais e econômicos nas terras do Marechal.

Quarta-feira, 16 de janeiro de 2019

## **Consórcio Amazônia Sustentável do Brasil, vai decolar?**

Janeiro já está caminhando para o final e até ontem nenhum dos governadores dos 09 (nove) estados que formam o Consorcio Amazônia Sustentável do Brasil deu depoimento sobre quais os projetos, quais são as equipes de trabalho e nem qual daqueles será o presidente da agremiação pública este ano.

Parece mesmo estranho. Pois o resultado da formação dessa associação pública é fruto de 11 (onze) anos de intenso trabalho pelo Fórum de Governadores da Amazônia o qual conseguiu emplacar por meio do Plano Amazônia Sustentável (PAS) no ano de 2017 um protocolo de intenções que após ser exaustivamente analisado e devidamente aprovado por todas as assembleias legislativas dessa continental região, foram oficializadas como uma entidade representativa dos anseios de desenvolvimento do povo amazônida.

Os governadores do consorcio se revezam no comando em mandatos de 01(um) ano cada gestão.

O outro consorcio também criado nestes moldes foi o Brasil Central que anda a todo o vapor.

A região em questão é lugar sagrado para ambientalistas de todas as matizes e também é o lar de mais de 30 milhões de brasileiros que por meio de uma economia das águas e das florestas, promove uma ideia geral de desenvolvimento com sustentabilidade que não existe em outras bandas desse planeta.

Por essas e inúmeras outras razões é que estranha o fato de que a ultima reunião desse importante consórcio tenha ocorrido no final do mês de maio em Palmas no estado do Tocantins e nesses 10 (dez) meses, apesar de sabermos que houve copa do mundo e eleições, mas não cremos que justifica a placidez e o marasmo.

O Brasil urge.

Começamos novos tempos.

Avante Consorcio da Amazônia, pela ordem e pelo progresso do povo.

Não podemos esquecer que esse ano teremos a elaboração e a devida aprovação do Planejamento Plurianual (PPA) em todos os estados e que uma ampla revisão do referido programa PAS já está em andamento pela equipe econômica do novo ministro Paulo Guedes.

O trabalho já iniciado em meados de 2016 será bastante útil para um novo desenvolvimento nestas paragens tropicais.  
Graça e Paz.

Quinta-feira, 31 de janeiro de 2019

## **As exportações de carne brasileira em 2018**

A carne bovina fechou 2018 com o excepcional saldo positivo de mais de 1,64 milhão de toneladas exportadas, significando um volume 11% superior às vendas de 2017.

A informação é da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), aquela entidade associativa que esteve em Rondônia por quatro vezes no ano de 2016 para participar das reuniões da CPI do Boi.

Esse novo recorde consolida a posição do Brasil como principal exportador mundial de carnes, porque trata-se do maior volume já exportado entre todos os países exportadores.

Traduzindo em receita, o valor alcançou US\$ 6,57 bilhões, registrando um crescimento de 7,9% em relação ao exercício anterior.

O recorde nas exportações demonstra o reconhecimento em relação à qualidade da carne brasileira nos mercados doméstico e exterior.

O ainda atual presidente da organização empresarial, doutor Antônio Jorge Camardelli disse: “Os bons resultados são frutos de um trabalho de melhoria em todas as etapas do processo produtivo, que nos permite cumprir as mais exigentes regras internacionais com uma carne de qualidade e competitiva”.

Ainda de acordo com informações da ABIEC, esse desempenho foram delineados ao longo do segundo semestre de 2018, tendo como destaque o mês de setembro, cujos embarques somaram 178 mil toneladas e faturamento de US\$ 700 milhões.

A carne continuará sendo um ativo de caixa para os países produtores e no caso do Brasil, soma-se com outros produtos que têm salvado as contas internas e externas desde 2011.

Domingo, 3 de fevereiro de 2019

## Exportações em Rondônia: crescimento de mais de 15%

O desempenho do setor do agronegócio em Rondônia no ano de 2018 trouxe novamente o registro de um resultado muito positivo.

Da cesta de produtos aqui produzidos e vendidos para o mundo novamente é a carne bovina congelada fresca ou refrigerada quem domina a balança comercial.

Esses itens correspondem a 44 % do valor total das exportações.

A soja ficou no patamar dos 33%.

A miúdeza de animais comestíveis responde por 3% e a produção do milho em grãos também ficou na casa dos 3%.

No setor mineral Rondônia conseguiu registrar exatos 4% do total das suas exportações - vendendo o estanho bruto.

Pois bem, ao longo de 2018 o total exportado pelo estado foi de **US\$ 1.248.850 bilhões**; deixando um superávit de US\$ 358,89 milhões e muita gente por aqui segue rindo da tão propalada crise.

É fato que estamos encerrando esta década deixando o Estado numa posição de crescimento médio anual na casa dos 4% e isso traduzido em riqueza que pode ser verificada de Vilhena a Porto Velho, inclusive pelos resultados propagados pelo sistema de cooperativas de crédito, onde os produtores rurais movimentam suas contas correntes e seus investimentos.

Apenas como exemplo o sistema sicoob credisul tem 21 mil cooperados e movimentou uma carteira de crédito de R\$ 950 milhões em 2018 e vai distribuir sobras de quase R\$ 75 milhões - um crescimento de 51% em relação a 2017.



Isso é natural pois toda a produção agropecuária de Rondônia e suas exportações são mantidas pela pequena propriedade rural e por uma classe média rural extremamente produtiva que conta com os incentivos do governo do estado através de políticas públicas adequadas e também pelo grau de organização que o setor alcançou desde 2010 com uma crescente profissionalização.

Para manter esse cenário na próxima década é muito importante que o poder executivo possa garantir os investimentos no setor rural.

Este ano é preciso elaborar um bom planejamento (PPA) que assegure a manutenção desses investimentos os quais poderão trazer também para a próxima década crescimento e desenvolvimento.

Em comparação com outros estados do país Rondônia é o décimo sexto no ranking das exportações e devemos assegurar que esse desempenho melhore.

É estratégico investir no setor produtivo rural e criar as boas condições para que novas plantas industriais de carne e leite possam trabalhar e que as agroindústrias e o comércio possam prosperar.

A todos nós um excelente mês de fevereiro. Graça e paz, no campo e nas cidades.

Quarta-feira, 13 de fevereiro de 2019

## **Fevereiro de todos os santos.**

Estamos no segundo mês do ano da graça de nosso Senhor de 2.019 e por aqui pelo Brasil, pátria amada republicana estamos muito bem, obrigado.

Novos governantes com agendas cheias de poder e estratégias, muitos planos e projetos, muitas chuvas, temporais, acontecimentos fatais, intrigas da oposição, calendários litúrgicos, programações esportivas, medos de tantos e coragem de poucos.

Deus receba na glória do paraíso espiritual o grande profissional terreno que foi o Ricardo Boechat.

Nos rádios pela manhã e nos noticiários da TV à noite qualquer cidadão comum pode acompanhar, e os privilegiados que carregam celulares top de linha e outros nem tanto assim podem conferir hora a hora na tela de cinco ou sete polegadas.

Deus receba na glória os meninos do ninho do Urubu e os filhos e filhas de Brumadinho - MG.

Caminhamos para a terceira década do terceiro milênio, tecnologicamente falando, nas velocidades apropriadas dos Megabytes necessários a manutenção de nossas vaidades e distanciamento do que realmente importa: a vida e os seres humanos.

Hoje, para muitos de vida religiosa católica é um dia marcado pela experiência de um Santo, conhecido pelo nome de São Martiniano; nasceu no século IV, na cidade de Cesareia, na Palestina. Ainda jovem ele discerniu que tinha vocação para a vida de eremita. Foi então que ele se retirou para um lugar distante, no qual poderia entregar-se para a vida de sacrifícios, oração pela salvação da humanidade e também por sua própria conversão.

Martiniano viveu um grande combate contra a fome de pecado, contra o desequilíbrio consequente do pecado original que atin-

giu a toda a humanidade desde o “princípio”. Mas graças à Misericórdia do criador de todas as coisas e da humanidade, e com a força do Espírito Santo, São Martiniano tornou-se modelo que pode ser perseguido por qualquer um de nós.

Com o desejo forte de que todos possamos de quando em vez, parar nossa corrida atrás do vento, rogo sempre que possamos ser mais leves, mais solidários, mais amigos e mais amigos do amor.

É certo que apenas Ele com o seu amor incondicional de criador (PAI) pode nos orientar em tempos difíceis.

Deus nos dê mais homens e mulheres corajosos para revelar aos demais um melhor estilo de vida e solidariedade para que a geração que vem seja de cidadãos de verdade.

Graça e Paz.

Sábado, 23 de fevereiro de 2019

## **Uma contribuição técnica para o debate da ENERGISA, a nova CERON.**

Que 2.018 foi um ano de muitas emoções para o Brasil, não resta a menor dúvida; mas no quesito energia elétrica, os consumidores dos estados do Acre e de Rondônia receberam a sorte grande.

Estamos todos felizes assim como os senhores operadores de governo da foto acima.

No dia 30 de agosto do ano passado ocorreu o Leilão da Eletrobras 02/2018 e a ENERGISA arrematou duas unidades do sistema nacional.

Muito bem, em dezembro o povo destas paragens do sul da Amazônia foram agraciados com as elevações de tarifas - assim, do nada, sem explicações mínimas, mas tudo sob a apurada análise da benevolente ANEEL.

Resultado, papai noel deu choques em nossa economia e todos estamos bastante preocupados.

Temos que analisar um pouco estas questões á luz do edital lançado e das propostas e das planilhas de investimento as quais foram acompanhadas e liberadas pelo pessoas do BNDES.

Além disso quero deixar o registro de que para o consumidor entender o que leva uma tarifa ser mais cara do que outra é preciso analisar a faixa de consumo de cada estado. E nessa análise o tal do ICMS é o principal imposto cobrado nas contas de luz, por ser calculado de acordo com a quantidade de kWh estadual consumido por mês.

E no estado de Rondônia O VALOR DO ICMS relativo a ENERGIA ELÉTRICA É COBRADO "POR DENTRO"... com a palavra a nossa SEFIN e o bendito do CONFAZ.

O valor do imposto já é embutido no preço da tarifa de energia,

ou seja, o consumidor paga em cima de um valor já presente. Vamos a um lúdico exemplo, considerando um ICMS de 30% e uma tarifa de R\$ 1; ao invés de fazer o cálculo simples ( $R\$ 1 + 30\% = R\$ 1,30$ ), resultando em um aumento de R\$ 0,30, a conta utilizada na verdade é  $R\$ 1 + \text{valor do ICMS} + 30\%$ , o que resulta em um aumento de 43% no valor cobrado que podemos expressar assim:  $(R\$ 1 \div (100\% - 30\%)) = R\$ 1,43$ .

O imposto então passa de 30% para 43%. Uma cobrança indevida, que piora com a inclusão do imposto sobre a transmissão, distribuição e encargos setoriais.

O consumidor deve ficar atento, pois o ICMS só deve ser cobrado sobre o consumo.

Apenas para ficar também o registro nesse debate sobre a nova CERON (agora Energisa) eu deixo para os amigos leitores a lembrança de que o **ULTIMO AUMENTO DE TARIFA EM RONDÔNIA FOI** em novembro de 2017 e foi de apenas 8,41% - bem longe de 25% e de 27% que está rolando na justiça.

Uma forma ruim de a ENERGISA iniciar as relações com os consumidores de nossa amada Rondônia.

A ANEEL é uma agência de governo com inúmeras regras para inúmeros projetos e inúmeros problemas técnicos - fazer leitura do material disponibilizado pela Lei da transparência não é mole, mas os custos típicos da atividade de distribuição, por sua vez, são atualizados com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), porque então no Acre e em Rondônia estamos começando 2019 com quase quarenta por cento de elevação se o leilão foi para ajudar...?

Mas peraí, ... hum, ajudar quem, mesmo?

Graça e Paz.

Quarta-feira, 6 de março de 2019

## **Campanha da Fraternidade 2019.**

No endereço da cúria arquidiocesana de Porto Velho reuniram-se hoje as 09h da manhã, quarta-feira de cinzas, várias lideranças do mundo católico da capital para o lançamento da Campanha da Fraternidade deste ano.

O tema é bastante pertinente, trata-se da Fraternidade e Políticas Públicas onde todos são convidados a exercer mais e melhor a sua cidadania em prol de projetos e programas de governo para o bem comum.

Importante mencionar que este ano a União e os governos estaduais e o governo do Distrito Federal (DF) devem elaborar seus planos plurianuais de investimentos, conhecidos como P.P.A. e também as Leis dos Orçamentos onde devemos todos participar, propondo ampliação onde deve ser ampliado e melhorias onde deve ser melhorado.

Nas falas das lideranças e também do arcebispo de Porto Velho, Dom Roque Paloschi, percebe-se alinhamento com as causas dos pobres, dos desabrigados, dos imigrantes, dos esquecidos por essas Políticas Públicas, que aparentemente andam relegadas ao marasmo do Estado e a pouca participação popular.

Apenas para falar em estado de Rondônia o orçamento desse ano é de mais de R\$ 8 bi e para o ano que vem certamente que fechará a cifra de R\$ 9 bi os quais devem ser amplamente fiscalizados pela sociedade civil, reduzindo desigualdades e promovendo a justiça social.

Por isso mesmo o tom foi de buscar maior engajamento dos leigos e cristão nesse assunto, convocando desde agora a todos para as conferencias, audiências, mobilização social, cobrança mais incisiva dos detentores do poder executivo, prefeitura e governo do Estado, utilizando-se inclusive da força natural dos nossos representantes - os parlamentares.

Na quaresma, a Igreja convida para a reflexão do ativo social que os cristãos representam e do compromisso suscitado pelo próprio papa Francisco que estimula a oração mas com as ações concretas de fraternidade, comunhão e solidariedade.

O arcebispo Dom Roque lembrou ainda que na formação para o tema da Campanha da Fraternidade desse ano realizada para mais de 380 lideranças no Centro Social São Cristóvão em janeiro passado, foi deliberado como foco dessas ações concretas para Porto Velho as políticas públicas de saneamento e de transporte urbano e rural.

Realmente a luta é grande e antiga, Porto Velho que o diga, para convencer ao dito poder terreno de suas obrigações com o povo que paga os seus impostos, pois o lema da CF foi retirado da fala do profeta Isaias (Is 1,27) que em uma de suas lúcidas pregações para o povo de Israel disse: **“Serás libertado pelo direito e pela justiça.”**.

E olha minha gente, esse personagem da nossa Bíblia judaico-cristã viveu 740 anos antes de Cristo.

Aliás, eu recomendo a todos que leiam ou que releiam o livro de Isaias em sua totalidade; é um texto especialmente indicado para todos os que pretendem de verdade compreender um pouco mais sobre a intrincada e nada fácil saga do povo de Deus na construção de um Reino de Justiça e de Paz.

Segunda-feira, 11 de março de 2019

## Governo Federal precisa revogar a lei de Gérson.

Domingo, dia 10, segundo do mês de Março do ano da Graça de 2019 gostaria de falar com os meus leitores sobre as propostas do Poder Executivo que já circulam pelas inúmeras comissões parlamentares no congresso nacional, todas essas propostas ainda tem um desafio: revogar a Lei de Gérson.

Existe a Lei de Murphy, conhecida em todo o mundo civilizado - segundo esta, se algo pode dar errado, algo dará errado.

No Brasil, existe a Lei de Gérson, segundo ela, se algo pode dar errado, não tem problema, pois mesmo que der errado, a gente dá um jeitinho de fazer parecer certo.

Gérson de Oliveira, jogador de futebol fez uma peça publicitaria para uma marca de cigarros em 1976 foi quem ficou com a fama pela frase que balizou o jeitinho brasileiro, mas o fato é que a maioria do povo já se beneficiou com tal lei e ainda se gaba por ser mundialmente famosos por isso.

Naquela peça publicitária, o jogador fala sobre as vantagens do cigarro e pronuncia a seguinte frase: "É gostoso, suave e não irrita a garganta". Gérson, no final da fita dá um sorriso malandro e solta a última e infeliz frase da propaganda: "**Gosto de levar vantagem em tudo, certo?**". Desta forma, sintetizou de uma vez só o jeitinho brasileiro de fazer o errado parecer certo.

Muito bem; com essa introdução pretendo apenas raciocinar com todos vocês sobre os desdobramentos famigerados desse tipo de pensamento que promove o arraso da maquina estatal e que no serviço público federal e em outros meios sociais é conhecido como corporativismo - onde uma parcela (casta social) se apodera de sua condição de comando, "cuidando" sempre melhor de seus interesses particulares do que dos interesses do coletivo (privado em detrimento do publico).



Desde de 1988 com a promulgação da Carta Magna (CF) o que vemos é a aplicação direta desse principio da Lei de Gérson em muitos assuntos da República.

Ao longo de trinta anos, várias profissões do setor público e também do setor privado fizeram seus movimentos em Brasília DF para elevar salários e benefícios e no Brasil de hoje temos uma problema que realmente para as próximas décadas deverá ser insustentável.

É preciso reduzir impostos, fiscalizar e cobrar todas as empresas devedoras, respeitar o teto constitucional para todos os salários do Estado e realizar um grande PACTO SOCIAL onde todos possam dar sua contribuição - civis e militares, sem distinções ou compensativos.

Não é possível mudanças para a sociedade sem a colaboração de todos, de verdade.

É preciso, antes das reformas, revogar essa Lei de Gérson, urgentemente.

Terça-feira, 19 de março de 2019

## **Lançadas as bases do terceiro consórcio interestadual do Brasil.**

Em meados do ano de 2018 eu escrevi alguns artigos sobre a criação dos primeiros dois consórcios interestaduais do Brasil, o Brasil Central e o Consórcio Interestadual da Amazônia Sustentável; muito bom, agora, em março deste ano, diante do amplo debate pós carnaval sobre as reformas na previdência brasileira, os governadores eleitos dos nove (09) estados do nordeste desse país continental lançam as bases da formalização de um terceiro consórcio.

A ideia até aqui dos três entes públicos é: criar um instrumento político e jurídico de cooperação regional que visa ao fortalecimento regional e à proteção e promoção dos direitos sociais, pode até ser, mas pode ser também as bases de fortalecimento dos movimentos separatistas que iniciaram em 2014 e 2015.

Isso poderá ser uma tremenda novidade no segundo semestre de 2019 ou no primeiro semestre de 2020.

Esse Consórcio novo, segundo os governadores nordestinos, terá entre as várias estratégias de promoção das políticas públicas e do desenvolvimento social e econômico da região, o diálogo permanente com os 153 deputados e 27 senadores representantes do povo daquelas paragens de solo árido, muitas praias e pouca adesão aos pensamentos atuais da “República Bolsonaroiana”; segundo documento assinado pelos governantes eles devem apenas à população dos seus estados os seus mandatos e que estarão unidos para que façam frente (bloco) aos “retrocessos” embutidos nas propostas atuais do governo federal.

Realmente são tempos difusos, confusos, parafusos, porcas e arruelas espalhadas. Quero ver quem saberá realmente montar esse novo quebra-cabeças republicano.

**Deus salve o Brasil!**

Quinta-feira, 28 de março de 2019

## Quem de nós está na “luta” pela fraternidade?

Hoje, dia 28 de março está sendo um dia deveras auspicioso; ao menos para o conhecimento e o reconhecimento de conceitos um pouco deixados de lado, por enquanto pela sociedade; falo na verdade é do meu dia, mas quero ampliar para todos os leitores dessa coluna que em breve comemora já 60 meses.

Na assembléia legislativa do estado de Rondônia aconteceu das 09h ao meio dia uma audiência pública, proposta pelo deputado estadual Adelino Follador, como de costume, para debater e refletir sobre os temas e os lemas das Campanhas da Fraternidade, esse ano é Fraternidade e Políticas Públicas.

A Audiência Pública foi muito bem planejada e conduzida pela parlamentar que juntamente com lideranças da Igreja católica, de igrejas evangélicas, associações da sociedade civil, estudantes, cristão leigos e leigas e também professores da universidade federal UNIR entre outros, puderam memorar as ações de caráter espiritual e de ação pela cidadania que remontam aos primórdios do berço cultural desse lado do mundo - foram citados alguns dos filósofos gregos que há quase 2.500 anos já falavam em tom, às vezes de conselho e às vezes de profecia, como seriam as relações e os pensamentos dos povos nesta precária atualidade.

Das muitas falas e propostas ali pronunciadas pelos ilustres oradores e oradoras, quero registrar aquela do professor doutor em ética, o Josenir Dettoni; este argumentou que desde a Revolução Francesa temos divisões entre esquerda e direita quando se fala em política representativa e quando se fala sobre políticas públicas como propostas de solução dos eternos problemas das cidades (urbes).

Eu gostaria de citar aqui também o professor Fernando Nogueira da Costa que fala em seu blog brilhantemente sobre o tema: Revolução Francesa - Liberdade, Igualdade, Fraternidade como Metas Coletivas.

Eu percebi uma linda conexão entre esses dois estudiosos e quero dividir com vocês.

Há, hoje, como herança e resultados da tal Revolução francesa do final do século 18 aqueles que defendem com unhas e dentes a liberdade como centro da nossa cidadania, como há outros que defendem acirradamente o mesmo centro como que seja a sonhada igualdade; mas, per aí... e quais e onde estão os defensores do princípio da FRATERNIDADE?

O professor Nogueira escreve assim: (...) Liberdade, Igualdade e Fraternidade são os direitos que vão sintetizar a natureza do novo cidadão. São as palavras de ordem dos que se amotinaram contra as opressões das quais há séculos padeciam.

Um pouco antes, no mesmo texto acima recortado eu registro também o que segue: (...) São princípios racionais que, por não serem induzidos da experiência direta, se originam da mente humana. Essa teoria, em última instância, significa uma forma de eliminar Deus, isto é, a Igreja, e o Estado como as fontes fundamentais do Direito e da Justiça.

Agora, vamos responder a pergunta do título deste artigo: Quem está na "luta" pela FRATERNIDADE?

Resposta: Deus e as igrejas, este lugar da caridade, do social, do bem comum, da virtude, da vida em comunidade.

E quem é a igreja? São todos aqueles que pensam acima dos recursos financeiros, das disputas, das mentiras e engodos; somos nós, eu e você, que agimos acima dos meros recursos mundanos, correndo e vendendo (às vezes) os pecados que nos deformam.

Devemos ser nós que nos vemos como o rosto divino dessa humanidade irada, desconectada, manipulada e carente do maior de todos os projetos: o amor de irmãos.

Para tanto é necessário ampliar nossa participação nos assuntos da política e do serviço público e elevar as nossas atitudes para

com aquilo que nos trará a verdadeira felicidade: abraçar essa terceira vertente da Revolução Francesa como meta coletiva para a sonhada nova sociedade.

Deixar de pensar que é os outros que devem fazer isso e nós mesmos realizar no nosso dia a dia:  
praticar a nossa FRATERNIDADE.

Quarta-feira, 10 de abril de 2019

## **Impostos estaduais sobre a cesta básica oneram consumidor empobrecido.**

O tema relacionado com os impostos no Brasil, de uma maneira geral tira o sono de empresários e dos consumidores; isso não ocorre do lado dos operadores das Receitas dos Estados e da União e das autoridades fiscais que têm assento no conhecido e muito poderoso CONFAZ - Conselho de Secretários de Estado de Fazenda, órgão que promove uma espécie de “regulação da guerra fiscal, ou uma mediação nacional de conflitos”.

A respeito de cesta básica e quais são efetivamente os seus produtos e quais são os seus incentivos tributários ou ainda: são isentos do tributo estadual ICMS...?

Essas questões parecem simples de se obter resposta, para o senso comum é bastante simples, mas não é bem assim.

Essas respostas são dificultadas pela intrincada relação de normas, decretos, legislação fiscal federal, legislação de incentivos e de reduções de tributos em nível estadual e mesmo regional - e isso tudo reflete de dois em dois anos os termômetros políticos e de concorrência partidária, isso mesmo, nada de visão de futuro e coalizão de interesses da sociedade que paga onerosos tributos, apenas guerra fria fiscal, mesmo.

Esse cenário é antigo e no circuito dos benefícios para a cesta básica também é complexo, que vem acontecendo nos últimos anos comerciais, ou exercícios fiscais - cada um com a sua terminologia e o povo com as incertezas.

Enquanto a União promove uma discussão de redução de carga tributária sobre produtos da cesta básica, Estados travam no sistema Judiciário uma disputa com a indústria de alimentos e a rede varejista.

Os produtos da cesta básica contam com Imposto sobre Circula-

ção de Mercadorias e Serviços (ICMS) reduzido de 7% por conta de incentivo previsto em convênio do CONFAZ; conhecido como CONVENIO ICMS 128/94 que tem sido nos últimos 10 anos objeto de inúmeros pareceres jurídicos.

O fato real é que o incentivo é legal. O problema está no cálculo do crédito do imposto. A indústria de alimentos e os varejistas querem crédito integral do imposto, de 12% pago nas operações interestaduais, mas alguns Estados concedem crédito de apenas 7%.

As Fazendas de São Paulo, Paraná, Rio grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina são uníssono em repercutir perdas na casa de bilhões de reais anualmente.

Do Lado das empresas, essas dizem que o crédito de apenas 7% tira parte de um benefício que teve por finalidade reduzir o preço de mercadorias consideradas de primeira necessidade para o consumidor final. Segundo este lado da mesa, além de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e Alagoas estão entre os Estados que passaram a limitar o crédito do ICMS a 7%.

O grande problema acontece quando o produto é comercializado de um Estado para o outro. Se um produto da cesta básica for vendido para Estados do Sul e do Sudeste, a operação paga ICMS de 12% no local de destino. Como o imposto é recolhido no sistema de débito e crédito, na operação seguinte, dentro do Estado, as indústrias de alimentos e os varejistas querem usar o crédito integral do imposto, calculando os 12% sobre a nota de compra. Os Estados querem que as empresas usem crédito de 7%, que é a alíquota devida para os produtos da cesta básica na venda ao mercado interno.

Para melhorar este cenário, temos ainda estados que tem ISENÇÃO de impostos para os produtos da cesta básica e ninguém se entende em favor das famílias empobrecidas do país.

Em meio a tantas ações judiciais, tantos pareceristas, consultores

jurídicos, contábeis, economistas, ministros e secretários de Estados e governadores, está o povo querendo na real uma solução simples.

Vamos definir uma cesta básica nacional de alimentos com 17 ou 21 itens e dar a esses produtos um tratamento igual de 5% por cento de alíquota.

Vamos dar, ao menos na cesta básica, uma alíquota transparente para o ICMS - certamente que todos ganham e as engrenagens do comércio e da indústria retomam seus movimentos.

Vamos simplificar gente, vamos simplificar.



Quinta-feira, 18 de abril de 2019

## **Reflexão sobre as propostas do Governo neste trimestre.**

Estamos já na metade do mês de abril e poucos projetos do poder Executivo estão na mesa para apreciação pelos representantes de todos os estados. Os deputados e senadores ali em Brasília, na minha humilde opinião poderiam estar mais demandados.

Parece que vamos fechar o primeiro quadrimestre tratando mesmo quase que exclusivamente sobre a reforma da previdência.

Este é um assunto muito importante; afinal de contas nos últimos 04 anos os valores pagos pelo governo para aposentados e pensionistas, benefício de prestação continuada, auxílio reclusão e aposentadorias urbanas e rurais e aquelas elevadas destinadas para a elite do serviço público federal estão consumindo entre 20 e 21% do orçamento anual da república.

É um fato real que salta aos olhos quando você analisa a realidade do déficit brasileiro; resultado das entradas através dos altos impostos e das elevadíssimas saídas com tantos benefícios.

O governo precisa de um bom plano.

Mas também um bom governo precisa apresentar outras e novas propostas em relação por exemplo a desoneração fiscal, a redução das despesas para a manutenção ou a criação de novos empregos.

É uma urgência que possamos ver ainda neste primeiro semestre ao menos três ou quatro propostas para execução ainda em 2019 e cabe ao menos de minha parte lembrar sobre PIS cofins e o imposto de renda.

Eliminar o PIS e COFINS a partir de janeiro de 2020 é uma boa.

**Desonerar os produtos da cesta básica de alimentos para 7/100 em todo o Brasil é uma ótima para as famílias de baixa renda.**

E modificar o imposto de renda pessoa física e pessoa jurídica cobrando mais de quem recebe mais é uma excelente estratégia.

Continuo dizendo que soluções simples podem ser melhor recebidas pelo povo e pelos eleitores.

Estamos na semana santa; quero desejar a todos os leitores desta coluna: uma abençoada semana - que seja cheia de boas reflexões e de avanços para todas as famílias do Brasil.  
Graça e paz.

Feliz mês santo de abril de nosso Senhor.

Quinta-feira, 2 de maio de 2019

## **Rondônia precisa de um bom plano para o Agro.**

Ao longo desta década, Rondônia alcançou ano a ano um bom desempenho no setor produtivo rural desde 2011; a cadeia produtiva da carne e do leite somado a produção de grãos, fruticultura, e, mais recentemente a retomada do café e a piscicultura, trouxeram alavancagem na economia estadual e a força que vem do campo é multiplicada pelo comércio e a indústria.

Para registro do amigo leitor desta coluna, anote aí: nos últimos cinco (05) anos Rondônia abateu em suas plantas frigoríficas com o selo de inspeção federal (SIF) mais de 10,62 milhões de cabeças de bovinos, negócios de mais de 31 Bilhões de reais.

Nos períodos de 2013 a 2018 a cadeia produtiva do leite, atividade principal de mais de 34 mil famílias, considerando a média diária de ordenha e sua produtividade média por propriedades, Rondônia produziu 4,09 bilhões de litros de leite.

As exportações de carne, miúdos cárneos, minérios, ouro, soja e outros produtos, para mais de 30 nações e, apenas em 2017 e 2018 foi da ordem de US\$ 2.00 bilhões de dólares americanos.

O setor é bastante próspero e desempenha um reforço significativo no cômputo geral do PIB estadual que hoje está na ordem de mais de 12% e trás taxas médias de crescimento anual próximo dos seis pontos percentuais desde o início desse lustro.

Precisamos apenas não atrapalhar tão bom desempenho. Digo isso ao analisar as forças internas (governo, impostos, fiscalização excessiva, ausência de investimentos públicos, organização empresarial, monitoramento da qualidade e atendimento às demandas do consumidor nacional e estrangeiro).

E no que diz respeito às ameaças (externas) como flutuações no

mercado financeiro de commodities e mudanças na agenda nacional de juros, concorrência regional e aos prazos para os investimentos na agricultura e pecuária, precisamos cuidar sobremaneira de um planejamento estratégico para o agro de Rondônia.

Esse ano é preparado pelo poder público o orçamento de 2020; é época de elaboração e aprovação também do Planejamento Plurianual (PPA).

Pois bem. Fatores como investimentos na manutenção dos atuais níveis de desempenho da produção, previsão de plantas industriais e agroindustriais para agregar valor ao produto agropecuário de Rondônia precisa de elevada atenção, zelo e competência.

Os operadores comerciais, os produtores, as entidades representativas de classe e os técnicos de governo e extra-muros público devem debruçar em planilhas e reuniões.

Precisamos alinhar por exemplo os orçamentos da Seagri, da EMATER, da IDARON, da Embrapa, da SFA, da CONAB e do porto público (SOPH) com as federações representativas, sindicatos, associações e cooperativas rurais para garantir o foco definitivo na desoneração e na desburocratização, bem como no melhor plano de marketing e valorização da nossa cesta de produtos.

Nunca abrir mão do diálogo e da audição dos segmentos. A próxima década está às portas e não podemos cochilar. Portanto senhoras e senhores, mãos à obra.

Segunda-feira, 13 de maio de 2019

## **Brasil vai encerrar 2019 com um novo desenho**

Eu tenho falado aos meus alunos, em minhas palestras e escrito em meus artigos desde 2016 sobre os consórcios interestaduais, essas associações públicas que promovem a União das unidades da federação em um novo desenho geográfico e institucional.

Fruto de muita discussão há pouco mais de uma década, os consórcios sempre foram anunciados como uma boa alternativa para os governadores de determinadas regiões promover facilidades por exemplo nas compras de máquinas, equipamentos e insumos para a rede de escolas e hospitais públicos.

Mais além, os consórcios podem trazer a força política regional quando agrega a força das bancadas federais, alinhando programas e projetos da gestão pública no poder executivo com as emendas individuais e de bancada dos vários deputados e senadores da República.

Em 2017 surgiram o consorcio Brasil Central e o consórcio Amazônia Sustentável do Brasil. Este que foi delineado em Março e já tem estrutura funcional aprovada, aquele que já tem 12 meses de pleno funcionamento.

Agora (2019) foram lançadas as bases do consorcio nordeste que escolheu o governador da Bahia para o primeiro ano de gestão e na cidade de Belo Horizonte nasceu o consorcio sul-sudeste.

Estamos evidenciando o nascimento de um novo desenho geográfico e institucional para o país.

São as bases de uma nova República para a próxima nova década.

Brasil, pátria amada.

Quarta-feira, 29 de maio de 2019

## **Diretrizes para o orçamento 2020 tramita na casa de leis**

Faz parte do ritual previsto na lei orçamentária para o desempenho da gestão pública que no último ano do planejamento plurianual (PPA) o Executivo faça o envio no mês de maio para as assembleias legislativas de uma mensagem apontando os rumos para a execução dos valores previstos no orçamento - chama-se LDO.

Pois bem, a mensagem de RO aportou agora em fins de maio na Casa de Leis e já inicia o rito de análise pelos parlamentares.

A sociedade pode participar, exatamente por intermédio de seus representantes, pois na LDO e no PPA (2020-2023) constará o indicativo dos gastos e investimentos públicos em saúde, educação, segurança, transporte, comunicações, reformas, construções, logística, reposição salarial, previdência social e complementar, investimentos em novos projetos para os diversos setores sociais e da economia, como é o caso do setor rural, do comércio, dos serviços e das indústrias.

Após o recesso parlamentar do mês de julho, o ritual orçamentário continua.

Será o momento em agosto ou setembro de o governo enviar ao poder legislativo o plano para as expectativas de receitas e despesas para os 48 meses que iniciam em janeiro de 2020.

Esse é que é o mais importante, pois ano a ano o que está descrito ali, será lei orçamentária; será a baliza dos investimentos e do desenvolvimento ou não de Rondônia para iniciar a próxima década.

Um bom plano seleciona boas escolhas e essas boas escolhas carecem de diálogo, negociação, participação e cobrança.

Os anexos da proposta indicam a possibilidade de arrecadação

de R\$ 8,2 bilhões sendo que desse montante o Poder Executivo fará a gestão de exatamente 74,86%, ou seja R\$ 6.208.000.000,00 para as políticas públicas prioritárias e as complementares.

A transparência e a participação popular na elaboração deste plano PPA está prevista no Projeto de Lei da LDO 2020 nos artigos 58 e 59 que asseguram a transparência na gestão fiscal e assegura a participação por meio de audiências públicas e de meios eletrônicos para a inscrição de projetos de iniciativa da sociedade civil.

Vamos ao plano, então.

## **Um fundo privado para o Agronegócio de Rondônia.**

Muitas são as saídas para os diversos problemas relacionados com uma boa gestão de empreendimentos públicos ou privados; mas a sintonia entre os diversos atores envolvidos e a vontade política dos dirigentes públicos são fatores realmente cruciais para a mobilização correta em favor dessa solução. Assim sendo, nada supera o bom e velho diálogo, à luz de bons projetos e, naturalmente da Lei.

Existem no orçamento público de Rondônia vários fundos públicos, criados ao longo desses últimos 20 anos, em consonância com leis federais e exigências locais, os quais vêm desenhando o perfil de aporte de recursos para o fomento e o desenvolvimento das diversas situações da administração que auxiliam inclusive, entre outras políticas públicas, aquela relacionada com o setor rural, como exemplo podemos citar o fundo do café, o PROLEITE e o fundo FESA.

Do outro lado, falando em fundo privado, Rondônia tem no setor rural um exemplo vindo lá dos idos de 1.999, quando, dada a necessidade de profissionalizar o setor e dar garantias de efetiva sanidade animal para o iniciante rebanho de Rondônia, criou-se o FUNDO FEFA - Fundo Estadual para o Combate a febre Aftosa e ao mesmo tempo o governo criou àquela época a Agência IDARON. Foi um bom casamento de forças que rendeu excelentes dividendos.

Ali pairava uma realidade, hoje outra nos é imposta. Mas registramos que em 2009 e depois em 2010 surgiu também por necessidade e contexto à época um fundo público, o FESA - Fundo Estadual de Sanidade Animal e também as diversas taxas do IDARON como as guias (GTA) sendo a fonte de arrecadação para a promoção do trabalho de monitoramento de fronteiras, acompanhamento da vacinação e outras modalidades de traba-



lho para o desempenho da produção e da qualidade do rebanho, dando garantias de comercialização interna e externa.

Hoje, com os avanços do patrimônio do rebanho de pecuária de corte e de leite, com os expressivos números de comercialização com outros países, Rondônia com mais de 14 milhões de cabeças enfrenta uma nova e inusitada realidade no setor rural da agropecuária: O plano PNEFA<sup>1</sup> do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) que traz o desafio de redesenhar toda essa atual estrutura pública e privada de maneira que o estado entre firme na próxima década para o rol dos estados livres de febre aftosa sem vacinação.

O setor rural está, desde o início do ano de 2018 com uma batata quente nas mãos: literalmente; pois as necessidades e as realidades impostas pelo programa do MAPA trazem o desafio do diálogo imanente para a solução contingente.

Um fundo público não dispõe da agilidade necessária para a pronta solução dos diversos problemas e dos complexos seguros rurais que garantem o patrimônio de mais de R\$ 15 bilhões construídos em duas décadas e meia. É fato que um fundo privado constituído pelas lideranças do setor do agro precisa entrar em ação URGENTE.

Esse fundo é o FUNDAGRO. Ele tem esse perfil, pois foi criado em 2016/17 estrategicamente para atuar em todas as cadeias produtivas de Rondônia vislumbrando exatamente isso: resultados para a próxima década.

A questão é definir com certa urgência o formato de arrecadação para valores substanciais que façam frente às inúmeras necessidades de sanidade animal e vegetal, bem como os desafios de surpresas que podem surgir de um dia para o outro nesse mundo de concorrência regional, local e global.

O desenho perfeito de financiamento dessas ações passa por um contrato social entre os principais atores das diversas cadeias produtivas, em especial aqueles envolvidos na pecuária de corte e de leite que são a coluna vertebral para uma solução eficiente para esta atual questão imposta pelo PNEFA e pelo MAPA.

A proposta debatida, desde 2018, no meio rural é que exista uma arrecadação de fundos públicos e também privados para o FUNDAGRO. É bastante simples: recorre ao conceito de tripartição de responsabilidades; a idéia central é a cobrança do valor de R\$ 1,00 por parte do produtor/pecuarista no momento do abate (via boleto bancário) a desvinculação de R\$ 1,00 do FESA (fundo administrado pela IDARON) e o pagamento de R\$ 1,00 pelos frigoríficos no momento do desfrute do rebanho.

Dessa forma, sem elevação de valores ou a criação de novas taxas públicas, o pecuarista e o produtor rural, as indústrias do setor em parceria com o Estado, podem atender às atuais exigências que o cenário de final de década nos impõe.

Um arremate na proposta pode ser deliberado e mediado na Assembléia Legislativa no que diz respeito a redução das taxas atuais da Agência IDARON e também uma redução do percentual cobrado pelo fundo FESA atualmente, desonerando os custos do setor rural em pelo menos 10%.

Trabalhando essas duas possibilidades com os três segmentos: Governo, empresários do setor rural e as industriais, certamente que o modelo perfeito de arrecadação do FUNDAGRO surgirá, e poderá, em breve ser reconhecido como um piloto a ser seguido por outras unidades da federação.

As previsões de elevação da comercialização para os estados livres de aftosa sem vacinação é da ordem de mais de 30% nas vendas futuras; mas isso depende da construção responsável de uma visão de futuro para o agro de RO e também de certa dose de empatia institucional.

Unir agora as forças em busca de melhorar as condições de concorrência comercial será em 2019 a melhor estratégia.

<sup>1</sup> PNEFA – Plano nacional de Febre Aftosa

Segunda-feira, 24 de junho de 2019

## **Final do primeiro semestre está à porta!**

Nosso último artigo escrito e publicado foi dia 10 de junho e para não perder esse vínculo maravilhoso com os leitores eu resolvi mandar essas poucas frases para nossas reflexões em Rondônia, Porto Velho e no amado Brasil.

Este meu jejum de escrever é porque minha amada genitora, Dona Erani Vasconcelos está numa luta grande pela recuperação de sua saúde; desde meados de março - ela já esteve no João Paulo II (Deus seja louvado), por três internações, fez cirurgia no HB e esteve 11 dias no Santa Marcelina - agora está sendo tratada de sepsia (louvado seja Deus) no hospital Samaritano aqui em Porto Velho.

Não vou nem falar nada sobre o hospital João Paulo II - infelizmente continua do mesmo jeito de sempre.

E esses vai e vem de hospitais e medicamentos e cuidados de noites e dias mal dormidos e passados tem me deixado e a minha família, atônitos.

Àqueles que possam rezar e orar em favor da saúde plena dessa maranhense guerreira, eu sinceramente agradeço.

Mas, hoje é, para os católicos dia de comemoração da natividade de São João Batista, precursor da pregação e do evangelho de Cristo. Preparou com sua vida dedicada de profeta os caminhos de Jesus, seu primo.

Vamos imitar, falar de coisas que nem todos gostam de ouvir: mas lá vai - profeticamente solicito ao nosso Pai amado que dê os rumos e as luzes.

Hoje é para todos nós a última segunda feira do mês e antecede para o parlamento nacional e os locais o conhecido recesso de julho. Agora tudo vai ser votado apenas dias 06 e 07 de agosto.

Águas nas fervuras, meu senhor - ou panos quentes, por favor! prefiro dizer panos mornos.

No mundo das políticas nacionais ao andar dessa carruagem, julho e agosto podem ser mesmo é quentes, pelando as bocas e os bolsos.

Pouco feito para quase 180 dias - minha humilde opinião sobre tantos desafios que o Brasil inteiro tem desde sempre.

Em Brasília-DF, salvo algum ou outra coisa velha de 2014, 2016 ou de 2018 - nada, apenas o tremendo tema nebuloso e discordante da reforma da previdência -ninguém se entende até ontem. É preciso mais.

Todos estamos vendo nos últimos 36 meses, 24 meses, 18 meses, seis meses que o desemprego galopante não se rendeu às fake news dos lados de esquerda e direita e nem se declinou em razão da apatia meritória do pessoal de centro.

Sem grandes decisões políticas a economia e o desenvolvimento capengam, certamente que o crescimento do Brasil em 2019 não chegará a 0,5%.

É esperado que o segundo semestre venha com boas e muitas surpresas agradáveis, pois este que finda realmente não acrescentou melhorias significativas ao povo brasileiro.

Graça e Paz.

Domingo, 30 de junho de 2019

## Eleições no Bairro Cohab Floresta

Caros amigos leitores da nossa coluna no gente de opinião; hoje dia 30 de junho aconteceu no bairro Cohab eleições para a diretoria executiva e para o conselho fiscal.

Um bom processo democrático. Foi um dia de boa participação e mais uma vez o povo demonstra que confia e acredita em processos de escolha para suas representações.

Digo isso pois participei como membro integrante da comissão eleitoral extraordinária e das 07h às 17h vários moradores acorreram ao certame local, surpreendendo em efetiva participação.

Vi as movimentações de maio e de junho. E ao final das apurações foram 237 eleitores e a mesma quantidade de votos válidos.

São quase trezentas pessoas que saíram de suas casas, de seus afazeres, de suas missas e de seus cultos dominicais, e das atividades familiares do domingo e levaram seus documentos, de acordo com o edital, para participar.

Os moradores do bairro Cohab deram hoje exemplo de cidadania. Bonito de se ver. Estão acontecendo Eleições por aí fora que apenas 60 ou 70 aparecem; em tempos de tamanha descrença nos processos de escolhas, a zona sul deu o tom.

A chapa 01 liderada por **Dona Cila e o José Westmir** tem seis meses para dar início ao trabalho comunitário de recobrar a credibilidade de representação de bairro e mostrar serviço e projetos em 2020.

Após isso, quem sabe, ajudar a transformar um pouco a realidade das 1.460 famílias que moram por ali.

Segurança. Iluminação. Esportes. Terceira idade. Juventude. Famílias e resgate de práticas positivas de vizinhança solidaria.

É uma possibilidade.

Com seriedade e esforços, certamente poderemos ver transformada em realidade.

Deus abençoe estas nobres intenções que hoje às 16h 45 foram declaradas pelos dois líderes após haverem sido proclamados eleitos e devidamente empossados. Agora é a hora.

Mãos às obras comunidade do bairro cohab floresta.

Graça e paz.

Terça-feira, 30 de julho de 2019

## **Representantes do setor produtivo reúnem-se com o Presidente Bolsonaro.**

Aqui no estado as lideranças dos diversos segmentos empresariais apontaram desde o mês de fevereiro em reuniões com o governador Marcos Rocha diversos temas e pontos importantes.

São vários gargalos e problemas de ordem estrutural, orçamentário, legal e de burocracia injustificada.

Pois bem. Sob a articulação e a coordenação do deputado federal coronel Crisóstomo e das lideranças dos diversos segmentos do conesul, região da zona da mata, região central, vale do Jamari e das lideranças da parte norte inclusive a capital Porto Velho, hoje foram entregues ao presidente Jair Bolsonaro um resumo dessas demandas.

De acordo com o empresário Chico Holanda foi construído ao longo do mês de julho um documento estruturado que relaciona em torno de 32 ações específicas e diretrizes de curto, médio e longo prazo as diversas soluções para soltar amarras do empreendedorismo urbano e rural para o crescimento e desenvolvimento.

O grupo está sendo estruturado como Grupo de Ações do Empresariado de Rondônia (GAERO) e está composto inicialmente de 17 pessoas que desenvolve atividades na indústria, comércio, serviços, transporte, mineração e agronegócio.

Participaram lideranças políticas, jornalistas, técnicos e também o vice governador, os prefeitos de Costa Marques, Guajará Mirim e de Porto Velho, uma vez que alguns projetos apontado no documento resumo do grupo GAERO são dirigidos a promoção do desenvolvimento sustentável dessas localidades.

A reunião da comitiva com o presidente Jair Bolsonaro foi extremamente importante e diretiva. O presidente ouviu atentamente

as apresentações divididas por setores e segmentos. Foram cinco os oradores e a mediação das perguntas e respostas ficou ao encargo dos parlamentares presente.

Destacando a importância da unidade de esforços entre o Estado e o mercado, Bolsonaro já promoveu ali mesmo o despacho oficial com os ministros da infraestrutura, agricultura e de Minas e energia.

Temas como desoneração tributária, transporte rodoviário e fluvial, ligação entre Porto Velho e Manaus, incentivo aos portos privados, redução da carga tributária sobre a cesta básica, plano de mineração, internacionalização do aeroporto de Porto Velho e pesquisa e inovação tecnológica para as cadeias da carne e do leite e ainda uma ampliação do comércio de fronteira com a Bolívia e os países andinos deve figurar na agenda do poder federal e certamente dos projetos da bancada federal de Rondônia.

Vamos apoiar e acompanhar os benefícios do desdobramento dessa eficiente e promissora iniciativa.



Sábado, 3 de agosto de 2019

## **Grupo de empresários de Rondônia tem nova agenda em Brasília.**

O grupo de empresários e lideranças dos diversos setores produtivos de Rondônia já está buscando nova agenda no Distrito Federal. Desta vez as reuniões serão com o presidente da Câmara dos Deputados e com o presidente do Senado Federal.

No dia 30 de julho o presidente Jair Bolsonaro recebeu no Palácio do Planalto, a comitiva de empresários rondonienses para tratar de um documento resumo das principais ações de governo que deverão promover a desoneração fiscal e tributária, ampliar o ambiente de negócios, ampliar a base do emprego e do trabalho no campo e nas cidades, e certamente promover, pelas ações de infra-estrutura dos portos e rodovias a ampliação das atuais taxas de crescimento do PIB do estado de Rondônia que já está no patamar dos 40 bilhões.

As audiências estão sendo agendadas e acompanhadas pelo deputado Coronel Chrisóstomo de Moura (PSL-RO), e a comitiva do chamado Grupo de Ação Empresarial do Estado de Rondônia (GAERO) terá mais uma vez a participação das principais lideranças do setor privado.

Em conversa hoje com o empresário do setor do comércio aqui da nossa capital, Francisco Holanda, que integrou a comitiva, defensor dessas agendas e do documento resumo do progresso de Rondônia, disse que possivelmente já nessa próxima quinzena haverá confirmação dessas audiências.

O documento elaborado por equipe técnica capacitada, recebeu informações e sugestões de todos os segmentos econômicos ao longo dos últimos 12 (doze) meses, sendo um registro favorável ao empreendedorismo e a abertura comercial para os produtos de Rondônia para alavancar projetos de geração de riqueza e promoção da renda em todos os municípios nos próximos anos.

Será bastante oportuno que essas agendas possam influir e colaborar com o planejamento plurianual (PPA) a nível federal e também em nível local; segundo o empresário Jaime Bagattoli esse é um dos principais objetivos dessa ação organizada.

Outra liderança que faz uma defesa incondicional da ampliação do porto de Guajará-Mirim e a construção de outro porto em Costa Marques, Cesar Cassol, signatário do pedido de audiências em Brasília-DF, disse que esses são projetos importantes para ampliar os negócios entre o Brasil e a Bolívia na próxima década. “A indústria de Rondônia tem diversos produtos para vender ao País vizinho, mas a burocracia emperra os negócios. Na audiência com o presidente Bolsonaro, registramos que o nosso vice-governador, empresário José Jodan entende que essa abertura comercial dará a Rondônia possibilidades reais de ampliar as vendas e aumentar a receita, pois exportará além da Bolívia, para outros países como Peru e Chile que estariam na mesma rota. Os temas pelo visto são bastante oportunos e no momento em que as autoridades do orçamento e do planejamento nacional e do estado debruçam sobre projetos, planos e programas, é certo que a defesa do setor de investimentos, de produção e de comercialização de bens de consumo e dos serviços sob todos os aspectos, estará dando o tom para o desenvolvimento sustentável de nossa amada Rondônia.

Segunda-feira, 12 de agosto de 2019

## **Palavras do Santo livro da vida aos mandatários.**

Em todo o mundo católico ontem, domingo, dia do Senhor, ouvimos essa palavra que ao ser analisada com carinho, dá-nos mais uma vez a lição que vem do alto.

Aqueles que têm ouvidos, ouçam e que tem coração pratiquem.

Naquele tempo, disse Jesus a seus discípulos:

32 “Não tendes medo, pequenino rebanho, pois foi do agrado do Pai dar a vós o Reino”.

33 Vendei vossos bens e dai esmola. Fazei bolsas que não se estraguem, um tesouro no céu que não se acabe; ali o ladrão não chega nem a traça corrói.

34 Porque onde está o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração.

35 Que vossos rins estejam cingidos e as lâmpadas acesas.

36 Sede como homens que estão esperando seu senhor voltar de uma festa de casamento, para lhe abrirem, imediatamente, a porta, logo que ele chegar e bater.

37 Felizes os empregados que o senhor encontrar acordados quando chegar. Em verdade eu vos digo: Ele mesmo vai cingir-se, fazê-los sentar-se à mesa e, passando, os servirá.

38 E caso ele chegue à meia-noite ou às três da madrugada, felizes serão, se assim os encontrar!

39 Mas ficai certos: se o dono da casa soubesse a hora em que o ladrão iria chegar, não deixaria que arrombasse a sua casa.

40 Vós também, ficai preparados! Porque o Filho do Homem vai

chegar na hora em que menos o esperardes” .

41 Então Pedro disse: “Senhor, tu contas esta parábola para nós ou para todos?”

42 E o Senhor respondeu: “Quem é o administrador fiel e prudente que o senhor vai colocar à frente do pessoal de sua casa para dar comida a todos na hora certa?”

43 Feliz o empregado que o patrão, ao chegar, encontrar agindo assim!

44 Em verdade eu vos digo: o senhor lhe confiará a administração de todos os seus bens.

45 Porém, se aquele empregado pensar: ‘Meu patrão está demorando’, e começar a espancar os criados e as criadas, e a comer, a beber e a embriagar-se, 46 o senhor daquele empregado chegará num dia inesperado e numa hora imprevista, ele o partirá ao meio e o fará participar do destino dos infiéis.

47 Aquele empregado que, conhecendo a vontade do senhor, nada preparou, nem agiu conforme a sua vontade, será chicoteado muitas vezes.

48 Porém, o empregado que não conhecia essa vontade e fez coisas que merecem castigo, será chicoteado poucas vezes. A quem muito foi dado, muito será pedido; a quem muito foi confiado, muito mais será exigido!”

Feliz semana a todos, especialmente àqueles que receberam o poder terreno para mudar e melhorar a vida do próximo.

Graça e Paz.

Segunda-feira, 19 de agosto de 2019

## Mensagem aos gestores públicos do Brasil.

Há no livro sagrado uma passagem onde o servo de Deus: Jó e seus três amigos discorrem sobre tudo e sobre si mesmos como homens justos e sábios, às vezes “poderosos” e cheios de conhecimento, mas às vezes, paradoxo humano, conscientes de sua simples condição; mas ao final do livro Deus surge e fala com eles sobre a certeza dessa condição. Afinal de contas, Deus é Deus e os homens (humanidade) são simples operários da grande messe deste planeta.

Aqueles que duvidam, por favor leia este pequeno trecho retirado do Livro de Jó.

Então o Senhor respondeu a Jó do meio da tempestade.

Disse ele:

*“Quem é esse que obscurece o meu conselho com palavras sem conhecimento?”*

*Prepare-se como simples homem; vou fazer-lhe perguntas, e você me responderá.*

*“Onde você estava quando lancei os alicerces da terra? Responda-me, se é que você sabe tanto.*

*Quem marcou os limites das suas dimensões? Vai ver que você sabe! E quem estendeu sobre ela a linha de medir?”*

*E as suas bases, sobre o que foram postas? E quem colocou sua pedra de esquina, enquanto as estrelas matutinas juntas cantavam e todos os anjos se regozijavam?”*

*“Quem represou o mar pondo-lhe portas, quando ele irrompeu do ventre materno, quando o vesti de nuvens e em densas trevas o envolvi, quando fixei os seus limites e lhe coloquei portas e barreiras, quando*

*eu lhe disse: Até aqui você pode vir, além deste ponto não, aqui faço parar suas ondas orgulhosas?*

*“Você já deu ordens à manhã ou mostrou à alvorada o seu lugar, para que ela apanhasse a terra pelas pontas e sacudisse dela os ímpios?”*

*A terra toma forma como o barro sob o sinete; e tudo nela se vê como uma veste.*

*Aos ímpios é negada a sua luz, e quebra-se o seu braço levantado.*

*“Você já foi até às nascentes do mar, ou já passeou pelas obscuras profundezas do abismo?”*

*As portas da morte lhe foram mostradas? Você viu as portas das densas trevas?*

*Você faz ideia de quão imensas são as áreas da terra? Fale-me, se é que você sabe.*

*“Como se vai ao lugar onde mora a luz? E onde está a residência das trevas?”*

*Poderá você conduzi-las ao lugar que lhes pertence? Conhece o caminho da habitação delas?*

*Vai ver que conhece, pois você já tinha nascido! Você já viveu tantos anos!*

*“Acaso você entrou nos reservatórios de neve, já viu os depósitos de saraiva, que eu guardo para os períodos de tribulação, para os dias de guerra e de combate?”*

*Qual o caminho por onde se repartem os relâmpagos? Onde é que os ventos orientais são distribuídos sobre a terra?*

*Quem é que abre um canal para a chuva torrencial, e um caminho para a tempestade trovejante, para fazer chover na terra em que não vive nenhum homem, no deserto onde não há ninguém, para matar a*

*sede do deserto árido e nele fazer brotar vegetação?*

*Acaso a chuva tem pai? Quem é o pai das gotas de orvalho?*

*De que ventre materno vem o gelo? E quem dá à luz a geada que cai dos céus, quando as águas se tornam duras como pedra e a superfície do abismo se congela?*

*“Você pode amarrar as lindas Plêiades? Pode afrouxar as cordas do Órion? Pode fazer surgir no tempo certo as constelações ou fazer sair a Ursa com os seus filhotes?*

*Você conhece as leis dos céus? Você pode determinar o domínio de Deus sobre a terra?”*

*“Você é capaz de levantar a voz até às nuvens e cobrir-se com uma inundação?*

*É você que envia os relâmpagos, e eles lhe dizem: ‘Aqui estamos’? Quem foi que deu sabedoria ao coração e entendimento à mente? Quem é que tem sabedoria para avaliar as nuvens? Quem é capaz de despejar os cântaros de água dos céus, quando o pó se endurece e os torrões de terra grudam uns nos outros?*

*“É você que caça a presa para a leoa e satisfaz a fome dos leões, quando se agacham em suas tocas ou ficam à espreita no matagal?*

*(Jó 38:1-40)*

Boas escolhas e boas decisões, afinal de contas, elas todas recaem, um dia sobre todos nós.

Graça e paz, feliz semana.

Sexta-feira, 30 de agosto de 2019

## **O amor de uma mãe é mesmo insuperável.**

Caros amigos e amigas, foi no dia 29 de junho deste ano, a última vez que conversei com minha mãe, a Dona Erani Vasconcelos de Oliveira, na UTI do hospital Samaritano aqui em Porto Velho.

Naquele dia, um sábado, eu fui à visita da manhã e também da tarde; domingo foram outras pessoas e uma amiga ministra da eucaristia para a entrega da hóstia Santa, infelizmente ela não conseguiu receber.

Nas minhas duas últimas visitas, eu e minha rainha conversamos conversas curtas, poucos minutos e um silêncio denso; a fala foi mais com o olhar do amor incondicional e da ternura divina que as mães têm.

Abraço cheio de ternura, beijos tenros e lágrimas; (minhas lágrimas que verti escondido) e ela, sempre firme, segura, mesmo com dores, mandou-me o sorriso, o último e maravilhoso.

Deu-me conselhos e também a sua bênção, a última em vida. Nessa vida de carne.

Minha gente, aproveite minha dor para falar a vocês, neste artigo tão sentimental, amoroso e dedicado: por favor, beije mais e abrace mais os seus pais; visite-os e fique mais tempo com eles – são suas raízes. Sua grande fortaleza, pois o tempo passa para todos e um belo dia eles já não vão mais estar por aqui.

O dia 29 de junho desse ano (2019) foi no calendário católico o Dia de São Pedro e São Paulo foi celebrado em memória da vida e do martírio dessas colunas de virtude e agora para mim tem mais razão de ser, pois me fez meditar bastante sobre a vida esse presente maravilhoso que Deus nos dá.

Estas são festividades típicas da Igreja Católica, em honra ao martírio dos apóstolos São Pedro e São Paulo.



A festa de São Pedro é uma das mais comemoradas entre as chamadas “festas juninas”. Normalmente, nestas celebrações são feitas muitas quermesses, arraias e grandes fogueiras, assim como acontece no Dia de São João.

Dona Erani, maranhense de Buriti, ama as festas de junho e julho; hoje ela está mesmo com São Pedro e São Paulo, com Santa Ana e São Joaquim, com José e Maria e com Jesus Cristo. Eu creio e sinto isso bem aqui em meu coração.

Essa mensagem deste artigo de hoje não trata de pesquisas econômicas, de números do agro, de pensamentos e opiniões políticas ou do racional do mundo, mas do culto a divindade das mães, essas pessoas maravilhosas que o Criador coloca para irradiar a maior de todas as forças e o maior de todos os assuntos: o amor.

Julho começou para mim e para a minha família com o final do martírio pessoal de Dona Erani que convalesceu doente por mais de 120 dias, mas que certamente encontrou a paz e a luz do amor universal. Resta-nos o consolo mútuo e alegria de tê-la em muitas memórias agradáveis e alegres.

Dona Erani Vasconcelos, eu declaro aqui que te amo muito, sou grato por tudo e digo e registro que você continua sim aqui, bem perto de mim, minha animadora, conselheira, amiga e anjo que o Senhor me confiou por mãe e eu a você por filho.

Deus seja contigo.

Graça e Paz.

Segunda-feira, 16 de setembro de 2019

## **Nova diretoria para o conselho de leigos e leigas de Porto Velho**

No último final de semana, dias 14 e 15 de setembro, leigos e leigas da arquidiocese de Porto Velho e sua área de abrangência, reuniram-se na sede do Centro Arquidiocesano de Pastoral (CAP) em Porto Velho para o Encontro do Laicato. Estiveram presentes 71 representantes do conselho do laicato de todas as paróquias que congregam a arquidiocese de Porto Velho.

O tema do encontro, uma Assembléia Eletiva Arquidiocesana do Conselho de Leigos e Leigas, foi o texto base do Conselho Nacional do Laicato Brasileiro - CNLB: "Um novo olhar, um novo agir", com o lema: "Eu vi, ouvi e desci." (Ex.: 3-7/8) conduzido pelo professor Carlos Oliveira e pelo professor Doutor José Dettoni; também foi abordado a temática do Sínodo Pan-Amazônia que será no mês próximo de outubro.

O padre coordenador arquidiocesano de pastoral, professor Doutor Valdecir Cordeiro proferiu palestra sobre a Igreja, suas estruturas e formato eclesial e também sobre o papel fundamental dos cristãos leigos e leigas em sua missão de sal da terra e luz do mundo, como forma de elevar a condição de construtores positivos da sociedade ideal pelo ativismo e pelo protagonismo responsável.

Vários presbíteros, religiosos e religiosas de várias denominações do mundo católico estiveram presentes e professores da Universidade UNIR também, como o professor Fernando Novoa que fez palestra sobre os condicionantes atuais do posicionamento individual no meio coletivo e nas organizações instituídas.

O arcebispo de Porto Velho, Dom Roque Paloschi, um dos articuladores na Amazônia e organizadores do Sínodo que acontecerá em Roma, fez o encerramento e uma celebração muito concorrida na capela do Centro (CAP).

Na ocasião, houve a eleição dos novos membros do Conselho Arquidiocesano de Leigos e Leigas Cristãos que estarão à frente do organismo de 2019 a 2022.

Professor Carlos Oliveira, economista Francisco Aroldo Vasconcelos, Alexander, Israel, professora Giscélia Vieira e o senhor Everaldo Luzia.

Ainda no mês de outubro, os novos membros eleitos devem apresentar o planejamento de atividades para 2020 envolvendo atividades com as pastorais em todas as paróquias e comunidades católicas da sua área de atuação que inclui a capital e o vale do Jamari.

Terça-feira, 24 de setembro de 2019

## **Presença do Estado em setores de serviços não essenciais**

Eu vejo essa discussão da presença desnecessária do Estado brasileiro em diversos setores que não coadunam com o seu objetivo constitucional desde meus dezesseis anos, naquele tempo de aluno de Escola Técnica, lá em Fortaleza.

O negócio é realmente antigo.

Realmente é pouco providencial e perfeitamente dispensável realizar investimentos dos recursos do contribuinte em projetos e programas que pouco ou quase nada trazem para o conjunto dos resultados público e coletivos de uma sociedade.

E olha que esses recursos dos contribuintes, são é muito suados, diga-se sempre, em negrito mesmo; vide os quase 40% da carga total tributária sobre os ombros de empresários e trabalhadores - que teimam secularmente em não ver ganhos comuns na unidade de pensamento e nas ações coordenadas para que isso um dia mude. Mas, vamos adiante.

Analisando o novo orçamento proposto pelo governo de Rondônia para o exercício de 2020 e os programas descritos no planejamento plurianual conhecido como PPA nota-se mais uma vez esse tipo de realidade.

Duas coisas me chamam já imediatamente a atenção: uma primeira é uma secretaria chamada Epr (ou Estado para Resultados) que existe com este nome e tem orçamento e financeiro gordo desde janeiro de 2018 - mas que poucos sabem o que faz e quais os resultados práticos de seus mais de 100 comissionados trazem para a sociedade; outro é o Instituto de Educação Profissional que nasceu em 2016/2017 e que agora veio forte, engordou de vez: está planejado consumir quase 19 milhões de reais, imaginem para formar profissionalmente alunos para o mercado de trabalho.

Como se não existissem desde 2011 e desde sempre o SENAR, SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI, SESI, SESCOOP, SEST e o SENAT para desenvolver programas de educação profissional.

Eu mesmo trabalhei por 20 (vinte) anos em três dessas entidades. Elas fazem cursos de formação, qualificação, desenvolvimento tecnológico e de aprendizagem com maestria desde a década de 1950. Barbaridade!

Mas o Estado é mesmo fominha, não o governo, já alerto aos que não sabem ler entrelinhas; mas falo da dome das estruturas de Estado - uma teimosia de operadores públicos enraizados nos diversos departamentos e dotados de escrivatinhas arcaicas que impõem a muitos gestores, sempre de maneira sutil, que o Poder precisa estar em todos os lugares. Notem bem.

Estruturas arcaicas no sentido de sentimentos, pensamentos e atitudes que não colaboram com o futuro de uma região, de um povo e de uma nação, posto que na realidade, em busca de perpetrar suas ideias atrasadas, fazem na verdade é atrapalha a livre iniciativa e a organização dos empresários e dos trabalhadores de uma nova e necessária economia.

O Brasil ainda dorme no berço esplendido do setor público para o público - peças de autoconsumo construindo cenários de autofagia.

Terça-feira, 8 de outubro de 2019

## O plano plurianual do Governo já está na ALE-RO

Chegamos a outubro e tramita nas comissões parlamentares da Assembléia Legislativa de Rondônia a mensagem de Nº 177 de 29 de agosto do corrente, sendo que traz para a análise da Casa de Leis nos termos do caput artigo 134 da Constituição do Estado, em consonância com o disposto no § 1º do artigo 165 da Constituição Federal, estabelecendo de forma regionalizada (são 10 essas regiões) as metas da Administração Pública para o período de 2020 a 2023.

O Plano P.P.A. define, em cima da análise histórica e de possíveis cenários econômicos os valores para as Despesas de Capital e outras delas decorrentes e, também, àquelas relativas aos programas de duração continuada, expressas no Programa de cunho Finalístico ou Temático e Gestão, Manutenção e Serviço.

Pois bem, essa peça é técnica, mas lógico, tem seus viés políticos e traz os indicativos para os rumos dos gastos públicos e a setorização de possíveis investimentos em setores críticos como saúde, educação e segurança pública, sem falar nos programas que podem promover o crescimento e o desenvolvimento social e econômico do estado para os próximos 04 anos.

Esse planejamento de trabalho para os próximos exercícios da gestão que se instalou em janeiro passado no C.P.A. deve ser objeto de uma necessária análise pelos setores organizados de Rondônia; digo, os setores sociais mesmo, e também aqueles ligados a economia, sejam os empresários da indústria, do comércio e do serviço e as organizações do chamado terceiro setor, aqueles que atuam de forma complementar em projetos e programas de cunho assistencial e voluntário nas inúmeras comunidades onde o Estado não consegue promover atividades.

A previsão de financiamento deste PPA é de aproximadamente

R\$ 9 bilhões ao ano – tendo em vista a perspectiva de receitas, e, como base a arrecadação dos últimos 60 meses; isso mesmo, Rondônia tem uma excelente arrecadação nos rankings regional. Isto ocorre em razão de sua condição estratégica (posição geográfica) e ao setor rural em franca ascensão desde 2008.

Atualmente o capital empreendedor do estado compõe mais de 100 milionários com efetiva expressão na geração de emprego e renda por meio de seus vários projetos, restando ao governo uma simples constatação de que é necessário reduzir gastos internos e ampliar os investimentos em infraestrutura, regulamentação, desburocratização e alguns ajustes na atual política de fomento para novos investimentos.

Mas, isso apenas ocorrerá mediante o diálogo e a participação deste setor e também do setor organizado das associações urbanas e rurais os quais devem debruçar sobre uma bela análise da proposta do Poder Executivo que está na Casa de Leis, afinal de contas, não é possível que apenas 30 ou 40 pessoas do staff governamental sejam os exclusivos iluminados para decidir e definir os rumos de uma economia pujante e das vidas de mais de 1,6 milhões de pessoas.

Portanto, a prudência nos recomenda que é preciso colocar mãos à obra, colocar os digitais e as mentes pensantes neste documento que, na prática será a guia do processo de desenvolvimento, ou não, do promissor estado de Rondônia. O caminho institucional agora é a proposição de emendas ao plano PPA por meio dos nossos representantes, os parlamentares estaduais.

Para ilustrar um pouco, com números, finalizo com o registro de que em 2020 o plano é executar R\$ 8.943.059.805,00 e que existem 15 (quinze) prioridades elencadas pelo atual governo para serem executadas nos próximos 48 meses.

Graça e Paz.

Sexta-feira, 18 de outubro de 2019

## **Será mesmo que a história pode se repetir?**

No ano de 1989 o Brasil elegeu Fernando Collor para o mandato presidencial depois de uma disputa acirrada onde figuravam à época o Leonel Brizola, o Luis Inácio LULA e até o dono do SBT, Senhor Abravanel - o elegante e sorridente Silvio Santos.

Era uma época de muitas incertezas sociais e econômicas. A Constituição da República, com o intuito de preparar o país para a chegada do terceiro milênio havia sido aprovada e estava em pleno vigor havia apenas um ano.

Gostaria de lembrar aqui que entre o primeiro e o segundo turno daquelas eleições de 89 o Leonel Brizola e o LULA fizeram uma aliança de esquerda para derrotar o nordestino de Alagoas irrigado por um esquema de captação de recursos de empresas que ficou conhecido como esquema PC que o levou a ser encontrado morto em 1996.

O mundo estava revelando que mudanças de poder na luta entre socialismo e capitalismo fez a derrocada de muitas nações de gestão de esquerda.

Seguramente por isso que os setores mais tradicionais e ditos de pensamento de direita levaram a melhor, mesmo que após 24 meses o presidente eleito Fernando Collor tenha saído de maneira desonrosa e em seguida surgisse o PSDB como concentração deste pensamento de direita para concorrer e levar em 1994 quando o agora conhecido FHC foi eleito e em seguida re-eleito presidente do Brasil.

Bom lembrar que dois anos antes de ser eleito, FHC tinha procurado reunir os pensamentos de social democracia entre os dois partidos - PT e PSDB, mas o principal líder à época, LULA e seus mentores não aceitaram; e que o mineiro Itamar Franco foi o responsável pela nomeação de Henrique Cardoso, primeiro como ministro que trouxe o Real como a salvação da lavoura e que



seguramente o fez ser visível para o eleitorado naquela década de 90.

Após esses acontecimentos, iniciamos este milênio aqui no Brasil com essa divisão e luta pelo poder entre dois partidos e duas lideranças que são na verdade, gêmeos siameses, de ideologia social democrata.

Ao largo e ao lado desses mais de 30 anos, vemos partidos nancos surgindo e partidos antigos navegando no poder dentro do planalto central e nas 27 delegações de poder que são os palácios locais.

Vemos outras forças que se prepararam e aproveitaram os espaços dados por essa luta de titãs.

Eis que entre 2014 e 2018 surgem alianças individuais nesse quadro-cenário e novamente o Brasil elegeu ano passado uma figura nova e ímpar: o capitão Bolsonaro.

Com as diplomações no Congresso há 11 meses atrás, aqueles mais sensíveis ao desenrolar político, perceberam que 2019 não seria mesmo fácil e eis que estamos no décimo mês e as coisas se aprecem muito com aquele cenário que resultou no primeiro processo de impeachment de um presidente latino-americano.

Apenas para um realce em nossas lembranças, digo que entre 1998 e 2002 foi uma época de escolher entre privatizações e estatizações e nas duas eleições que levaram FHC ao poder central o que ocorreu foi a consolidação de suas ideias que, em resultado deram a base para a chegada do “ptismo” ao poder e em 14 anos o que se viu foi uma espécie de continuação das ideologias social democratas tupiquins com um teatro policito sem precedentes.

Resultado prático: Estado enorme, pesado, repleto de privilégios e extremamente corrupto com repercussão na vida de todos e ainda merece destaque a formação abissal de um verdadeiro abismo entre os muito pobres e os muito ricos e uma triste cons-

tatação de que o Brasil tem uma classe média sufocada por quase 40 % de impostos.

A chegada da próxima década está aí... há fogo por todos os lados, e agora com as possibilidades trazidas pelas redes sociais em tornar transparentes ou escuras as luzes da democracia, caminhamos tateando para o ano de 2020.

Esses dois partidos e seus dois principais líderes, que deveriam ter entrado em aposentadoria desde 2003 e 2011, respectivamente, continuam atuantes e desafiam o progresso e a ordem neste país.

O que é necessário mesmo, o que é preciso mesmo é trabalhar programas e projetos econômicos e sociais novos, como os olhos em 2030, caso contrário não haverá país para administrar quando esse horizonte chegar.

Por isso mesmo, o apelo é imprescindível: “Deus salve os brasileiros de políticos ruins e falsos e famigerados profetas.”.

Segunda-feira, 21 de outubro de 2019

## **Brasil, quem entende porque tantas normas fiscais e impostos?**

Você, caro amigo e amiga; que lê essas minhas escassas e despretensiosas linhas sendo servidor público, trabalhador privado, micro ou pequeno empresário, político, empresário, artista, profissional liberal ou aposentado seguramente já viu o grau de dificuldade que temos em lhe dar com o universo complexo e controverso das leis, e, mui especialmente das leis relacionadas com a malha de tributos; são federais, estaduais, municipais, de autarquias, centros de pesquisa, DETRAN, Agências reguladoras e outras chamadas unidades orçamentárias.

Olha só esse informação: Desde a Constituição Federal (1988) para cá, segundo um estudo realizado no ano de 2017, pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) o país já editou mais de 5,75 milhões de normas - eu aqui já somei as normas de 2017, 2018 e desse ano, de acordo com a média apresentada pelo referido estudo técnico.

Deus seja louvado, o pessoal é frenético neste tipo de produção: normas.

Especificamente sobre matéria tributária, o levantamento mostrou que, no período, o estudo foi divulgado no meio do ano de 2017 - foram editadas mais de 363 mil normas. Dessas, 31.221 são normas tributárias federais; 110.610 são estaduais e 221.948 das cidades. Esse total representa média de 1,88 regras tributárias por hora em um dia útil.

Eu não conheço muitos tributaristas generalistas, dado a quantidade de material que o profissional deveria dominar para dizer que detém o melhor aconselhamento, por exemplo, para um empresário ou um agente público e para o bom funcionamento de sua escrituração contábil.

No meio de tantas alíquotas, tabelas, taxas, normas federais, es-

taduais, municipais, sobra confusão e vendedores de inúmeras facilidades.

Porque facilitar a vida do contribuinte e do empreendedor parece que é proibido no setor público, posto que este é o detentor do condão criador dessa teia de emaranhados normativos insanos e sem fim.

Abaixo uma tabela interessante:

Normas editadas	Gerais	Tributárias
Federal	163.129	31.221
Estadual	1.460.985	110.610
Municipal	3.847.866	221.948
Total	5.471.980	363.779

Agora uma sugestão minha que é simples, e que incomoda a muitos desde 2010 quando, pela primeira vez, eu defendi este pensamento; foi nas reuniões do Conselho Federal de Economia - COFECON e também em reuniões conjuntas com a Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL.

A proposta é bastante simples, o Brasil passasse a ter apenas e tão somente os seguintes impostos:

a) Imposto sobre a industrialização - alíquota simplificada de 7,5% para todo e qualquer produto;

b) Imposto sobre a circulação de mercadorias - alíquota de 8,5%

c) Imposto sobre serviços de qualquer natureza - alíquota de 5.00%

d) Imposto sobre serviços de natureza estratégica - alíquota de 17.00%

d) Imposto sobre a comercialização no atacado - alíquota simples de 7.5%

- e) Imposto sobre a comercialização no varejo - 7.5%
- f) Imposto sobre a importação ou exportação - alíquota de 10%
- g) Imposto sobre a Renda da pessoa física - alíquota de 15% para rendimentos mensais superiores a 04 (quatro) pisos nacionais de salário e sem deduções e sem calendário de devolução
- h) Imposto sobre o Lucro da pessoa jurídica- alíquota simplificada de 11% para empresas de receita anual bruta superior a R\$ 1,35 milhões de Reais
- i) Imposto sobre a produção intelectual agregada na forma de variação cultural, esportiva, artística ou tecnológica – Alíquota de 17%

Certamente que revogando esse emaranhado atual e substituindo por apenas 10 (dez) impostos com suas alíquotas simples e transparentes, em apenas 24 meses a nação sai desse fosso negro de sonegação e de vendas subliminares de facilidades que oneram o setor produtivo e que, muitas vezes causam processos judiciais demorados e onerosos, os quais reduzem a propensão a cultura do empreendedorismo e a elevação do emprego e da renda das famílias brasileiras.

Mas, cá entre nós, quem dos operadores políticos, juristas, empresários e até mesmo os tributaristas, desejam realmente que as coisas se tornem mais simples e mais transparentes?

Enquanto não sabemos, ou não recebemos uma resposta ao questionamento: Deus Salve o Brasil.  
Graça e Paz.

Quinta-feira, 24 de outubro de 2019

## **Investimentos públicos para o ano de 2020**

Hoje, dia 24 de outubro, de acordo com o cronograma de atividades do PLOA (projeto de Lei do Orçamento Anual para 2020) é o último dia para apresentar Minuta da LOA 2020, para a devida análise, discussões e sugestões de alterações pela sociedade.

O governo do estado de Rondônia, por intermédio da sua secretaria SEPOG recebe até esta data sugestões de adequação do PLOA 2020 em função da Audiência Pública e sugestões encaminhadas por e-mail.

Utilização das sugestões e alterações enviadas para o e-mail [sugestoesloaro@sepog.ro.gov.br](mailto:sugestoesloaro@sepog.ro.gov.br) e definidas na Audiência Pública.

Após isso, o Poder Executivo do estado, por meio da diretoria de técnica legislativa da Casa Civil, a chamada DITEL, fará o devido encaminhamento para a assembléia legislativa de Rondônia.

Lá, na Casa do Povo, haverá a apreciação e análise pelos parlamentares para aprovação da Lei que entrará em vigor no primeiro dia útil de 2020, selando o futuro de mais de R\$ 9 bilhões de reais para a manutenção da máquina pública, seus programas e projetos para o provimento de políticas públicas de saúde, educação, segurança, garantia de trabalho, emprego e renda, incentivos fiscais ao mercado, apoio a ciência e tecnologia, ao desporto e outras ações complementares, além, é lógico dos pagamentos a servidores, terceirizados, comissionados e seus contratos já firmados, bem como os milhões de débitos contraídos ao longo dos exercícios anteriores. Muito bem.

Analizando os números ao longo dos meses de setembro e neste mesmo de outubro, conseguimos visualizar que o novo governo estadual promoveu ajustes e reformulações em seu planejamento orçamentário, inclusive reduzindo fortes percentuais em unidades orçamentárias como a saúde (unidades executivas como os hospitais, o Cemetrôn e a Fhemeron); também na secretaria de agricultura e EMATER e outras unidades da administração

direta e indireta. É prudente fazer os devidos questionamentos.

Posto que ano que vem será o primeiro ano preparatório da próxima década, onde esperamos que a administração pública possa vislumbrar os devidos investimentos (ainda que pouco percentual) nos setores constitucionais da saúde e educação, bem, como de segurança pública, mas sobretudo apoiar o empreendedor e o trabalhador, sem os quais não existe efetivamente arrecadação.

É uma possibilidade, alentar e apontar como sociedade civil organizada para os representantes do povo, na ALE-RO a importância de reservas de investimento por exemplo na recuperação de solos degradados, nos programas estaduais de apoio a associações rurais, e cooperativas, bem como investir em projetos de agroindústrias que processem e agreguem valor aos inúmeros ativos primários de Rondônia.

Lembrando que desde 2012 o agronegócio cresce e aparece ano a ano como recordista em produção e arrecadação de impostos.

Investir na galinha dos ovos de ouro, elementar meus caros, elementar e necessário para a manutenção dos atuais níveis de crescimento.

Graça e Paz

## Soluções para o desemprego não passa apenas pelo mercado

O título acima não está errado, apenas uma chamada de atenção para ampliarmos nosso olhar. Estamos desde sempre acostumados a ver apenas postos de trabalho em empresas e no setor público. Mas eu chamo aqui a sua atenção para o fato de que o chamado terceiro setor no Brasil, emprega muitos profissionais, e que isso, sendo ampliado e apoiado, poderá fazer uma grande diferença equação matemática de solução ao desemprego atual.

Dados do IBGE do final do mês de agosto deste ano dão conta da seguinte realidade brasileira: o desemprego no país é de 11,8%, em média, índice apurado no trimestre encerrado em julho. A queda em relação à taxa do trimestre anterior (12,5%) e do mesmo trimestre do ano passado (12,3%) foi puxada pela informalidade, com recorde de empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria.

Segundo o estudo apresentado, o número de desempregados no Brasil ficou na casa dos 12,6 milhões de pessoas, o que representa uma queda de 4,6% (menos 609 mil pessoas) frente ao trimestre anterior.

Outro item analisado pelo documento divulgado foi o que diz respeito a informalidade; o número de empregados do setor privado sem carteira assinada (11,7 milhões) atingiu recorde e subiu nas duas comparações: 3,9% frente ao trimestre anterior e 5,6% em relação ao mesmo trimestre de 2018. A categoria dos trabalhadores por conta própria também bateu recorde da série histórica (iniciada no ano de 2012), alcançando 24,2 milhões de pessoas no período.

Muito bem, mas o Estado precisa olhar o todo da sociedade e destaque aqui as possibilidades deste atual governo promover a redução e a isenção de impostos para as mais de 820 mil organizações sociais em pleno funcionamento no campo e nas cidades brasileiras e que empregam diretamente mais de 4 milhões de



profissionais.

É muito importante destacar uma ação governamental para ampliar as perspectivas de horizontes para essa mescla de pessoas que cuidam com muito amor, carinho e profissionalismo de projetos e programas ligados a saúde, educação, cultura, esporte, lazer, artesanato, produção agrícola e educação profissional e qualificação rural.

Para nosso registro, olhando para o centro do Brasil, vemos que São Paulo possui quase um terço das organizações com vínculos de trabalho e mais de 35% das pessoas empregadas em instituições sem fins lucrativos.

Tendo por base os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ampliada, 83% dessas associações e fundações privadas não apresentam vínculos formais de emprego; já 7% delas possuem até dois vínculos de trabalho, um total de 90% delas têm até dois vínculos.

Dessa forma, o estudo presume que o universo das organizações é massivamente formado por micro-organizações, mesmo que se considere desconhecido o número de trabalhadores voluntários, mas que pode ser estimado em pelo menos o dobro dos empregos formais.

Com este cenário, imagina o Estado promovendo mudanças na legislação tributária, criando uma espécie de fomento para a criação de novos postos de trabalho nesta rede privada de associações no Brasil inteiro, mas com o foco, principalmente naquelas que operam no sudeste, onde há, notoriamente uma concentração maior da população e dos problemas sociais.

Uma simples matemática, diz que ao reduzir em até 50% os impostos atualmente relacionados com as organizações do terceiro setor, a geração de novos projetos poderá ampliar a demanda de empregos e serviços profissionais em 40% do total atual; o que seria em até 12 (doze) meses um adicional de quase dois milhões

de novos postos de trabalho.

Imaginem que mudança interessante no cenário desolador de 2019.

Dada a sugestão, resta ao governo e ao Congresso viabilizar as mudanças ainda em 2019 para que ao longo do ano de 2020 esse cenário idealizado possa vir a realidade; desta forma poderemos ver que também o terceiro setor poderá ser um espaço de geração, manutenção e do fortalecimento do emprego e da renda formal.

Graça e Paz.

## Organizações do terceiro setor em Porto Velho

No final de semana passado, realizando pesquisa sobre o tema do terceiro setor, deparei com as informações sobre o município de Porto Velho, nossa amada capital centenária, no site transparência e pesquisas do IBGE.

Aliás, gostaria de parabenizar aqueles que desenharam e que administram o referido site, está muito bom, atualizado e de fácil manuseio, diferente de outros sites oficiais onde que para você conseguir informações, quando encontra, leva uma manhã ou uma tarde.

Pois bem, existem no município de Porto Velho, de acordo com o IBGE, 857 organizações de terceiro setor; são as associações privadas, fundações e institutos que desenvolvem várias ações e projetos sociais de caráter complementar e continuado às políticas públicas do Estado.

E essas entidades de finalidade não econômica, que empregam ou contratam por tempo determinado mais de 3.100 profissionais estão distribuídas nas seguintes modalidades de atendimento, de acordo com os seus Estatutos Sociais:

SAÚDE
CULTURA E RECREAÇÃO
EDUCAÇÃO E PESQUISA
ASSISTÊNCIA SOCIAL
RELIGIÃO
PARTIDOS POLÍTICOS, SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES PATRONAIS E PROFISSIONAIS
MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL
DESENVOLVIMENTO E DEFESA DE DIREITOS
OUTRAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Outro dado relevante diz respeito aos valores relacionados com

os salários (renda) envolvida com essa massa de profissionais e trabalhadores que estão no terceiro setor da capital. Algo em torno de R\$ 171 milhões de Reais no ano de 2016, remuneração assalariada e de contratos de serviços que movimentam a economia da capital.

Dia desses eu escrevi que uma norma federal que possa dar alívio tributário nos impostos federais e também nos impostos estaduais e municipais poderão render para as associações urbanas e rurais a condição de empregar e de contratar mais pessoas e outros profissionais para a execução de seus projetos.

Alguém de pensamento reto e sã consciência tem dúvidas? A sociedade ganha duas vezes. No aumento de postos de trabalho e nos resultados sociais que as entidades sociais e de filantropia poderão trazer às comunidades urbanas e do campo.

Vamos lá, deputados e senadores.

Vamos lá, Ministros e governadores e prefeitos de todo o Brasil, vamos olhar mais para as possibilidades do terceiro setor organizado.

Graça e Paz.

Terça-feira, 12 de novembro de 2019

## **Banco de projetos sociais em Porto Velho tem o Fundo Solidário**

Todos que me leem desde 2014 aqui na coluna do Gente de Opinião sabe que desenvolvo muitas teses sobre a importância de reduzir o Estado, apoiar mais o Mercado e fomentar as organizações do chamado terceiro setor como forma de promover o desenvolvimento socialmente sustentável com base econômica no campo e na cidade.

Isto eu aprendi desde o ano de 2000 quando participei de inúmeros encontros, seminários, cursos de capacitação e da REDE COMUNIDADE ATIVA do governo federal sob a coordenação institucional de Ruth Cardoso e do vice-presidente da República Marco Maciel e do coordenador nacional à época, o Doutor Osmar Terra.

Muito ocorreu nestes quase 20 anos.

Inclusive quase nada.

Nada de avanços práticos para as organizações privadas que, apesar de todos os pesares, continua desenvolvendo inúmeros projetos e ações públicas de caráter não-Estado e que repousam na filantropia de muitos e no voluntariado de outros.

Aqui em Porto Velho temos mais de oitocentas entidades e há quase três anos uma espécie de BANCO DE PROJETOS que podem receber de pessoas, empresas, governos, fundações internacionais e outros modelos de fomento e patrocínio, valores que possam alavancar ações de ajuda às famílias menos favorecidas da cidade de Porto Velho.

Falo aqui da associação privada FUNDO SOLIDÁRIO, uma organização social urbana gestada no seio das comunidades católicas e dos movimento diocesano do ECC - Encontro de Casais

com Cristo.

Os valores de solidariedade, fraternidade e vida em comunidade permite que as pequenas e poucas ações desenvolvidas pelo grupo auxilia algumas famílias, mas prescinde de maior empoderamento.

É fato que desde 2015 uma onda de crise de emprego e trabalho com salários que possam manter as famílias de Rondônia teve início e que na capital isso ficou mais evidente com o declínio dos postos de trabalho deixados após a finalização da construção das Usinas do Rio Madeira.

Porto Velho inchou, teve a sua bolha de crescimento econômico (que estourou em 2017) e agora sobram problemas sociais de toda ordem.

A meu ver o Estado (governos) continuam acreditando que podem solucionar tudo, mas a realidade é seca e pouco educada: não podem.

O terceiro setor tem maior possibilidade de efetividade social com menos financeiro.

Suas estruturas, o Estado, suas normas, tempo de funcionamento (processo burocráticos) são lerdos.

Por exemplo: o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no seio público não alcança, no mais das vezes, a efetividade que a soma convêm - em função direta de uma cultura de desperdícios e muitas vezes até de uma cultura de corrupção.

Vide os escândalos de inúmeras obras de construção de prédios e estradas desde sempre.

Esse mesmo valor, dentro da ação de um projeto social, gerenciado por organizações de terceiro setor alcança mais força nas comunidades pois é certo que vai chegar efetivamente ao seu público alvo.

Os recursos gerenciados pelas entidades de terceiro setor, normalmente, multiplica; um fenômeno que pode ser constatado nos vários relatórios anuais de gestão dessas organizações.

As empresas (mercado) ainda não podem (ou não querem mesmo) desenvolver ações sociais voluntárias e estruturadas em caráter de filantropia em razão muito de sensibilidade e outra parte em razão de impostos elevados que tornam a nobre prática da solidariedade um pouco distanciada. Mas ainda assim vemos um cem número de empresários com o tom de doação.

No FUNDO SOLIDÁRIO de Rondônia, todos podem realizar as suas doações.

Dentro, lógico, das suas respectivas possibilidades.

A organização tem alguns projetos de pequeno porte em funcionamento e também uma dúzia de propostas de desenvolvimento efetivo da caridade e da solidariedade com as famílias atualmente em situação de risco social e desempregadas.

Qualquer um de nós poderá ajudar.

Servidores públicos, pequenos e médios empresários, industriais, profissionais liberais e filantropos de Rondônia.

Existe uma conta bancária que pode ser alcançada com uma transferência no APP ou por meio de um TED.

Esses valores certamente que vão somar gerando esperanças para os que estão inabilitados atualmente ao trabalho e a produção.

O FUNDO SOLIDÁRIO sobrevive de doações, portanto, está dado o recado, faça um contato, faça uma doação.

O terceiro setor e sua nobre função de auxiliar famílias socialmente vulneráveis agradece.

Segunda-feira, 25 de novembro de 2019

## **Imposto único no Brasil pode gerar milhões de empregos**

Na segunda semana do mês em curso (novembro), houve em São Paulo um encontro muito alentador para os rumos das possíveis mudanças nacionais. O amigo advogado e tributarista Marcio Melo, da SOFT consultoria, aqui mesmo de Porto Velho, participou e me relatou os pontos mais interessantes, entre eles a questão abordada sobre o IMPOSTO ÚNICO - Emenda Substitutiva nº 020 à PEC nº 045-A de 2019 que anda acelerada nas Comissões parlamentares no Congresso. Eu mesmo tenho apresentado desde 2015 artigos que versam sobre o tema e gostaria de compartilhar com os meus leitores alguns pontos de vista sobre essa possibilidade.

Uma reforma tributária é de fato uma necessidade para o Brasil, não desta década, mas dos primeiros anos deste milênio; pena que os mais variados interesses públicos (internos) e privados (financeiros empresariais) não permitem desde 2005 uma solução patriótica e cidadã.

O que vemos desde o limiar deste novo século no Brasil é Estado cuidando de Estado, indústria brasileira definhando e uma avalanche de privilégios para duplicar e às vezes triplicar o teto constitucional de muitos servidores públicos. Nada patriótico e nada cidadão isso aí.

Em torno dessa agenda interna, aparentemente o Estado, por diversos meios legais, (sempre dentro da Lei) protela mudanças na matriz de sua arrecadação e engorda os cofres em Brasília-DF em detrimento da iminente quebra de estados e municípios, às vezes por má gestão, às vezes por indução a inúmeros erros contábeis, fiscais e financeiros.

A questão tributária é um colosso.

A dívida pública de mais da metade dos entes federados é prati-



camente insolúvel a curto prazo e processos obesos e demorados repousam lustros e décadas nos trâmites de tribunais e suas instâncias numerosas.

As soluções são simples, mas quem as quer colocar na mesa?

Pior... Quem as quer mesmo colocar em prática?

A Emenda Substitutiva nº 20 é uma dessas possibilidades sérias e muito simplificadas que amedronta a todos os operadores atuais desse cipoal de normas ridículas que nada acrescentam a não ser honorários para uma casta de operadores legais.

Em suma, a Emenda 020 acaba com as dívidas do FISCO, Diminui custos contábeis, combate a corrupção, eleva a capacidade de arrecadação, faz com que todos paguemos os impostos, desestimula as falsificações, é de fácil compreensão, não precisa de comitê gestor, conselhos com abrigos para mais de trinta apatiguados, acaba com multa tributária, tributa dividendos, não cobra imposto para os de baixa renda e acaba com a guerra fiscal.

É mesmo um sonho para os honestos de todo o Brasil, por isso é importante conhecer, debater e apoiar.

Acabar com todos os impostos vigentes: IR, ICMS, IPVA, IPTU, com nota fiscal...

A ideia simples é um imposto único de 2,5% sobre todo o crédito, todo o débito e todas as transações financeiras no país com uma distribuição transparente de 10% da arrecadação para as políticas regionais, Zona Franca, Fundos e outros e repartidos igualmente os 90% restantes entre a União, os estados e os municípios.

O idealizador desse dispositivo é o professor Dr. Marcos Cintra que está atualmente no cargo de secretário especial da receita federal do Brasil.

Segundo Marcos Cintra, com o Imposto Único os custos de ad-

ministração do governo seriam significativamente reduzidos, e portanto tornar-se-ia possível uma redução na carga tributária, sem redução nos serviços prestados.

Com o Imposto Único, seriam eliminadas as exigências de emissão de notas fiscais, preenchimento de guias de arrecadação, declarações de renda ou de bens e de qualquer outra formalidade fiscal.

A adoção do Imposto Único terá, como resultado imediato, a redução da corrupção, a eliminação da sonegação e a redução dos custos tributário para as empresas e trabalhadores.

Certamente que ao longo de um período de adaptação e da regulamentação e funcionamento dessa proposta, o nível de confiança, elevação do capital empreendedor e da matriz de desenvolvimento, novos empregos passam a surgir como desdobramento natural.

Vamos conhecer mais e certamente apoiar esse dispositivo, é uma possível nova realidade para o Brasil.

Graça e paz.

## Propostas para o Brasil da próxima década

Ano passado no meses de agosto e setembro eu publiquei algumas propostas simples para nosso Brasil. Foi um pouco antes das eleições para os cargos majoritários. Este ano, já estamos com novo governo e novas perspectivas para os planos P.P.A. estaduais e da União, faço repetir, reeditar as propostas. Quem sabe alguém dos palácios em Brasília-DF possa ler e conhecer, que me custa sonhar, né?

Prezados leitores, bem vindos a primeira leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual em distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

### **1.0 - Mudanças necessárias no Imposto de Renda.**

**Os institutos públicos e privados de análise econômica e social, onde trabalham vários cientistas sociais, têm alertado desde o ano de 2012 sobre a importância de o governo central (Brasília-DF) promover correção na atual tabela do imposto de renda (IR) como forma de desafogar a classe média e colocar maior poder de compra e consumo nos orçamentos das famílias.**

Essas análises são importantes e apontam, desde o início desse exercício (2018), para uma necessária correção em torno de 30 por cento; isto feito as margens e os valores de salários são elevados e uma parcela da sociedade vai deixar de contribuir. Os técnicos do governo federal defendem a permanência desses valores apenas por terem conhecimento diário do déficit da União e guardar uma preocupação com a liquidez e a manutenção de benefícios.

Perfeito, mas o que ocorre é que continuando assim nenhum dos lados sai ganhando e a União segue deficitária e os políti-

cos desavisados que chegam às posições de comando não tem infelizmente demonstrado a devida sensibilidade para prever o colapso iminente.

Portanto, nessa proposta aqui desenho uma coisa simples de realizar e complexa ao mesmo tempo; porque impõe pensar diferente dentro de uma nova realidade. Ocorre que o imposto de renda (IR) é atualmente uma espécie de empréstimo cidadão do povo para o governo; isso na medida em que muitos de nós, no momento de sua declaração tem a possibilidade de, ao entrar na tabela e nas regras atuais, receber no ano subseqüente um valor conhecido como devolução - o que é ilusão monetária para muitos. Pensa comigo, é ilusão e também um benefício para alguns contribuintes em detrimentos de outros; porque na essência, imposto não deveria ter devolução; posto que, pelo princípio básico constitucional, a prestação dos serviços é naturalmente a forma do governo devolver para a sociedade aquilo que arrecada.

Com esse pensamento digo que o IR pode ser destinado a todos os empregados públicos e privados com uma alíquota distribuída em tabela de apenas quatro níveis de salários, sendo que o primeiro nível seja e que não exista mais o instituto da devolução - imposto pago, governo devolve com serviços de qualidade.

Tabela proposta para o recolhimento mensal nível renda bruta - percentual:

01	Até R\$ 3.000,00	ISENTO
02	De R\$ 3.001,00 a 5.000,00	7,5%
03	De R\$ 5.001,00 a 10.000,00	15%
04	Acima de R\$ 10.001,00	20%

A inovação que podemos oportunizar de maneira que o agente público fique tranquilizado quanto aos níveis de arrecadação é que o IR, a partir desta proposta, também seja dirigido a atividade parlamentar em todos os níveis com alíquota única de 20%

e que também os empreendedores e os empresários de todos os setores da economia que recebam proventos mensais de suas atividades em valores acima de 11 salários mínimos nacionais também possam contribuir mensalmente com 10% desse valor; o governo federal, a partir da aprovação de legislação específica deverá criar as formas necessária de recolhimento do imposto e prover a efetiva fiscalização em todo o território nacional.

A União ganha em eficiência e redução de trabalho na medida em que as regras de dedução e aquelas incômodas declarações não-simplificadas serão mais objetivas e o contribuinte saberá que não terá mais o direito de restituição e que os novos percentuais cabem em seus orçamentos com percentuais simples de absorção e compreensão.

Cabe aqui um pedido à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia e Fazenda realizar as devidas projeções quanto a sustentabilidade da proposta; mas será preciso que aceitem pensar sob a ótica de um novo cenário, novas regras e novo comportamento, tanto dos agentes arrecadadores como dos contribuintes.

Vamos à uma verdadeira re-educação fiscal, mas vamos logo pessoal.

Graça e Paz.

Quinta-feira, 28 de novembro de 2019

## **Propostas para o Brasil da próxima década 02**

Prezados leitores, bem vindos a segunda leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

### **2.0 - Extinção de benefícios no setor público e privado, por um novo Pacto Social no Brasil.**

Começamos o mês de setembro desse ano irrevogável de 2018, existem propostas de todas as cores, e mesmo sem cores pipocando em todo lugar; mas eu, como bom cristão e brasileiro, continuo aqui, rogando a sua leitura e paciência em desenvolver críticas e colaborações às minhas mais humildes proposituras.

Olha, o Brasil está mesmo precisando de um novo pacto social, não é brincadeira o que vem ocorrendo com os líderes institucionais desde o ano de 2013 e 2014; são muitas mudanças ocorridas em meio a tempestades ideológicas e divisão do antigo consenso - sem falar que muitas regras estão sendo quebradas e ou mal justificadas ou até mesmo mal conduzidas. Anda um caos essa questão da institucionalidade brasileira, operadores da justiça, do poder executivo e do poder legislativo se estranhando e se depauperando em meio aos holofotes das mídias sociais.

Enquanto tudo isso acontece, o mundo e os brasileiros assistem perplexos planos de nada, projeto de nove vezes fora e programas de promoção do desenvolvimento parados no tempo e no espaço.

Mas vamos a proposta física e possível de buscar alternativas na

redução do famigerado CUSTO BRASIL, onde há exatos 24 anos muito doutores discutem e nada fazem.

Quem puder observar o sistema tributário de países aqui mesmo do bloco ocidental - America, pode ver que o Brasil de longe é o que mais cobra e arrecada de seu povo e muitas vezes é o que menos distribui dividendos sociais por meio dos serviços públicos e da qualidade desses serviços.

A renda nacional é astronômica e os salários e benefícios e toda a sorte de adicionais a esses salários do setor público também alcanças as estratosferas. Isso não tem sustentabilidade.

No setor privado os salários são achatados e na verdade o que ocorre é um patrocínio do Estado na relação desconfiada entre empresários e trabalhadores - adocicada nos últimos 14 anos por questões iminentemente ideológicas que na prática não trazem renda e nem prosperidade para as famílias.

O Novo Pacto Social que o Brasil precisa colocar em prática é suspender por 10 anos todos os benefícios e agregados salariais no nível do Estado (especialmente aos cargos públicos de todas as estruturas da União) e do lado dos salários privados nacionais retomar os pisos nacionais por setor. Um valor mínimo para os salários da indústria, outro para a construção civil, outro para o setor primário, outro mínimo para o setor comercial e de serviços; calculando esses pisos mínimos para e elevar a media da massa atual de salários em pelo menos 20%.

Para contrabalancear isso é preciso que os servidores públicos possam entrar com a sua parte, bem como os trabalhadores privados.

Revogar por 10 anos o recolhimento de PIS, COFINS e FGTS e PASEP. Nenhum deles deverá ser mais presente nas planilhas e custos e de formação de preços nas empresas.

Dessa forma, reduz-se o custo dos salários, item da formação dos preços; por incremento, será aumentada a renda do setor priva-

do que faz novos investimentos e novas contratações, elevando assim o consumo.

É uma proposta deveras forte, concordo, mas não se faz um bolo repartir com todas as famílias se não quebrar alguns ovos, ligar o forno no tempo certo e na temperatura certa e sem bater a massa com profissionalismo e exatidão.

Trata-se de uma proposta de um novo Pacto Social.  
É uma mudança mesmo.

Esperança de dias melhores.

Graça e Paz.



## **Terceira proposta para o Brasil da próxima década**

Prezados leitores, bem vindos a segunda leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

**3.0 - Saída do Estado de assuntos de Mercado (empresas) e do Terceiro Setor (organizações associativas)** Os cientistas sociais, especialistas e estudiosos convencionam dividir a sociedade contemporânea em três setores bastante específicos, quais sejam: o Estado, como o primeiro setor, o Mercado, como o segundo setor e a sociedade civil organizada, como o terceiro setor; e nessa divisão está o papel e a razão de ser de cada um, ditando por via de regras, legislação e tradição cultural o desígnio de cada qual.

Ora, para que haja prosperidade e harmonia, dentro de um contrato social expressamente definido e também de relações contextuais, a cada setor dessa sociedade cabe valores, conceitos, preceitos e uma dinâmica que os une para o progresso e para o desenvolvimento social e econômico com a devida sustentabilidade, o que nos últimos anos não ocorre no Brasil.

O que temos visto desde os primeiros anos deste terceiro milênio por aqui é o Estado nacional presente em assuntos de Mercado e também em assuntos da sociedade civil organizada, sempre como o pai de tudo e a mãe de todos.

Os governos devem ter suas funções e nada de extrapolar, diminuindo as responsabilidades de empresas e de associações

privadas, por exemplo em relação a processos de voluntariado, empreendedorismo e atividades complementares que não são (e estão previstas na Constituição Federal) de sua seara.

O Estado no Brasil é enorme e intrometido, quando não, extrovertido a ponto de caminhar na linha do setor empresarial e na linha da filantropia e da caridade, tentando por assim dizer: estar em tudo e em todos os lugares.

Reduzir a presença do governo em projetos privados é importante para o crescimento dos sonhos individuais e coletivos (cooperativas) de progresso das familiares, por exemplo o Estado precisa desonerar o emprego formal e reduzir impostos e sair de setores econômicos desde ontem.

Por outro lado, o Estado precisa desenvolver com o poder legislativo um marco legal menos burocrático e mais aberto para as associações e fundações que desempenham atividades complementares e que podem gerar milhões de empregos na medida em que as organizações civis podem trabalhar com saúde, educação, transporte, cultura, lazer e filantropia, mas sem a incômoda tutela e vigilância de seus técnicos e burocratas que dificultam o avanço do serviço de qualidade na proteção de direitos e de políticas públicas.

É muito importante que esses três setores possam abraçar cada qual o seu perfil de atuação e que a soma de suas missões possa construir um cenário de melhor prosperidade e divisão de responsabilidades para a próxima década.

O próximo presidente da República terá essa possibilidade na medida em que pautar sua agenda em assuntos de Estado, deixando às empresas o que sabem fazer e às associações e fundações o apoio para o crescimento e o profissionalismo em bem servir.

## **Quarta proposta para o Brasil da próxima década**

Prezados leitores, bem vindos a (04) quarta leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

### **4.0 - Igualdade nacional de alíquotas no ICMS e no ISS**

**Há muitos anos que no país todo os burocratas de governo destacam o debate e o embate sobre uma reforma fiscal e algumas pistas sobre redução ou unificação de impostos é colocada nas mesas, mas na prática, ninguém consegue reduzir os gastos públicos; apenas empurrando com a barriga para os próximos gestores.**

E a coisa segue, agora, quase, insustentável.

A dívida pública em cinco ou seis anos ficará insolúvel se não houverem agora as necessárias mudanças.

O cerne da questão é acabar com a guerra fiscal entre estados e regiões e unificar uma alíquota nacional para o ICMS que é arrecadado pelos governadores e também o ISS que é arrecadado pelos prefeitos.

Não é mais condizente que por razões pouco fáceis de se explicar tenhamos nas 27 unidades da federação várias alíquotas para o mesmo imposto (ICMS), uma alíquota nacional de 11% além de trazer o benefício da redução do custo Brasil, facilita o trabalho dos contadores, dos fiscais fazendários e de toda a gama de mi-

cro, pequenos, médios e grandes empresários.

A mesma ideia se aplica ao imposto municipal do ISS onde por causa de 1 ou de dois pontos percentuais, profissionais e empresas prestadoras de serviços promovem disputas entre as tabelas dos preços desse imposto.

É mesmo preciso simplificar as coisas.

E ajudar mais as prefeituras na sua arrecadação; um imposto ISS de 5% (cinco por cento) em todos os municípios certamente que promoverá melhor o caixa dos alcaides e aí teremos, na sequência da implantação desse projeto que ampliar mais apenas as fiscalizações nesse novo volume de recursos arrecadados.

Simples assim.

Nada mirabolante e nem recheado de tabelas progressivas e confusas.

Grande abraço e feliz semana a todos.

## **Rondônia faz anúncio da suspensão de vacina do rebanho**

Desde o início do ano de 2017 quando o então Ministro Blairo Maggi, do MAPA, fez o anúncio do calendário do Programa Nacional de Combate a Febre Aftosa (PNEFA) com um cronograma específico de 2017 a 2026 onde os estados da região norte do país seriam os primeiros a promover ações com o fito de retirar definitivamente a vacinação dos rebanhos, o governo, por meio da agência IDARON e os produtores rurais e pecuaristas locais vinham se preparando para o feito.

O dia chegou, foi no final da tarde de ontem, 04 de dezembro de 2019, no auditório da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, onde vários parlamentares, o presidente da Casa de Lais, deputado Laerte Gomes, o governador coronel Marcos Rocha, secretários de estado, o presidente do Tribunal de Contas, o presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, profissionais, técnicos e diretores do MAPA - superintendência local, da EMATER, da IDARON e vários líderes do setor rural e empresários da cadeia de processamento e industrialização da carne se fizeram presentes.

Realmente um dia histórico para todos os atores sociais e econômicos do meio rural.

Em 2020 quando os detalhes preparados pelo ministério MAPA, o governo de Rondônia e os fundos privados concluírem ações programadas pelo roteiro do programa PNEFA forem realizados, ocorrerá a declaração definitiva de que o estado de RO é livre da febre aftosa sem vacinação.

Esta declaração é para os players do mercado local e regional de carne um fator importante para chancelar novos e maiores contratos comerciais, na medida em que países do mundo inteiro que ainda tinham restrições aos nossos produtos, passam agora a fazer parte do rol de parceiros comerciais que já somam mais

de trinta (30) países.

Possivelmente veremos até o final do primeiro semestre de 2020 Rondônia elevar em torno de 15 a 20% o seu atual desempenho de vendas internacionais; dados do governo federal dão conta que os contratos estão alcançando, nos últimos seis (06) anos, o valor médio anual na casa de mais de U\$ 500 milhões de dólares.

Mas, é bom sempre lembrar que àqueles que mais é dado, certamente que mais será cobrado.

Por ser um estado de fronteiras internas - com Acre, Amazonas, Mato Grosso e de fronteiras extensas com a Bolívia, é fato que o trabalho de supervisão e fiscalização do rebanho deverá ser mais intensificado.

Deixo aqui um registro, relacionado com minhas pesquisas recentes para este tema; os três municípios que mais têm gado registrado (IBGE 2018) são na seguinte ordem crescente: Buri-tis (529.731 cabeças), Nova Mamoré (701.104 cabeças) e Porto Ve-lho (1.043.523 cabeças).

São localidades do norte geográfico de Rondônia, muitas propriedades certamente fazem fronteiras, com a Bolívia e com os estados do Amazonas e do Acre.

O fato de há exatamente duas décadas não haver qualquer foco de sanidade negativa no estado de Rondônia e dessa etapa do programa PNEFA ter sido alcançado não traz qualquer garantia da não ocorrência de possibilidades estranhas, mas que serão acompanhadas pela competência e devoção dos técnicos do governo e certamente dos criadores, produtores e pecuaristas que estão com os sorrisos largos com a declaração feita ontem pelas autoridades.

Na audiência pública muitos puderam falar, expressar seu apoio e alguns até mesmo seus receios e contingências, mas o governador Marcos Rocha, na mesa de autoridades, fez uma ligação tele-

fônica para a ministra Tereza Cristina que em aproximadamente 9 minutos de fala e interação extremamente confiante, passou o sentimento de total apoio do governo federal para a tomada de decisão, deixando o registro de que o MAPA está preparado para caminhar junto com Rondônia para a garantia dessa nova etapa.

A audiência pública foi encerrada oficialmente às 17h 15 minutos com um sentimento coletivo de dever cumprido.

Vamos agora aos detalhes técnicos e ao melhor plano de segurança possível e também a um necessário plano de marketing desse novo feito do agronegócio de Rondônia.

O trabalho, a dedicação, o comercio internacional amplo e a prosperidade no meio rural nos espera.

Graça e Paz.

## **Quinta proposta para um Brasil novo na próxima década**

Prezados leitores, bem vindos a quinta leitura desses cinco artigos nos quais meu interesse tem apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados desta década de 20.

### **5.0 - Retorno dos Planos de Desenvolvimento Regional e Nacional**

O Brasil parou desde 2014, em relação a tantas coisas, em especial a capacidade do poder executivo (UNIÃO) em colocar os projetos e programas de desenvolvimento para rodar. Na estrutura organizacional desse poder em Brasília-DF temos entre tantos ministérios o de planejamento e orçamento e ainda o ministério da integração nacional que tem por exemplo na sua estrutura uma secretaria nacional do desenvolvimento regional.

Tudo parado. Os técnicos e os projetos não decolaram desde o exercício fiscal do ano de 2015 e em 2017; após as mudanças ocorridas no Palácio do Planalto, estes também ficaram sem muita, digamos, atividade.

Estamos em recessão política e administrativa. Estamos em disputa desde esse tempo. Ignominia nacional, um país ficar mais de 40 meses se dedicando apenas ao debate incansável e insolúvel do resultado das urnas e das “pedaladas fiscais”, ocorridas ou não, entre um mandato e outro.

Resultado: paralisia e retrocesso.



Leia-se: desemprego, concentração de renda, desindustrialização e, de novo... eleições.

Caros leitores dessa coluna, é urgente que o Brasil retorne a lucidez técnica e produtora dos grandes projetos, posto que o país é de dimensões continentais e seus tesouros regionais merecem bons gestores, com visão continental.

Um país tão grande e tão rico não deveria estar mergulhado há tantos meses nessa disputa colorida e com os programas de desenvolvimento estagnados.

Enquanto se discutiu de janeiro de 2015 a dezembro de 2017 o sexo dos anjos virtuais anacrônicos, a economia reduziu e os estados sem o azeite divino da boa vontade e do trabalho concentrado em resultados, feneceu.

Retomar as políticas nacionais, os projetos de desenvolvimento e comércio das nossas vocações e pautar uma reforma tributária e um NOVO CONTRATO SOCIAL é urgente.

Estamos entrando na próxima década sem norte e isso é extremamente perigoso, a menos que alguém queira realmente dividir geograficamente o Brasil e deixar que iniciem aqui sete ou oito novas nações, teremos que retomar os planos nacionais e os programas de desenvolvimento regional - com urgência, chega de piadas de mal gosto, chega de "mi-mi-mi" ..., chega de discutir coisas que não elevam - chega de manipulação de todos os lados, chega de infância patriótica e discursos de ódio e divisão.

Vamos retornar ao pragmático, ao desenvolvimento social e econômico; vamos trabalhar e produzir, gerar emprego e renda para as famílias e realizar o sonho de todos: progresso e prosperidade com felicidade e segurança.

É disso que os mais de 214 milhões de brasileiros precisam.

Quinta-feira, 19 de dezembro de 2019

## Falando sobre o fundo partidário

No início desta semana, o fato de o presidente da República ter declarado que faria veto nos valores relacionados com o orçamento deliberado pelos parlamentares federais para seus partidos interessados nas campanhas de 2020, fez o milagre da economia de mais de 1,8 bilhões de reais sumirem das propostas e das discussões nas bocas dos referidos congressistas; mais uma vez nota-se que em temas de interesses da classe política, o Congresso brasileiro é quase unânime.

Mas o que me deixa pasmo é que a sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos, associações de magistrados, MP, clubes de vereadores, cooperativas, trabalhadores, universidades e outros possíveis núcleos coletivos que também representam a sociedade: calam desde 2018 sobre este assunto.

Gente, minha doce e amada gente, são bilhões de reais de arrecadação que são transferidos automaticamente para as contas de 32 organizações que não prestam as devidas contas.

São dinheiros suados de todos os brasileiros e que, assim como nas contas de gestores públicos da União, Estados e municípios deveriam ser auditadas anualmente e cobrados os devidos resultados.

Particularmente eu acredito que não deveria haver patrocínio público para interesses privados de luta e competição pelo poder.

Uma coisa muito interessante seria que o Brasil todo pudesse acordar para a seguinte discussão: os dinheiros que são colocados para ações de saúde complementar, educação complementar, atividades esportivas, políticas públicas alternativas e complementares, entre outras no meio social, dirigidas pelas organizações do terceiro setor são dificultadas por uma estrutura governista que deixa à beira do ataque dos nervos os dirigentes

de toda a sorte de associações, fundações privadas e institutos no meio urbano e no meio rural.

Tudo é complicado para o terceiro setor receber os poucos recursos públicos para realizar suas ações que, em muito complementa as políticas públicas obrigatórias.

Coisas de governo e de uma cultura estatizante arraigada em milhares de servidores públicos, aqueles temporários e os chamados concursados.

Agora para os partidos políticos (e são muitos) a coisa parece ser mais fácil.

Possivelmente, e eu estou dizendo... possivelmente os recursos repassados do erário para os partidos são destinados para as ações apenas de manutenção de inúmeros escritórios políticos e também para os gastos de campanhas que são concentrados atualmente no segundo semestre.

Recursos públicos para pouca efetividade, diga-se de passagem e destinados para poucos.

Basta verificar com muita atenção as regras criadas para as repartições milionárias.

É preciso rever isso também. URGENTE.

Todo mundo que conhece de orçamento público fala o mantra de que o cobertor é curto para tanto corpo, de fato. O Estado precisa reduzir este corpo.

A boa dica é mesmo cortar este e outros cem números de privilégios que vemos nos três poderes.

Abraços a todos.

Boas reflexões.



**ANO DA GRAÇA DE  
NOSSO SENHOR DE 2020**



*Salmo 40, 08 - 09*

*“Tenho grande alegria em fazer a tua  
vontade, ó meu Deus;  
a tua lei está no fundo do meu  
coração; eu proclamo as novas de  
justiça na grande assembleia;  
como sabeis Senhor, não fecho os  
meus lábios.”*

Sexta-feira, 3 de janeiro de 2020

## Propostas para a Amazônia da próxima década

Sejamos todos bem-vindos a década de 20 do terceiro milênio D.C.

De minha parte eu quero agradecer o fato de estar vivo e continuar, até quando o Senhor preferir, colaborando de alguma forma com a sociedade, os governos, as pessoas e o planeta, este lar maravilhosamente arquitetado, construído e dado a humanidade como um verdadeiro presente e como desafio ilimitado de promover o sagrado.

Aqueles que tiveram a oportunidade de estudar as grandes civilizações humanas, nesta jornada documentada de mais de 7 mil anos atrás, desde o surgimento no lado oriental das primeiras cidades e depois por aqui, pelo lado ocidental, sabem que o Homem (gênero humano) está em ascendência para outros níveis, desde sempre.

E esta ascensão certamente que é acompanhada pelo Criador, certamente, pois nada é realmente aleatório ou fruto do caos energético, tudo está posto e interligado, desde sempre.

O problema, entre outros, é que, poucos conseguem compreender conceitos como imenso, ilimitado, infinito e ... sagrado. Muitos são realmente materialistas e de resumida sensibilidade, mas é como dito acima: nada é fácil, portanto corremos sempre o risco de ser mal interpretado por muitos - eis que isso mesmo já vale a pena.

Quer alguns pensem e ajam como se não fosse uma verdade, quer outros ajam como se esta verdade fosse absoluta, eu deixo mais este registro: ... Nada é estático, tudo está sempre em movimento.

Basta observar por pouco tempo o funcionamento das atuais tecnologias que tanto facilitam a vida dita moderna.

Bom, dito isto, quero deixar o registro de que este ano estarei com foco na divulgação de algumas propostas para a Amazônia, esta porção de mais de 49% do território brasileiro que encontra-se no meio da América Latina e que tem sido desde a década de 50 alvo de muitas especulações por potências econômicas de todo o planeta.

Na Amazônia Legal brasileira temos 09 (nove) estados da República e atualmente um consórcio público entre estes que reúne mais de seis milhões de famílias humanas com necessidades humanas.

O estilo de vida dos locais, especialmente os ribeirinhos e quilombolas certamente os indígenas também, devem ser preservados, mas o governo federal e os governos locais deste imenso lugar que muitos chamam de oásis do mundo e outros de pulmão da Terra, precisa de modelo de desenvolvimento com sustentabilidade.

É exatamente isto que minha humilde coluna se propõe ao longo dos próximos dois meses.

Eu hoje estou convidando você que me lê, que me acompanha e que conhece meu trabalho aqui em Rondônia há quase 28 anos para analisar, criticar e contribuir com minha 10 (dez) propostas; todas são bastante simples, é verdade, mas que podem servir ao propósito maior de promover as bases de um desenvolvimento real e sustentável, longe de mirabolantes teses de doutorados e muitos PhD, com todo o respeito, mas que na verdade não são exequíveis, na medida em que não são facilmente explicáveis.

Aqui nesta coluna eu pretendo apenas registrar essas ideias sob a forma de programas e projetos os quais sejam fáceis de operar e que, ao longo do tempo (o tempo de Deus) sirvam para que promova o futuro das famílias desta região e de toda a América e do mundo.

Domingo, 5 de janeiro de 2020

## Programa PRAHNA 2020

Existe aqui nesta região do sul geográfico da Amazônia há mais de duas décadas a ideia de se retomar, entre Porto Velho (RO) e a capital do estado do Amazonas (Manaus) a (re) construção da estrada de quase 900 km para a re-interligação terrestre entre essas duas importantes cidades da Amazônia brasileira.

Desde meados da década de 80 e, mesmo após a constituição federal brasileira, muitos projetos têm sido descritos, apontados e imaginados para o campo intelectual do conceito de desenvolvimento sustentável; mas, de real, e pragmático, muito pouco. Vai assim mesmo, cheio de vírgulas como tem sido a prática destes conceitos por aqui pelo Brasil e no mundo.

Neste tema tão abrangente e deveras reticente, há muitos impedimentos para que o Brasil realize na sua Amazônia uma proposta simples e conceitual de assentamento humano para a produção sustentável e para a promoção da vida de milhares de famílias.

Isto que faço por meio deste artigo é um registro do fato real que ocorre com estas possibilidades de promover, sem medo, algum modelo de desenvolvimento para a Amazônia, que não seja apenas, e tão somente, “redoma-la” com argumentos incompreensíveis e indefinidos que postergam a soberania de sua gente; isto ocorre, no mínimo desde a eco-92 ocorrida há quase 28 anos na cidade brasileira do Rio de Janeiro; desde ali que se discute tecnicamente e também cientificamente os conceitos de desenvolvimento sustentável que na verdade são propostas pensadas por gente não brasileira que tem registro profissional nos quadros da ONU – programas globalizantes engendrados ainda em meados da década de 80.

Existem documentos fartos que reunidos de forma inteligente e orquestrada, compõem a conhecida Agenda 21.

Mas que na realidade prática e não utópica, ainda não se cons-



titui em modelos de fácil execução, talvez em razão de tantos títulos de doutorados e de PHDs, que, com todo o respeito e a devida deferência, na verdade simulam teoricamente teses que não são fáceis de sair do papel.

Falta praticidade. Sobra discussão e legislação com regras absurdas. Muitos eventos internacionais, viagens e inúmeros tradutores elegantes no meio desse circo orquestrado.

Pensando nessas dificuldades e nas grandes e pequenas possibilidades apresento aqui uma ideia simples e economicamente viável e, ainda: perfeitamente factível de ser colocada na prática da agenda de desenvolvimento do Brasil e da Amazônia brasileira para 40.000 famílias que podem participar de um modelo simplificado de assentamento humano em núcleos urbanos e rurais ao longo do percurso que vai de Porto Velho até Manaus.

O projeto é bastante peculiar e certamente que sofrerá inúmeras críticas pois trata-se de recursos públicos nacionais e possivelmente internacionais para a construção de 08 cidades como distritos sustentáveis que acomodaram 5.000 famílias uma parte delas em unidades domiciliares urbana e uma parte no entorno como assentamento rural dispostos em propriedades de 70 hectares destinados ao plantio de acordo com as características e aplicações do solo após referidos estudos.

Se tratando de cidades sustentáveis o núcleo Urbano além de reunir 4.000 unidades residenciais deverá comportar um pequeno hospital e ambulatório; supermercados; farmácias; espaço para lazer público; duas escolas e ao menos quatro praças para o convívio social além de espaço para equipamentos públicos de práticas desportivas e espaços religiosos para o cultivo da espiritualidade; ainda uma estação de tratamento de esgoto e poços artesianos com o tratamento devido e a distribuição domiciliar e também para os prédios públicos no desenho.

No entorno de cada uma das cidades sustentáveis, ou Distritos da Amazônia Nacional, como poderemos chamar, terão locais

específicos para a reciclagem de material residual das residências e oriundos de consumo de prédios públicos e ainda uma quantidade de mil recortes de áreas rurais destinadas para o assentamento de 1.000 famílias as quais se ocuparão em produzir nos 70 hectares os quais serão destinados a elas; registro que essas famílias devem ter aptidão reconhecida para o trabalho com a terra e que serão selecionadas.

A produção agropecuária fruto do trabalho destas famílias selecionadas nos ditos assentamentos rurais sustentáveis serão destinadas a constituição de uma cooperativa local que fará, em nome de todos os associados a comercialização dos seus produtos, gerando assim a circulação de receita na cidade e a garantia de renda para todas as famílias selecionadas e engajadas no programa.

Os recursos para a construção da estrada no perfil adequado à região amazônica, saindo de Porto Velho até Manaus, as pontes, a infraestrutura e a construção das casas, dos prédios públicos e dos equipamentos comunitários das cidades sustentáveis ocorrem com a participação da União em 90% e também com 10% daquele valor total necessário divididos entre os Estados de Rondônia e do Acre.

O setor comercial dos núcleos urbanos das cidades serão objetos de edital público para que empreendedores, preferencialmente de RO e do AM possam realizar seus investimentos.

Os gestores públicos responsáveis pela administração local dos distritos e do seu funcionamento e sua manutenção nos primeiros 10 anos serão indicação direta do gabinete da presidência da república do Brasil.

Cada uma destas 08 (oito) cidades do programa PRAHNA, modelo simplificado de assentamento humano sustentável, receberá recursos públicos federais por intermédio da casa civil da presidência da república, com um orçamento especial que possa garantir a viabilidade do projeto e a sua manutenção por 05 anos

como fator de incentivo as famílias que sejam destinados por edital específico para compor os referidos assentamentos.

Os impostos arrecadados originados pelo trânsito de mercadorias, bens e serviços e pela produção agroindustrial e de comunicação e de serviços públicos terão uma alíquota única de 11% para PF e PJ nos distritos circunscritos ao programa pelo período de 10 anos. Renováveis por mais dez, a critério da presidência da República e ou por solicitação e aprovação de 1/3 dos membros do Senado Federal.

Este programa pode se chamar programa brasileiro de assentamentos humanos sustentáveis da Amazônia e os recursos para a construção de cada uma dessas cidades que podem se chamar distrito nacional da Amazônia, deve ficar em torno de 190 milhões de reais cada posto que os padrões e sistema de construção será dentro dos princípios da economicidade e que apenas cidadãos brasileiros residentes comprovadamente há mais de 15 anos na Amazônia poderão participar; dentro de parâmetros de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e como um experimento Urbano e Rural simbiótico e simplificado que vai gerar benefício imediato para 40.000 famílias e para, no mínimo as populações das cidades de Porto Velho e Manaus, os custos deste investimento federal certamente se tornam irrisório se comparado a outros programas constante no orçamento federal.

Ainda registro que esses valores quando comparado com valores de financiamento do BNDES, em governos passados, para empresas nacionais gerar apenas 1.000 ou 2.000 postos de trabalho, torna-se ínfimo. Sem falar nos valores de corrupção e desvio de dinheiros públicos que, segundo fontes do MP e da Justiça (internet) em seus portais institucionais, alcançam o patamar de mais de 100 bilhões de reais.

Apenas por essa ótica, o programa PRAHNA e seus investimentos tornam-se uma estratégia de modelo prático de desenvolvimento sustentável imbuindo a vida urbana e a rural no meio da floresta, provando que, desde que sejam feitos os investimentos e o devido acompanhamento dos diversos órgãos de Estado, os

assentamentos humanos podem vir a ser fator de ocupação territorial com funcionalidades, na medida em que haverá seleção, educação ambiental e de modo de vida integrado a floresta como fator condicionantes à permanência dessas famílias no projeto; o que certamente reduzira fatores de riscos e de não sucesso. É um programa de 10 anos com sua fase de implantação estimada em 40 meses que certamente trará benefício superior na próxima década.

O valor estimado das obras de infraestrutura asfáltica do trecho de Porto Velho a Manaus somado a construção das cidades sustentáveis deve ficar em torno de R\$ 2,60 bilhão o quê, na verdade significa um pequeno investimento no futuro da Amazônia interligando definitivamente de maneira planejada e monitorada o sul da Amazônia ao seu centro geográfico.

Fica a proposta.

Fica o registro.

Graça e Paz.

Segunda-feira, 13 de janeiro de 2020

## **Propostas para o desenvolvimento da Amazônia brasileira - 02**

Estamos aqui, juntos, pela Graça de Deus, no primeiro mês do ano de 2020, preparando os rumos da próxima década do maravilhoso século XXI.

De minha parte eu quero agradecer o fato de estar vivo e continuar, até quando o Senhor preferir, colaborando de alguma forma com a sociedade, os governos, as pessoas e o planeta, este lar maravilhosamente arquitetado, construído e dado a humanidade como um verdadeiro presente e como desafio ilimitado de promover o sagrado.

Aqueles que tiveram a oportunidade de estudar as grandes civilizações humanas, nesta jornada documentada de mais de 7 mil anos atrás, desde o surgimento no lado oriental das primeiras cidades e depois por aqui, pelo lado ocidental, sabem que o Homem (gênero humano) está em ascendência para outros níveis, desde sempre.

E esta ascensão certamente que é acompanhada pelo Criador, certamente, pois nada é realmente aleatório ou fruto do caos energético, tudo está posto e interligado, desde sempre.

Um problema, entre outros tantos, é que, poucas pessoas conseguem compreender conceitos como imenso, ilimitado, infinito e ... sagrado.

Outros muitos, são realmente materialistas e de resumida sensibilidade, mas é como dito acima: nada é fácil, portanto corremos sempre o risco de ser mal interpretado por muitos - eis que isso mesmo já vale a pena.

Quer alguns pensem e ajam como se não fosse uma verdade, quer outros ajam como se esta verdade fosse absoluta, eu deixo mais este registro: ... Nada é estático, tudo está sempre em mo-

vimento.

Basta observar por pouco tempo o funcionamento das atuais tecnologias que tanto facilitam a vida dita moderna.

Bom, dito isto, quero deixar o registro de que este ano estarei com foco na divulgação de algumas propostas para a Amazônia, esta porção de mais de 49% do território brasileiro que se encontra no meio da América Latina e que tem sido, desde a década de 50, alvo de muitas especulações por outras nações de potencial político e econômico interessados no atraso ao desenvolvimento sustentável.

Na Amazônia Legal brasileira temos 09 (nove) estados da República e atualmente um consórcio público entre estes que reúne mais de seis milhões de famílias humanas com necessidades humanas.

O estilo de vida dos locais, especialmente os ribeirinhos e quilombolas certamente os indígenas também, devem ser preservados, mas o governo federal e os governos locais deste imenso lugar que muitos chamam de oásis do mundo e outros de pulmão da Terra, precisa de modelo de desenvolvimento com sustentabilidade.

É exatamente isto que minha humilde coluna se propõe ao longo dos próximos dois meses.

Eu hoje, 12 de janeiro de 2020, estou convidando você para analisar, criticar e contribuir com esta proposta abaixo bastante simples, é verdade, mas que podem servir ao propósito maior de promover as bases de um desenvolvimento real e sustentável, longe de mirabolantes teses de mestrados e doutorados, com todo o respeito, mas que na verdade não são exequíveis, na medida em que não são facilmente explicáveis.

Todos nós sabemos que em pouco mais de 20 anos, Rondônia progrediu muito seu quadro econômico em função do agrone-

gócio rural e da comercialização de seus produtos, mas que isto não está estruturado na sua porção territorial norte, onde o município de Guajará Mirim faz parte juntamente com a capital e outras localidades.

Desses, há destaque, logicamente para Porto Velho e também para o pioneirismo dos produtores rurais de Nova Mamoré, onde não há as mesmas restrições ambientais que ocorrem em Guajará Mirim, o que se traduz em riqueza e prosperidade para os seus concidadãos, valendo o registro de que por ali já temos mais de 500 mil cabeças de gado e que o leite dá sustentabilidade a produção artesanal de milhões de quilos de queijo que são comercializados com a Bolívia.

É preciso modificar o futuro de Guajará Mirim e seu povo, por isso apresento aqui o Programa SALVE GUAJARÁ MIRIM que nada mais é que uma sugestão de modificação da atual base econômica por meio de ação política e constitucional; sendo necessário agir com certa pontualidade na regulamentação dos processos primários de produção.

A ação necessária é modificar por legislação federal o atual quadro econômico e social do povo da cidade de Guajará Mirim promovendo a abertura de processos de produção rural sustentável, adicionando um percentual de terras atualmente destinadas a reservas federais e estaduais, destinando ao menos 20 (vinte) áreas das terras da União (hoje reservas federais) cada uma com a capacidade de assentamento de pelo menos 250 (duzentos e cinquenta) famílias ocupando 100 há cada.

As famílias interessadas em produzir alimentos de maneira consorciada e sustentável atenderão edital público com regulamentos próprios que façam uma seleção de perfil apropriado, sendo que essas famílias terão cessão de uso de direito de produção por 20 anos, com compromisso de compra; O programa na verdade é composto por 20 condomínios rurais sustentáveis com produção e organizados em associações e cooperativas (centrais de compras e de vendas) para dar economicamente a viabilidade

de dessa produção que deverá contar com a União, o Estado e o município de Guajará Mirim na coordenação, execução e supervisão da cedência das áreas, nas etapas de seleção, recrutamento e assentamento e na efetiva capacitação das famílias – sendo que a União pode determinar ao SENAR, ao SESCOOP e ao SEBRAE que somem os devidos esforços técnicos, administrativos e financeiros para o sucesso desse programa, acompanhando e supervisionando a produção, transporte, logística, armazenagem, agro industrialização e os processos de comercialização da cesta de produtos originados.

Esforço conjunto, soma de conhecimento e ação planejada, com a devida modificação da atual base legal, destinando um percentual de áreas de terras para a produção rural sustentável é o que poderá salvar o futuro de Guajará Mirim na década que se aproxima.

Coisas e projetos mirabolantes já foram tentados, todos são hoje, elefantes brancos esquecidos.

Graça e Paz.



## Propostas para o desenvolvimento – 03

Começo este terceiro artigo provocando a sua opinião a respeito das inúmeras possibilidades de transformação para a próxima década aqui, na nossa Amazônia Legal brasileira onde temos 09 (nove) estados brasileiros unidos pelo bioma específico e único no planeta e que merece de nossa parte melhoria e amplitude em seus conceitos de desenvolvimento sustentável com visão de futuro e imanência.

Na região coexistem, pasmem os desavisados, mais de seis milhões de famílias humanas com necessidades humanas diárias, com sonhos de amor, paz, conforto, prosperidade material e espiritual, estas famílias têm um estilo de vida de locais; e, como em qualquer outra região de convívio, do gênero humano, é correto falar que é preciso observar e comunicar-se melhor com este estilo de vida, especialmente os ribeirinhos e quilombolas e certamente os indígenas também.

É fato que esta cultura local e seus agentes, os locais e seu estilo de vida, devem ser preservados, mas o governo federal e os governos locais deste imenso território, precisa, em harmonia com os outros todos atores sociais e econômicos, prover, criar, debater, discutir e definitivamente implantar ontem um novo e objetivo modelo de desenvolvimento com sustentabilidade.

Sem delongas, sem mirabolantes planos engendrados por apenas cinco ou seis cientistas sociais enfiados em seus laboratórios exclusivamente acadêmicos, eu hoje estou convidando você que me lê, que me acompanha e que conhece meu trabalho aqui em Rondônia há quase 28 anos, para analisar, criticar e contribuir com esta minha proposta simples e objetiva; como eu mencionei no artigo anterior de chamada para este trabalho, todas essas propostas foram construídas após 10 anos de observação, compilação, reuniões, viagens, e, inúmeras anotações; as propostas são bastante simples, é verdade, mas que podem servir ao propósito maior de promover as bases de um desenvolvimento real

e sustentável, longe de mirabolantes teses de doutorados e de muitos PhD, com todo o respeito, mas que na verdade não são exequíveis, na medida em que não são facilmente explicáveis ou palatáveis para a maioria de senso comum e mesmo para os dirigentes públicos e empresariais.

Aqui nesta coluna eu pretendo apenas registrar essas ideias sob a forma de programas e projetos os quais sejam fáceis de compreender, e assim, fáceis de operar e que, ao longo do tempo (o tempo de Deus) sirvam para que, existindo como prática e como modelo local e regional de desenvolvimento, possam promover de verdade o futuro das famílias desta belíssima região, do nosso amado Brasil e de toda a América e quiza, também do mundo todo.

Vamos então a esta terceira de dez propostas aqui prometidas:

### 3.0 - Proposta para o setor mineral do Brasil.

É necessário e urgente desonerar o setor mineral e incentivar os processos de produção e comercialização dos minérios de determinados estados da Amazônia brasileira, em especial Rondônia, onde há inúmeros estudos locais que podem ser aproveitados e, da mesma forma, promover uma maior flexibilidade jurídica e normativa (IBAMA) para os ativos florestais de todos os nove estados, promovendo esforços institucionais públicos e privados para o controle dos déficits ambientais e apoio a formação de pólos moveleiros e de madeiras e essências;

3.1 - Definir o papel específico e consolidar a gestão da Administração Federal para o setor: fortalecimento da Agência Nacional de Mineração, através da informatização e modernização de sistemas, rotinas e procedimento internos, que coordenaria um sistema de gerenciamento de províncias minerais, em colaboração com organismos estaduais. Estas ações priorizam a descentralização, aumentando a responsabilidade dos estados na fiscalização da atividade;

3.2 - Os Estado da amazônia devem atuar de maneira uniforme e concentrada para que as ações no setor mineral não sejam somente de estricta responsabilidade da União, para as necessidades do desenvolvimento mineral local, e esta definição de atuação deve-se dar por meio da elaboração de uma política para a mineração em cada Estado, através da construção de um Plano Minerário de cada unidade da federação que compõe a Amazônia Legal, delimitando claramente as suas próprias funções, as funções e responsabilidades da iniciativa privada, aquelas atribuições da União, e seus órgãos públicos federais, através de gestão política e técnica e profissional junto a estes organismos;

3.3 - O Governo Federal deve cumprir seu papel na área de recursos minerais, quanto à legislação e fiscalização, inclusive com um imposto federal de alíquota unica para a exploração desses ativos, buscando que suas ações auxiliem a criar um ambiente virtuoso para novos investimentos;

3.4 - O Ministério deve organizar reuniões técnicas em 2020 em todas as capitais com os diversos atores locais para essa construção e aplicação imediata dos Planos Minerários, chamo aqui a atenção para que o setor mineral precisa muito urgente é que a União possa realizar a devida (normas menos burocráticas e menos caras) liberação para as cooperativas extraírem minério das áreas de reservas Indígenas como por exemplo a Reserva Nacional Flona; e essas localizadas nos estados de Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Roraima, Pará, e também em outras localizadas em nosso País para que as empresas do setor de mineração possa gerar mais riquezas, aumentar a renda de milhares de famílias, promovendo a economia e a geração de empregos através das extrações Vegetais e Minerais, de forma ordenada e especializada. Registro ainda, em favor desse pensamento, outro ponto extremamente importante de ser modificado em sua raiz jurídica é

a zona de amortecimento (buffer), que foi criado em torno da delimitação das reservas indígenas e reservas nacionais que nos impede de legalizarmos uma mineração dentro dos 15km em torno da reserva , sendo que nesse buffer já consta ate cidade nessa região.

3.5 – Promover junto ao BASA, Banco do Brasil, CAIXA e ao BNDES uma linha de financiamento especifica para o Processo Industrial Básico especifico para o setor mineral brasileiro o que, de maneira geral traduz em fomento público para a criação, manutenção e fortalecimento do emprego formal e da renda de milhares de famílias em toda a região.

O Brasil tem suas vocações antigas e novas já definidas e amplamente conhecidas, é preciso retomar o diálogo responsável em torno de projetos, programas e processos de desenvolvimento local e regional aproveitando ao máximo essas ditas vocações e por meio de uma legislação mais moderna, por meio da aplicação de tecnologias sustentáveis e do capital intelectual e empresarial do seu povo, retomar o crescimento rumo a próxima década.

Graça e Paz

Terça-feira, 28 de janeiro de 2020

## **Propostas para o desenvolvimento da Amazônia - 04**

Neste artigo vou economizar na introdução visto que os leitores que aqui chegaram devem ter lido em outros momentos quais os objetivos e como se comunicar comigo para promover críticas, debate, sugestão ou na pior das hipóteses, mandar por e-mail alguns emojis.

É fato que um dos fatores que mais emperram o desenvolvimento local, regional ou nacional é a tal carga tributária, portanto começo reafirmando que é preciso, necessário e urgente Zerar por 10 (dez) anos a contar de janeiro de 2020 todos os impostos federais para as indústrias (de qualquer segmento) que se instalarem nas cidades de fronteiras brasileiras com outros países pertencentes a esta região amazônia, como por exemplo Costa Marques e Guajará Mirim do estado de Rondônia, que faz extensa fronteira com a Bolívia; de maneira que nestas plantas de chão de fábrica os empreendedores comprovem por meio de projetos de viabilidade a contratação direta de no mínimo 250 trabalhadores com PROJETO INDUSTRIAL BÁSICO apresentado aos órgãos de fomento e de financiamento da União;

Como forma de incremento local para os estados, a exemplo de projetos que já existem em Rondônia, a União deve apoiar a implantação de ao menos três (03) CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS (estilo CEASA) podendo ser, no caso local de Rondônia, um na cidade de Vilhena, outro na cidade de Ji-paraná e outro na capital Porto Velho;

O governo federal deve Incentivar e apoiar técnica, jurídica e financeiramente a criação e o fortalecimento de Distritos Industriais em todos os estados da amazônia legal, no caso de Rondônia comporta ao menos cinco desses Distritos Industriais, sendo eles nos municípios de: Vilhena, Cacoal, Ji-paraná, Ariquemes e Porto Velho;

Incentivar caravanas de empresários de todo o país a conhecer as possibilidades e oportunidades de negócios no setor rural, agroindústrias, indústrias e do comércio de bens e serviços, em especial nos estados de Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá e no Pará e Acre ao longo do ano de 2020 como forma de captação de investimentos privados e a ampliação do capital empreendedor e de inovação do ambiente negocial; Desonerar o setor mineral e incentivar os processos de produção e comercialização dos minérios nas cidades da Amazônia legal que tenham comprovadamente aptidão mineralógica e também que a União possa promover uma maior flexibilidade jurídica e normativa (IBAMA) para os ativos florestais no sul da Amazônia, especialmente de Rondônia (controle dos déficits ambientais) onde já dispomos de vários estudos estruturados desde 2008 e apoio a formação de pólos moveleiros e de madeiras e essências florestais;

Definir o papel específico e consolidar a gestão da Administração Federal para o setor: fortalecimento da Agência Nacional de Mineração, através da informatização e modernização de sistemas, rotinas e procedimento internos, que coordenaria um sistema de gerenciamento de províncias minerais, em colaboração com organismos estaduais. Estas ações priorizam a descentralização, aumentando a responsabilidade dos estados na fiscalização da atividade;

O Estado de Rondônia então deve atuar para que as ações no setor mineral não sejam somente de estrita responsabilidade da União, para as necessidades do desenvolvimento mineral, e esta definição de atuação deve-se dar por meio da elaboração de uma política para a mineração no Estado, através do Plano Minerário do Estado de Rondônia, delimitando claramente as suas próprias funções, as da iniciativa privada, as da União, e órgãos públicos federais, através de gestões do Governo do Estado, junto a estes organismos;

O Governo Federal deve cumprir seu papel na área de recursos minerais, quanto à legislação e fiscalização, buscando que suas ações auxiliem a criar um ambiente para novos investimentos.

O governo federal deve de maneira urgente preparar a instalação de um POSTO AVANÇADO do BNDES em Porto Velho que dê abrangência a projetos do complexo Acre e Rondônia reunindo esforços técnicos, empresariais, de investimentos, inovação e tecnologias apropriadas para o desenvolvimento sistemático e sustentável da produção rural, agroflorestal e agroindustrial, elevando em quatro ou cinco anos o nível de trabalho, emprego, renda e oportunidades para as famílias da região e do referido bioma;

Apoiar o aceleração das pesquisas sobre as aplicações industriais do Nióbio, criando legislação específica e menos burocrática para a sua exploração, produção e a sua comercialização;

Modificar a legislação para associações urbanas e rurais, permitindo a formação de CENTRAIS com poder de VENDA no atacado e no varejo de seus produtos com selo diferenciado de comércio associativo e promover mudanças na legislação referente ao quantitativo mínimo de pessoas físicas para fundação de cooperativas de produção e de comercialização, incluindo um selo fiscal diferenciado para os tributos relacionados com o recolhimento da folha de pagamento dos funcionários e para o comércio internacional de produtos (na compra de insumos, máquinas e equipamentos e também na venda de seus produtos) REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA PARA AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO.

Vamos que vamos.

Graça e Paz.

Sexta-feira, 28 de fevereiro de 2020

## **Sistema agroindustrial da carne bovina.**

Quero desejar a todos que o mês de fevereiro de 2020 tenha sido maravilhoso para alguns de nós, ele finda amanhã, no sábado Santo.

Eu mesmo estive fora das minhas atividades normais. Férias e deslocamentos por ai, pelo Brasil.

Aeroportos e rodoviárias, aglomerados e muitas vistas diferentes.

Gente, minha gente boa, o povo sofre por falta de políticas públicas, informações e conhecimento, além, é claro pela corrupção, indiferença e toda a sorte de dificuldades impostas de cima para baixo, mas isso eu vou detalhar em outro momento, aqui quero me deter nos dados da ABIEC, SECEX, IBGE, CEPEA e BNDES compilados sobre o desempenho do ano fiscal de 2018.

Falo sobre os números fabulosos do desempenho do setor da carne no Brasil para aquele ano.

Vamos lá, em tópicos mesmo:

- 1.0 - O agronegócio da pecuária de corte movimentou R\$ 597,22 bilhões de reais;
- 2.0 - Consumiu R\$ 66,17 bilhões em insumos e serviços
- 3.0 - Abateu 31,90 milhões de cabeças
- 4.0 - Os frigoríficos tiveram um faturamento de R\$ 144,88 bilhões
- 5.0 - Faturamento total na pecuária foi de R\$ 104,01 bilhões
- 6.0 - Exportações de carne 24,118 bilhões
- 7.0 - Exportação de couro R\$ 5,20 bilhões
- 8.0 - Vendas de carne no mercado interno foi de R\$ 97,33 bilhões.

Referindo-me ao item 3.0 acima, registro que o crescimento do abate, em 2018, foi mais expressivo nos seguintes estados em comparação a 2017: Mato Grosso (+414,73 mil cabeças); Rio Gran-



de do Sul (+205,13 mil); Paraná (+157,50 mil); Rondônia (+125,93 mil); São Paulo (+122,73 mil); Tocantins (+86,94 mil); Santa Catarina (+44,32 mil); Minas Gerais (+33,88 mil) e Goiás (+27,90 mil).

Todos os esforços do meio rural nas duas últimas décadas em promover renda e emprego no campo e nas cidades, como fator de desdobramento natural, vem mostrando ao Brasil que sua vocação é realmente produzir alimentos para o mundo, por tanto, para um setor que já é responsável por quase 10% do PIB nacional há que se destacar incentivos, redução fiscal e uma pauta urgente de investimentos públicos, especialmente para a fixação de postos de trabalho para o atendimento de tanta demanda.

Vamos ao trabalho minha gente do meio urbano, o ano de 2020 já está a pleno vapor.

## **Estamos em tempos de crise.**

Bom dia, a todos os que me acompanham nessa jornada de vários artigos aqui do jornal eletrônico Gente de Opinião; faz dias que não nos encontramos na coluna e nesse tempo de receios muita informação, e às vezes também desinformação. O Corona Vírus se instalou na vida do planeta há mais ou menos 100 dias causando estragos na vida, na saúde pública e na economia, e por aqui, pelo nosso país o que vemos também são vários desencontros, especialmente nesses trinta e seis dias próximos passados.

Mais de 2.000 especialistas em saúde pública pipocaram na TV, nos jornais, nas rádios, nos quatro cantos do Brasil e lógico na casa do poder central. É fato que há várias equipes de cientistas muito bem preparadas espalhadas pelos cinco continentes e que estão há mais de 20 anos acompanhando, pesquisando, trabalhando e monitorando epidemias em todos os países.

Qual, exatamente, será, para todos nós o objetivo de alerta dessas atuais e modernas grandes possibilidades que a mobilidade extrema e essa tal vida conectada e em economia globalizada traz á tona, retratando-se como sendo um veículo de inúmeras moléstias, criadora de inúmeros cenários cinzentos e por vezes caóticos; ora, vejamos que o sistema de globalização, tão sonhado pelo comercio em 560 anos, é realmente mais complexo do que o câmbio entre 100 ou duzentos países.

Uma hora dessas realmente haveria de surgir um minúsculo e descomunal destruidor do dia a dia da rotina corrida, comercialista, digital e tecnologicamente urdida pelo desejo de poder que eleva á sexta potência o nosso estilo egoísta, imediatista, dinheirista e consumista – deste novo e atual modelo de vida no planeta.

Parece que isso ocorre em ciclos, que agora pela velocidade dos progressos das nações e pelo acesso quase ilimitado das novas tecnologias e da intensa mobilidade aérea impõe a todos nós esse

Corona Vírus traz grandes desafios a todos os líderes de todos os países, às empresas, aos governos e a sociedade civil como forma, talvez, de nos mostrar o que não estamos fazendo de bom nas cidades, com as nossas vidas, com as nossas famílias, com os nossos sócios a despeito de produzir e vender, e vender e consumir, essa mobilidade e a natural arrogância de nações, de pessoas e de empresas que acreditam que o seu sucesso é infalivelmente o espelho colocado diante de todos nós nesses últimos dias. Parece profecia, parece filme da década de noventa, apocalipticamente falando, parece filosofia, mas não é.

Felizmente este texto de hoje, tem a ideia, a vontade e a necessidade de gritar para você que me lê que está passando da hora de venceremos as nossas diferenças infantis e aproveitar essa crise instalada na saúde pública para resolver, ou ao menos encaminhar solução para os nossos problemas de distanciamento social, divisão política, divisão religiosa e de classes; podemos, pelo uso da razão e da sensibilidade, gerar aquilo que no Brasil nas décadas de 80 e de 90 eram a graça de uma convivência nacional harmoniosa, quando nós éramos felizes e nem sabíamos. Uma época em que nós tínhamos segurança nas cidades, produção no campo, emprego e trabalho nas cidades e que todos, ricos e pobres, olhávamos juntos para o Brasil do futuro.

Pergunto: em que lugar, em que momento nesses últimos 20 anos deixamos de lado a cultura brasileira da harmonia de pensamento nacional? Por onde ficou os elogios e a vontade solidaria de construir juntos o futuro das nossas famílias? Será mesmo que essas disputas ideológicas e politico partidárias valem mesmo a pena e valem mesmo as vidas de milhares de pessoas amigas e de nossas famílias?

É hora de retomarmos um plano prático e simplificado de futuro e de presente; mas de mãos dadas, sem trapaças e sem ilusão quanto a falsos profetas e falsos líderes. Tomar novamente, com sensibilidade e verdadeira liderança, as rédeas desse futuro que é de todos os brasileiros, caso contrário o que deixaremos para os nossos netos, aqueles que já nasceram e aqueles que ainda estão

por vir, não passará de ilusão para eles e muita vergonha para nós.

Quero deixar a todos essas questões para as suas reflexões e também quero fazer hoje um registro muito simples, dentro de tanto questionamento, quero dizer a todos que estamos preocupados com o contágio desse novo Corona Vírus COVID - 19 que a cura de todos os males do corpo está tá na terra (consumam água, chás, frutas cítricas, verduras, façam exercícios de respiração, tomem sol pelas manhãs e sejam alegres e amigáveis); também digo que a cura de todos os males da mente está no coração tranquilo, na simplicidade do carpe diem e também no poder individual da fé em Deus e na vida, pois a verdadeira liderança surge sempre em tempos de dificuldades extremas.

Graça e paz, Deus salve o nosso Brasil.

Sábado, 2 de maio de 2020

## Uma proposta de modificação da estratégia de pagamento pela Caixa

Entre o mês de março e abril, estamos vendo toda a sorte de erros e de acertos dos governantes, tanto no Distrito Federal, falo do Governo Federal, quanto nos palácios estaduais nas 27 unidades da República; olha minha gente, essa PANDEMIA COVID-19 está realmente tirando o sono e tirando do sério muitas autoridades públicas e também as lideranças empresariais e os representantes da sociedade civil após o período de férias e o carnaval, a ficha veio caindo para uns e, infelizmente, nem caiu ainda para outros, e isso faz com que o povo, de novo, sofra.

Uma das muitas ações do governo federal que assistimos desde a primeira semana do terceiro mês de 2020 foi essa decisão de colocar a CAIXA como unica pagadora do beneficio emergencial, votado no congresso e discutido certamente por mais de uma centena de proeminentes personalidades da República do Brasil.

Ora, quem sabe e conhece os sistemas e as plataformas por onde rodam as milhões de contas e poupanças do povo menos favorecido, sabe que o melhor sistema é o do Banco do Brasil, no setor publico e os do Bradesco e Itau no segmento privado, seguido do sistema de cooperativas de credito.

Vendo este mês de abril o sofrimento de milhões de compatriotas nas filas quilométricas em todas as capitais brasileiras e conversando com centenas de pessoas, amigos e familiares, vi que a coisa pode melhorar em MAIO e JUNHO, se o governo federal modificar a estrategia atual.

Simples, como devem ser as estratégias em tempo de crise, calamidades e guerra.

A CAIXA agora já sabe (a duras penas) quem pode realmente receber os valores de R\$ 600,00 e de R\$ 1.200,00 reais; pois bem, os

bancos BB, BASA, Banco do Nordeste, Bancos Estaduais (os que ainda existem), os correios e os bancos privados Bradesco, Santander, Itau e as cooperativas de crédito podem ser usadas, de acordo com uma normativa triangulada entre a União e o Banco Central (retirando as taxas bancárias de serviços e transferências - como um serviço de utilidade pública dos bancos) podem redefinir a plataforma e lotes de pagamentos que podem ser realizados entre os dias 12 e 27 de maio e depois o mesmo período em junho, desafoga certamente a CAIXA, e certamente poderá eliminar 90% essas filas, diluindo-as pelas agencias de outras casas financeiras.

É uma possibilidade plausível, modéstia a parte eu fiz questionamentos a vários profissionais do sistema financeiro na semana passada, e é exequível.

Para que o nosso povo não sofra nos próximos 60 dias mais essa humilhação, de muitas que sofrem, e para que não haja possibilidade de contágios por aglomerações, fica essa proposta aos líderes nacionais que tem, pelo voto sagrado do povo, a função pública de promover sempre os melhores caminhos.

Deus abençoe a todos este mês de abril que ora inicia.

Graça e Paz.

Sábado, 9 de maio de 2020

## **Sobre o comitê e o plano estadual de combate a COVID-19**

Março e abril já se foram e, na verdade, desde fevereiro o governo do estado de Rondônia está às voltas com reuniões, planos e programas relacionados com a PANDEMIA.

Nestes mais de 80 dias é verdade que muito foi planejado, o Plano Estadual de Combate à COVID 19 é um bonito documento colorido de 40 páginas onde vemos um esforço técnico especializado em apontar procedimentos para as possíveis soluções.

Mas passados este período, é fato que o Comitê de Combate a Crise e o documento elaborado precisam de revisão urgente.

O problema é de todos, não apenas de 11 ou 20 pessoas do CPA.

O governo de Rondônia precisa convocar as entidades do terceiro setor para o trabalho voluntário, que aliás, está sendo feito, mas sem o devido apoio do Estado; é também necessário e urgente convidar e convocar a força do agronegócio e das empresas comerciais e da indústria e serviços para a colaboração efetiva, que não seja apenas entregar documentos em reuniões virtuais e dar entrevistas semanais.

Repito, como um pedido e um chamado a razão: o problema de saúde pública, de segurança, de renda, de trabalho e de salvar vidas, afinal, é de todos.

O Comitê Estadual precisa de oxigênio e de recursos públicos e privados desde abril. E de outros e novos integrantes.

Com união, solidariedade, transparência e menos concentração e vaidades pessoais, poderemos avançar de maneira útil neste combate a PANDEMIA.

Caso contrário estaremos aqui em Rondônia, repetindo erros de outras sociedades paralisadas em suas formas incoerentes de comando e de soluções arcaicas e passadas de trabalho.

A COVID 19 é mesmo um convite da vida para o ser humano melhorar suas relações, sua visão de mundo e suas ações em relação ao coletivo do planeta.

É urgente essa oxigenação por meio de mudança de visão e de atitudes.

Quero citar por exemplo as questões da compra e das distribuições de EPIS para os profissionais de saúde pública e privada - precisa ser melhorada ontem, com o grau de transparência que a crise requer; a aquisição dos KITS de testes precisa ser revisto, pois 100 mil é muito pouco, em maio é preciso unir esforços para realizar ao menos 250 mil testes os quais podem ser facilmente organizados no TJ, no MP, no TCE no CPA e na Assembléia Legislativa.

Apenas realizando estes testes em 20 mil servidores públicos na capital já trará uma certa segurança para a sociedade local, em concomitante as 52 prefeituras precisam testar seus servidores e familiares - rapidamente se consegue mais 40 mil testados para depois seguir nas empresas com os empregados e trabalhadores urbanos e rurais.

Somando forças com as federações patronais e de trabalhadores e sua rede de sindicatos, em 20 dias certamente Rondônia faz os testes em mais 50 mil pessoas. Assim, poderemos ter uma mapa mais real do contágil.

Não é prudente deixar de dar as mãos (ainda que virtual) para sanar os problemas que são de todos nós.

O Estado apenas não conseguirá dar as respostas que 1 milhão e setecentos mil pessoas precisam.

Vamos pensar isso; mas, pelo amor de Deus...

Vamos agir juntos. Estado, sociedade civil organizada e empresas e empresários. Urgente minha gente.



## **O plano SAFRA precisa ser uma estratégia nacional para gerar empregos.**

A melhor e mais correta definição de PLANO SAFRA do governo federal brasileiro é assim definido no portal do ministério da agricultura: programa do governo federal responsável pela destinação de recursos para o financiamento da atividade agrícola de pequenos, médios e grandes produtores do Brasil.

Ou seja, o Plano Safra responde pelas as ações que serão direcionadas por 12 (doze) meses para o setor agrário brasileiro sempre entre o julho de um ano e junho do próximo, acompanhando o sistema de plantio e colheita nos diversos biomas do país.

Dito isto, defendo aqui uma ideia de que esta poderá ser a melhor estratégia do atual governo, para, mais uma vez, salvar o PIB nacional.

Em outubro do ano passado (2019) foi divulgado a consolidação dos números do censo agropecuário 2017 do IBGE que diz que no Brasil existe um total de 5.073.324 de estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área total de 351,289 milhões de ha, ou seja, cerca de 41% da área total do país.

Em relação ao levantamento anterior, feito em 2006, houve aumento de 5,8% na área ocupada, apesar da redução de 102.312 unidades rurais. O levantamento também mostra um total de terras indígenas que somam 117,639 milhões de ha e unidades de conservação espalhadas por 151,895 milhões de ha. Quando falamos em termos de áreas produtivas, tendo como referência, o mesmo documento citado acima, temos os seguintes números a ponderar:

a) na categoria com mais de mil hectares, são 51.203 estabelecimentos, que ocupam 167,227 milhões de ha.

b) O universo das propriedades pequenas, com até 100 hectares, são 2.543.681, em 7,993 milhões de ha.

c) foram identificados 77.037 estabelecimentos agropecuários sem área, ou seja, produtores que trabalham, por exemplo, com extrativismo e apicultura.

Quanto à utilização da terra, houve uma curiosa diminuição em 34% na área total de lavouras permanentes, ficando em 7,755 milhões de hectares, e de 18% nas pastagens naturais, que somam 47,323 milhões de ha.

Em outro sentido, as áreas dedicadas a lavouras temporárias cresceram 14% (55.761.998 ha), as de pastagens plantadas subiram 10% (112.174.148 ha), as matas naturais dentro de estabelecimentos agrícolas aumentaram 12% (106.574.867 ha) e as matas plantadas ocupam uma área 83% maior do que aquelas registradas no censo agropecuário de 2006 (8.658.850 ha).

Pois bem, com este mapa agrário em 2020, qual será o grande desafio da atual ministra do MAPA para que o setor rural possa, além de produzir mais e melhor, gerar também postos de trabalho e ocupação, tão necessários?

A resposta pode ser simples, mas em tempos de crise, as ações simples são detentoras de um viés soberano. O que os produtores pequenos, médios e grandes mais precisam agora é que os juros, os prazos, as carências e as condições do financiamento seja ágil, facilitado e de burocracia reduzidas.

Uma linha para as pequenas e médias agroindústrias deve ser urgente, especial para atender associações e cooperativas agropecuárias espalhadas por mais de 5.000 localidades.

A ação de governo é necessária, ontem; na medida em que os Bancos Oficiais, todos eles, possam operar com mais eficiência, simplificando seus processos e procedimentos de análise e liberação.

O governo precisa correr com os detalhes desse novo PLANO

SAFRA 2020/2021 pois tudo começa no dia 1.o de julho; falta, portanto apenas 39 dias.

Transformando o plano em uma estratégia nacional de geração de empregos no campo, possivelmente veremos famílias se deslocar das capitais para o trabalho na lavoura e na pecuária; gerando até 2 milhões de novas ocupações.

A produção de segurança alimentar interna e para o mundo é realmente a nossa grande vocação, desde sempre.

Vamos colocar em prática, sem demora.

Graça e Paz

Sexta-feira, 29 de maio de 2020

## **Adiamento da reabertura de parte da economia.**

Chegando o final de maio e vemos em Rondônia e na capital, distanciamento social entre Estado, Mercado e sociedade civil organizada, como nunca houve.

Essas últimas quatro semanas deveríamos ter ampliado o Comitê de Crises, deveríamos ter recebido oxigênio de ideias e formas melhoradas de tomar decisões para o bem de todos, mas vemos mecanismos simples que salva vidas e a economia relegadas ao esquecimento por parte daqueles que estão a frente de decisões estratégicas e de maior efetividade no caso do combate a COVID 19 nos municípios e na capital Porto Velho.

Mais uma vez, ostracismo e indiferença a participação de associações, sindicatos, empresas e da sociedade civil como um todo é marca dos novos tempos na administração pública.

Em tempos de crise, rezam os livros de história antiga e recente, que executivos de toda sorte, muitas vezes por assimetria com tempos normais, ou por vaidades e medos pessoais, retardam decisões simples e menos afetadas.

Por essa semana, aqui no nosso dia a dia de rondonienses, vemos quase 100% dos leitos de UTI ocupados, duas obras de reformas de unidades médicas em andamento e a distribuição de parques 100 mil testes rápidos para averiguação da doença chinesa sendo distribuídos para uma população de mais de 1.6 milhões (segundo o IBGE) e lockdown pipocando no interior.

**A segunda e a terceira etapas do plano estão comprometidas.**

E decisões urgentes para recompor e salvar vidas devem ser cobradas severamente.

Empresas (mercado) e a sociedade civil organizada devem provocar maior interesse em harmonizar suas sugestões e efetiva participação com o primeiro setor enquanto o leite ainda não foi todo derramado.

Graça e Paz

Quarta-feira, 3 de junho de 2020

## **Recursos da união alocados para o combate a pandemia passa de 300 bi**

No Portal do Senado Federal, o cidadão brasileiro tem acesso ao andamento dos gastos públicos em todo o território nacional - existe em razão da Lei de transparência, ferramenta que todas as casas de leis do país, poderia fazer publicar ao menos mensalmente; mas, enfim, naquele espaço virtual eu consegui, ao analisar uma tabela ali disponibilizada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, chamada INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS RECURSOS ALOCADOS PARA O COMBATE AO COVID-19 - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS, verificar dados bastante interessantes.

Para o enfrentamento da pandemia causada pela COVID 19, o Poder Executivo editou, até 25 de maio de 2020, um total de 21 medidas provisórias (MP) para a abertura de créditos extraordinários, no valor total de R\$ 303.291.818.239,00.

Realmente não é baixo o custo nacional para combater esse vírus Chinês; A maior parte do que já foi pago foi destinado para o Auxílio Emergencial, programa voltado a trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados.

O auxílio representou 76,54% dos gastos do governo relacionados à pandemia.

Em segundo lugar vem os programas de financiamento da folha de pagamentos, como é o caso do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Essa categoria representa 14,94% dos gastos relacionados à pandemia - já foram 17 bilhões liberados.

O enfrentamento da emergência na saúde pública aparece em terceiro lugar, com 8,99% dos gastos ou em valores financeiros a bagatela de cerca de 10,23 bilhões.

Os gráficos mostram que a maior parte do dinheiro foi liberado com o uso de Medidas Provisórias. Apenas 0,01% dos gastos vieram do orçamento regular para o ano.

Ao olhar a extensa tabela publicada, percebe-se por cada Ministério ou rubrica orçamentária o esforço do Poder Executivo nesses primeiros 5 (cinco) meses de 2020 em prestar o atendimento aos diversos municípios e estados, mas quero deixar abaixo os dados de dois, em especial: Os gastos do Ministério da Saúde e do Ministério da Cidadania e ao mesmo tempo uma visão que vou desenvolver em outro artigo em seguida: os recursos para o segundo semestre para o pagamento de tantos benefícios sociais para mais de 60 milhões de famílias brasileiras precisa ser revisito, possivelmente unificados, pois é fato que a arrecadação nacional possa cair severamente e uma nova estratégia será necessária a partir do final de julho, que já está vindo a passos largos.

MINISTÉRIO DA SAÚDE JÁ LIBEROU R\$ 34.836.546.022,00

- produção de medicamentos;
- estruturação e operacionalização de centrais analíticas para diagnóstico da doença;
- compra de “kits” de teste para detecção do Covid-19, bem como a ampliação da capacidade de realização de testes;
- aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), como máscaras, aventais, luvas, sapatilhas e álcool, usados por profissionais da saúde;
- aquisição de ventiladores pulmonares, destinados à distribuição a Estados, Municípios e ao Distrito Federal;
- disponibilização de leitos e instalações com capacidade de assegurar suporte respiratório;
- disponibilização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva;
- ampliação do número de profissionais da saúde em atuação no Sistema Único de Saúde;
- auxílios financeiros de R\$ 2 bilhões para Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA JÁ LIBEROU R\$ 158.777.720.957,00

- ampliação do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- pagamento de auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade no valor de R\$ 600,00;
- disponibilização de recursos para 85.250 agricultores familiares;
- atualização do cadastro único, assistência para pessoas mais humildes e auxílio para a manutenção das redes de assistência social.



Domingo, 7 de junho de 2020

## Proposta social para um Brasil melhor em 2020

No fechamento do mês do maio fiz pesquisa a respeito dos gastos públicos dos primeiros cinco meses deste ano e os comparei com o mesmo período de 2019, sem PANDEMIA, sem COVID-19 sem as inúmeras polêmicas que vemos no Brasil afora, entre outras mazelas, e me deparei com um dado importante que merece a atenção melhor das autoridades.

No portal do senado federal uma equipe de trabalho daquela casa, disponibilizou as informações sobre as solicitações de gastos da União, e naturalmente a saúde, segurança e ações emergenciais de assistência social foram os valores mais vultosos.

Dos 303 Bilhões já autorizados e transferidos aos estados e municípios, o Ministério da Cidadania, comandado por onyx Lorenzoni atualmente, é de longe o que maior fluxo houve: quase 150 Bilhões. E até o dia 30 de junho, certeza vai ser necessário mais 100 Bilhões.

Ora, desde o tempo dos meus primeiros cursos no SEBRAE, ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público e nos diversos outros relacionados com o tema, vi que há limites para tudo no orçamento e no financeiro, mesmo num país continental como o nosso, com uma arrecadação forte; mas, infelizmente com tantos buracos vazantes no momento de realizar essa execução financeira.

Temos um problema: cobertor curto para corpo grande, imenso.

É preciso fazer recortes e planejar minuciosamente as saídas no próximo semestre, e, dentre tantas ações que o Poder Executivo precisa realizar com a parceria necessária com outros poderes constituídos - passa por cortar gastos, privilégios que nem precisamos enumerar nessas poucas linhas.

Inclusive, este humilde articulista, pesquisador e escritor já fez menção em outras oportunidades e inclusive no meu livro ano

passado sobre o mal que tantos privilégios (mesmo legais) fazem nas relações sociais no país.

Realmente deverão ser inúmeras as ações, mas vamos nos ater ao social hoje.

Por meio de uma legislação grandiosa e extremamente rebuscada, o Brasil construiu em mais de 20 anos de debates, idas e vindas, o SUAS - Sistema Único de Assistência Social e tem com o Ministério da Cidadania e o Conselho Nacional de Assistência Social a responsabilidade de, unidos, em passo acelerado, apresentar propostas, ou acolher e executar.

Eu, mais uma vez digo, humildemente, apresento uma fórmula simplificada e emergencial: devemos urgentemente realizar a UNIFICAÇÃO DE TODOS OS BENEFÍCIOS SOCIAIS por famílias em situação real de miséria e vulnerabilidade social, pois sabemos que muitas vezes dois ou três benefícios aportam em um mesmo endereço, e vizinhos também necessitados, restam esquecidos pelo sistema; o que, longe de denúncias vazias, não é esse meu propósito, mas todos sabemos e vemos constatado por várias prefeituras municipais e comunidades as quais visitamos e conhecemos com alguma profundidade dado ao trabalho social e voluntário que exerço por meio das igrejas e do terceiro setor organizado de minha cidade.

Não se trata disso, denunciar ou falar de novo sobre o óbvio. Mas, trata-se de apontar uma proposta simplificada, de ação de governo.

É esta ação só acontece se os operadores legislativos e os membros do conselho nacional das políticas públicas de caráter social e assistencial trabalhar urgentemente juntos para regulamentar as formas e procedimentos para os próximos 06(seis) meses, dentro deste orçamento de 2020.

Em suma, trata-se de um benefício social UNIFICADO, reunindo os recursos em todas as fontes atuais do presente orçamento; onde o cruzamento das informações mostrará, por família,

aqueles que receberão (sugestão) o valor talvez de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) ou mesmo de um piso nacional de salários em vigor desde janeiro - dependendo das análises econômicas e perspectivas de arrecadação.

Isto eu coloco, depois de analisar os orçamentos e os financeiros dos exercícios de 2018 e 2019 e os comparar com este em curso. Caso haja uma união de esforços, rápida, possivelmente que mais de 18 milhões de famílias poderão ter uma melhor perspectiva para o fechamento desse ano, e uma grande campanha de mobilização de recursos internos nas três esferas do Poder Público, ou primeiro setor, deve ser também realizada para estancar a saída de valores que não contribuem com a paz social em tempos de pandemia.

Por exemplo, e não só aqui, mas em toda a estrutura do orçamento público desse exercício, há como retirar dos servidores públicos federais, em sua maioria, benefícios adicionais aos seus salários que por questão de contingenciamento e invocando regras constitucionais de bem-estar social, paz social e em razão da calamidade pública, não termos que realizar empréstimos, na medida em que uma parcela da sociedade tem entesourados em suas formas de remuneração, recursos que podem ser remanejados.

Há aqui, ainda uma grande necessidade de, realmente havendo união e esforços em conjunto os quais o momento e a situação requer, que empresas e empresários e grandes fortunas do esporte, da cultura, da música, do empreendedorismo e do comércio em geral, possam também aportar recursos, de livre iniciativa, para que moldem e realizem uma salvação plena da nossa economia.

Esses atores sociais e econômicos, já conhecidos, reconhecidos, renomados e abastados, podem participar e colaborar firmemente realizando efetivamente, cada um, e todos eles, um aporte de recursos para um FUNDO NACIONAL UNIFICADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA para o campo e as cidades. Apenas com união, trabalho, esforços de convivência pacífica e de ideias simplificadas, veremos o Brasil se reerguer em seis ou nove meses.

Eu particularmente acredito que nenhum de nós é tão bom sozinho do que a nossa união, serenidade e foco na solução coletiva dos problemas que não são de 10 ou 30 milhões de brasileiros, mas de aproximadamente 50 milhões de famílias que formam a nação.

Para aqueles que leram, até aqui, muito obrigado.

Para aqueles que têm poder de influenciar e de decisão, gratidão, e para aqueles (as) que lendo, ouvindo, debatendo, possam colocar essas e outras propostas desinteressadas em prática as bênçãos do Senhor.

Nenhum de nós é mesmo, tão bom, quanto todos nós, juntos e trabalhando uns pelos outros.

Deus salve o Brasil.

Graça e Paz.

Sábado, 13 de junho de 2020

## Como será o novo mapa das desigualdades em 2020

Esses dias, em uma de minhas pesquisas, fiz uma comparação dos dados do IBGE, do IPEA e outros organismos internacionais, entre esses, o que mede o Global Hunger Index By Severity - o Índice Global da Fome no planeta. E aparentemente, a PANDE-  
MIA poderá colaborar com uma sensível elevação desses registros até dezembro próximo.

Para aqueles que alcançaram salários fixos, rendimentos empresariais de 7 dígitos, compatíveis com um patrimônio de casas, camionetes cabine dupla, sítios, fazendas, empresas, rede social influente, viagens semestrais de férias pelo globo, entre outros benefícios que a vida moderna e cheia de conforto e tecnologias traz, esse tema não é relevante, mas, pasmem incomoda muito.

E, na verdade, aqui no Brasil, esse otimismo ilusório das classes de renda familiar acima de US\$ 2.500 mensais poderá cair por terra; e, logicamente, essa natural falta de sensibilidade com os demais ocupantes da base da pirâmide que está na raiz de todos os males sociais, poderá em tempos de crise ser revisada.

Mas, como tudo está interligado em economia, igual nos ecossistemas biológicos.

A sociedade humana, afinal de contas, imita, muitas vezes sem saber ou sem compreender, leis cósmicas e milenares, que para muitos, inclusive, os pretensos doutores mergulhados nas vaidades de suas teorias acadêmicas e cheias de retórica que apenas pretende manter os status quo alcançados, não compreendem.

No Brasil a divisão da população em classes socioeconômicas é baseada no Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), que é o levantamento feito pela ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) e surgiu em 1997.

É o critério mais utilizado pelos institutos de pesquisa de mercado e opinião, também é adotado pelas empresas do setor para classificar os estratos sociais.

Abaixo reproduzo o quadro que expressa esse critério de identificação das classes:

Estrato Sócio Economico	Renda Média domiciliar
A	23.345,11
B1	10.386,52
B2	5.363,19
C1	2.965,69
C2	1.691,44
D-E	708,19
TOTAL	2.908,32

Entre 2015 e 2018 apenas os estados do Tocantins, Santa Catarina e Paraíba tiveram registros de índices negativos na quantidade de famílias (ou seja, melhores posições), enquanto que os estados Sergipe, Bahia e Acre alcançaram nível superior a 5%.

Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE em 2018, mais de 27% da população brasileira (54 milhões de pessoas) estavam abaixo da linha da pobreza e o mesmo documento afirmava que seriam necessários 11 Bilhões de reais ao mês para a transformação desse quadro.

E antes que eu esqueça, vamos deixar aqui o registro ao querido e querida que me Leem: Pessoas que recebem menos eu 5,5 US\$ por dia são qualificadas pelo Banco Mundial como aqueles que estão abaixo da linha da pobreza.

Ora, todos sabemos que entre 2017 e 2020 muito tem ocorrido na “terra brasilis”, nos campos diversos, entre estes, no campo essencial da política, onde muitas mudanças estão sendo vistas e, às vezes, solenemente, desejadas; reformas que não acontecem, transformações na indústria de base, da construção civil,

da transformação e dos portos aliada a inexistência de planos estruturante decenais de políticas econômicas e sociais fazem com que Estado venha cuidando há algum tempo, apenas de Estado.

Vemos de quatro em quatro anos, partidos e pessoas que alcança o Palácio e as cadeiras do Congresso com suas fórmulas mirabolantes, as quais não tem dado e nem somado resultados.

O Brasil poderá findar 2020 com 16 ou 18 milhões de desempregados e um batalhão de mais de 30 milhões de jovens a procura de suas primeiras experiências profissionais e não encontrar.

Possivelmente que as repercussões sociais no novo mapa da pobreza e da fome que todos estamos ajudando a desenhar faça profundos impactos em todas as vidas.

Violência, crises de saúde pública, epidemias tropicais, acidentes de trânsito, assaltos, furtos, roubos, latrocínios e mortes violentas são itens dos indicadores sociais que impactam o estilo de vida de muitas cidades, e, na medida em que não há quem cuide, ou quem se preocupe, por vocação ou por profissionalismo, ou por atuação de representação política, estaremos desenhando uma próxima década estranha.

Planos, programas, projetos, unidade na diversidade, trabalho, conceitos regionais, elevação da autoestima e efetivo trabalho potencializador dos serviços públicos com foco no social, na economia e na segurança pública, com mais educação voltada para conceitos e práticas solidárias e de vida associativa e feliz, serão sim possíveis; é preciso voltar a crer nisso, mesmo que hoje muitos de nós pensemos e agimos como que isso ficou no passado.

Somos brasileiros, cuidemos sim, uns dos outros.

Ninguém fora das nossas fronteiras fará isso, e, por favor, não tenha dúvidas dessa máxima. Estamos em tempo de uma grande reconstrução nacional de valores, e isso não se faz sem quebrar privilégios inexplicáveis e sem acabar com esse sentimento de

que recursos públicos não tem dono.

Dinheiro público no Brasil tem dono sim. Somos todos nós: os contribuintes nacionais.

Façamos então o que é esperado por todos e está na Constituição e nos nossos corações e mentes, desde sempre.



8 de julho de 2020

## **SOBRE A PANDEMIA MUNDIAL DO COVID 19 E SEUS REFLEXOS**

Esse texto está como um post-scriptum, em razão de reunir aqui informações sobre os primeiros 180 dias do ano de 2020, onde, todos sabemos, veio até as sociedades do planeta a crise de saúde pública mundial que ficará conhecida como a pandemia do COVID 19.

Como bom pesquisador, transcrevo as características científicas de tal fenômeno para o registro histórico aqui nessa obra e aproveito para acoflar minhas singelas observações que possam ser úteis a quem fizer uso da leitura e possivelmente das várias sugestões, projetos e propostas elencadas.

A organização mundial de saúde (OMS) relata que uma pandemia é uma epidemia que atinge grandes proporções, podendo se espalhar por um ou mais continentes ou por todo o mundo, causando inúmeras mortes ou destruindo cidades e regiões inteiras. Sendo de início uma questão de saúde pública, os órgãos de controle e de combate a este tipo de crise focam sua atuação imediatamente em processos de identificação do chamado caso 0, orientando às autoridades meios de contenção e isolamento.

A respeito dessas medidas emergenciais e preventivas, logo em seguida vemos crise social e econômica, por efeito especificamente dessas restrições. Mostrando verdadeiramente como as relações são vinculadas e interligadas, inquietando sobremaneira a forma de produção, comercialização e consumo de bens e serviços de toda sorte nas comunidades locais, expandindo em nível global.

Para a economia de países desenvolvidos, em desenvolvimento ou empobrecidos e marginalizados os efeitos são muito semelhantes pois essa interligação de necessidades e interesses está conectada pelo globalismo e o que acostumamos a chamar nos últimos 30 anos de globalização; as economias são na verdade,

frágeis em todos os recantos do planeta.

Mas sigamos no conceito técnico. Quando uma doença existe apenas em uma determinada região é considerada uma endemia (ou proporções pequenas da doença que não sobrevive em outras localidades). Quando a doença é transmitida para outras populações, infesta mais de uma cidade ou região, denominamos epidemia. Porém, quando uma epidemia se alastra de forma desequilibrada se espalhando pelos continentes, ou pelo mundo, ela é considerada pandemia.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a pandemia pode se iniciar com o aparecimento de uma nova doença à população, quando o agente infecta os humanos, causando doença séria ou quando o agente esparama facilmente e sustentavelmente entre humanos.

Os critérios de definição de uma pandemia são os seguintes: a doença ou condição além de se espalhar ou matar um grande número de pessoas, deve ser infecciosa.

A OMS faz por meio de variadas equipes científicas espalhadas pelo globo uma espécie de monitoramento das inúmeras possibilidades de pandemia há mais de 40 anos; sendo que os exemplos mais próximos e conhecidos são : AIDS, tuberculose, peste, gripe asiática, gripe espanhola, tifo, coronavírus, e outras variações ainda não conhecidas, mas monitoradas nos cinco continentes

É importante saber que: o vírus ebola e outras doenças rapidamente letais como a febre de Lassa, febre de Vale de Racha, vírus de Marburg, e a febre de hemorragia boliviana são doenças altamente contagiosas e mortais com o potencial teórico de se tornar pandemias no futuro.

Vejamos bem, como é mesmo frágil a nossa vida aqui no planeta Terra, esse éden dado a nós pelo Pai-Criador e que devemos de maneira serena e sábia cultivar para que haja equilíbrio e futuro para todos nós da raça humana.

Pois bem, esse desafio que o ano de 2020 trouxe-nos está por aí fazendo vítimas há mais de 180 dias.

Nos estados unidos foram a óbito 128.000 americanos, no Brasil mais de 60 mil mortos, 44.000 na Inglaterra, 35.000 na Itália, 30 mil na França e na Espanha 28.000 feneceram; num universo atual (dia 03/07/2020) que nos aponta 10.720.000 infectados e um número geral de mortos registrando mais de 517 mil humanos.

São jovens, trabalhadores, religiosos, empresários, médicos, enfermeiros, auxiliares, políticos, negros, brancos, ricos, pobres, intelectuais, cantores, artistas, pesquisadores, profissionais de multimídias e pessoas anônimas e populares - são vidas que ficam tombadas.

Na sequência do medo, do alarmismo inconsequente e dos inúmeros erros de estratégia, todas as nações do mundo estão sendo colocadas em checkmate, e o que nos passa essa situação de tremendo desconforto é que realmente temos muitas coisas a evoluir no cuidado com a vida.

Como realmente é possível e aceitável que tenhamos sobras de economias desenvolvidas sendo aplicadas em guerras, armamentos, viagens espaciais e outras extravagâncias que consomem trilhões de dólares e euros ao ano, como que temos uma África quase inteira a passar necessidades e fome, como convivemos alegremente com tantos seres humanos classificados como abaixo da linha da pobreza e não conseguimos melhorar nossa visão e a nossa ação para o bem comum e uma qualidade de vida realmente melhor para os 8 bilhões de passageiros nessa nave planeta. Nosso lar.

Filosofia, muitos vão dizer, que seja; mas que mundo estamos preparando para o 2050 e para o 2100, com tantas divergências, tanta divisão e relegando o amor e a serenidade e a solidariedade, quando nos orçamentos públicos de mais de uma centena de países, falta investimentos na pesquisas, na saúde e na educação e segurança, mas vemos bilhões de recursos financeiros sendo mensalmente injetados em projetos e programas fantasiosos e

incoerentes.

Hoje também vi no whatsapp e em páginas do facebook que centenas de empresas europeias, russas, japonesas, americanas e brasileiras estão fechando, arruinadas por meros 100 dias sem estar em seu pleno funcionamento - quanta fragilidade não é mesmo?

Mas ainda vemos, mesmo assim, arrogância, fanatismo, vandalismo político, revoltas palacianas, ausência de responsabilidades básicas de inúmeros governos e milhares de empresas e sonhos indo pelo ralo.

Verdadeiramente esse ano é um marco indelével para que governos, mercado (empresas) e a sociedade civil organizada em todo o mundo, possamos dar um break em tudo e preparar novos caminhos, reduzir o ego individual e coletivo, no caso de religiões, partidos políticos e conglomerados econômicos que brincam de ser o dono do mundo.

O dono do mundo não está aqui, Ele nos deixou para prosperar e cuidar uns dos outros, realizarmos um legado de amor e união, de fraternidade e comunhão, visto que somos frágeis e impermanentes. Isso está escrito em todas as cartas religiosas, em todos os textos sagrados, está na tradição oral de todas as tribos humanas há mais de 10 mil anos. Basta calar um pouco, procurar, ler, ver, ouvir essa voz divina que realmente ecoa com digníssima sutileza: somos criatura humanas, mesma raiz genealógica, portanto todos irmãos.

Não há mesmo uma necessidade de feudos, bandeiras, divisões, supremacias, competições, mas ao contrário disso, resta-nos mergulhar mais no poder da construção e da condução desse mundo com mais distribuição, equidade, solidariedade, comunhão e preocupação com os que estão vivos e com aqueles que ainda estão por vir; reduzirmos nossas desigualdades e verificarmos que somos uno com o planeta é inenarrável alcance de sabedoria e paz.

Minha avó e minha mãe diziam que quando não aprendemos com o amor, vem a dor como educadora severa.

Parece que no limiar dessa década, existe uma educadora para o planeta chamada COVID 19 que, salvo um milagre, deixará marcas e um aprendizado global para todos os que sobrevivem com a responsabilidade de melhorar a próxima década e este século que está em curso.

Muitas coisas vão ser necessárias neste novo normal, recursos privados, recursos públicos, unidades na diversidade, reconhecimento de reais necessidades e estratégias de saúde, educação, segurança, transporte, logísticas, produção, distribuição de renda, mas tudo certamente passará por cada um de nós e depois, no coletivo humano, para as famílias, as empresas, as igrejas, as cidades, localidades remotas, as megalópolis, enfim, todo o planeta precisa depurar esses nossos pensamentos, sentimentos e práticas do egocentrismo.

Caso isso não ocorra, e imediatamente, sempre teremos esse tipo de percalços, seja em questões de saúde, guerras, trapaças e corrupção entre outras mazelas, sofrendo muito e vivendo no paraíso.

Basta olhar para os conceitos tecnológicos e científicos que se nos apresentam por meio de livros, trabalhos científicos renomados, vídeos do youtube, documentários e outros meios de difusão desses conceitos que os homens e mulheres mais sábios e de elevada cultura e QI nos últimos 100 anos têm relatado: não há outro planeta e outras formas inteligentes ou vidas humanas (assemelhados) aqui perto; planetas observados por equações matemáticas e concepções limitadas de conhecimento e capacidade tecnológica para tal empreendimento levariam dezenas de anos, centenas de anos para a constatação, possivelmente inócua. Então porque desperdiçar tantos recursos, tanta vaidade em alcançar o que talvez é inatingível para 10 ou 12 gerações próximas, quando o Criador nos deu esse presente perfeito que é a nossa vida biológica e inteligente num ambiente perfeitamente

desenhado, com tudo o que precisamos para uma vida feliz e abundante.

É mesmo filosofar, muitos vão blasfemar; mas esta é a verdade que se apresenta desde sempre, e que cegos, ególatras, facínoras, vaidosos de todas as categorias não percebem, portanto não defendem.

A próxima década será de muito trabalho para a reconstrução de famílias, cidades, economias e das nossas vidas; rever os conceitos e as práticas de nossas relações globais, talvez um retorno a vida simples e ao conceito tribal, local que possa nos trazer a paz que merecemos, mas também será preciso que cada um de nós se refaça de seus absurdos pessoais para que a boa energia que um dia já esteve convivendo conosco possa regressar e por aqui se instalar de verdade.

Graça e Paz.

12 de julho de 2020

## O ALTO PREÇO DA PROSPERIDADE A QUALQUER CUSTO

Muitos homens e mulheres, muitas tribos, cidades, nações e governos têm entrado para a história da humanidade. Existem inúmeros registros ao longo da nossa trajetória no planeta. Ricos e pobres, negros e brancos, mulatos, morenos, caucasianos, amarelos e outras raças compõem o colorido da criação de Deus. E nesse meio de nós sempre houve ganância, mentiras, manipulação e a busca de sobrepujar e derrotar outros para que a glória de um pódio efêmero possa ser de alguém.

Nos últimos 70 anos, curiosamente após os desfechos da II guerra mundial, fomos convidados a remontar todos os nossos conceitos e ideologias de relacionamentos culturais, religiosos e financeiros, mas eis que a corrida pelo tal pote de ouro das fábulas ou pelo pódio inseguro das vaidades reina de novo, e de novo. Petróleo, liderança na corrida espacial, segredos de Estado, alienígenas, pensamentos arianos, supremacia racial, ideologias de direita e de esquerda, fisiologismos, soberania nacional, prosperidade a qualquer preço tomaram novas formas desde 1970 e 1990.

Quando algum de nós analisa a performance econômica das nações vemos que a China é a bola da vez na tal (de novo) disputa e concorrência global. Uma das principais características do desenvolvimento econômico da China nos últimos 30 anos foi o expressivo aumento do comércio exterior.

No período compreendido entre 1975 e 2010, as suas exportações saltaram de US\$ 7,7 bilhões para mais de US\$ 1,5 trilhões, ao mesmo tempo em que as importações pularam de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 1,2 trilhões. Parece que aquela estória dos tigres asiáticos que tanto falaram na TV é real; os orientais são mesmo predadores famintos por dominar o comércio do mundo, para você fazer seu registro pessoal: eles estão hoje, em termos

de ranking mundial de riqueza, atrás apenas dos resultados dos americanos.

É fato conhecido que o governo chinês pegou de suas pesquisas infundáveis sobre o comércio internacional e sobre o modelo de produção capitalista da Europa e da América aquilo que os interessou e modelaram seu próprio estilo de progresso, aparentemente regrado a poucos escrúpulos e indiferença em relação a vida de seu povo, especialmente no que diz respeito a situações básicas de higiene e manipulação alimentar (sagrado do sagrado).

Várias vezes nos últimos 20 anos têm surgido, exatamente vindas do oriente situações de epidemias e outras mazelas de saúde humana, sendo esse o lugar de onde veio a famigerada pandemia COVID 19. Agora um grave problema de saúde pública mundial, de grau superior que veio espalhar uma sombra negra desde o início do ano. Infelizmente para todos nós, não são pequenos problemas das vilas e tribos locais ou de uma ou outra cidade da China, está no globo.

Com esse cenário desolador, a própria China registrou a primeira contração de sua economia tigrina nessas três décadas de tamanha prosperidade. O Produto Interno Bruto (PIB) do gigante asiático desabou 6,8% no 1º trimestre, na comparação com o mesmo período do ano passado, confirmando os efeitos causados pela pandemia.

Ganhar muito dinheiro para gastar muito dinheiro.

Bom, as economias do ocidente não são perfeitamente saudáveis sob o ponto de vista moral, em alguns casos; mas é importante que deixemos o destaque de uma coisa muito saudável para as relações de toda a ordem nas sociedades do lado de cá: temos eleições representativas, alternância de poder, democracia e liberdade de expressão, tribunais internacionais entre outras coisas que custaram caras aos nascidos há mais de seis décadas - foram eles que em épocas de luta e diálogo alcançaram essas belas



conquistas de direitos e, de deveres descritos em nossas cartas de convivência social, as Constituições.

Ao contrário, a China tem um único partido com mais de dois milhões de afiliados e um establishment pior do que as elites dominantes dos impérios econômicos do lado ocidental.

Eis aqui, a tal questão. A prosperidade econômica e social de um percentual das pirâmides nas diversas sociedades humanas precisa mesmo ser a qualquer preço? Onde dormem a ética, a fraternidade, a solidariedade e a prática necessária do amor ao próximo e da comunhão?

Realmente meus caros, estamos novamente passando por um novo e curioso período de guerra, e que guerra estranha é essa... Faço aqui outra pergunta ao meu caro leitor, não para desafiar sua inteligência ou seu ânimo, mas para uma pequena reflexão: É realmente sustentável uma sociedade, qualquer que seja ela, onde mais de 80 por cento dos locais sejam relegados a um ambiente de miséria e de subdesenvolvimento para que apenas, extraindo as classes sociais intermediárias, cinco por cento (5%) das pessoas tenha uma vida plena de conforto e facilidades com acesso quase ilimitado a tudo o que os dinheiros podem comprar?

Vamos investir ao menos 60 minutos desse seu dia para pensar, desnudo de hipocrisias e de ignorâncias, podemos todos, recorrer a uma meditação, uma reza ou uma oração pessoal, já que somos herança da cultura judaico-cristã; peçamos ao Deus de todos que envie o Espírito do bem para nos aconselhar e acordar.

Meu Senhor e meu Deus, onde foi que erramos entre a era dos "genghis khan" e essa realidade atual do partido comunista chinês; onde foi que erramos entre as cidades gregas e romanas e a comunidade europeia e mais ainda, onde foi que erramos entre o descobrimento da América e seu funcionamento nessa década de 20 disse terceiro milênio da Era de Cristo?

Possivelmente erramos nessa coisa da competição sempre contrapondo a cooperação, ou nas inúmeras mentiras e manipulações políticas e econômicas onde personalidades humanas carregadas de ego e personalismo sobrepuja o coletivo da vida em comunidades; talvez erramos nas escolhas desses modelos excludentes e temerários para a vida e a saúde humanas, onde Estados não estão cuidando de seu povo e onde empresas e gente próspera finge que tudo está bem. Como se nunca as mazelas e o descaso com as pessoas das bases das pirâmides sociais em todas as nações jamais os afetaria.

Eis aí um outro erro grosseiro dessa classe autointitulada como superior: todos somos humanos, DNA semelhante, fraquezas biológicas iguais, apesar dos pensamentos doentios de supremacia, somos mesmo todos irmãos.

Parece mesmo que já passa da hora de uma grave mudança em nosso modo global de pensar e agir, em nosso comportamento de humanos, com vista a nossa permanência e com possibilidades reais de vida plena para todos e uma possível sustentabilidade pragmática: a cooperação de todos com todos.

Não precisamos passar mais uma ou muitas vezes por guerras ou pandemias, a vida melhor é a vida simples, vivida em nossos locais sagrados de relacionamentos: as famílias, unidades básica de existência desde sempre; afinal, o bom da vida não acontece em lugares virtuais como a TV, o face book ou outras drogas midiáticas assemelhadas; a vida acontece é nas famílias, na escola, no trabalho urbano e rural, artístico e intelectual, operacional ou estratégico, nas empresas ou governos, e sempre com o objetivo nobre da sustentabilidade do gênero e da raça humana, com saúde, paz, prosperidade espiritual e o culto a este lugar de todos, ao nosso paraíso local, a Terra - legado material principal do Criador para as suas criaturas.

Graça e Paz.

**PROPOSTAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO BRASIL  
NA PRÓXIMA DÉCADA**

**Que sejam tempos de maior prosperidade social e econômica; com saúde; paz; justiça e menos desigualdade entre os brasileiros.**

## Propostas para o desenvolvimento sustentável do Brasil e da Amazônia

A próxima década é seguramente uma das mais importantes para que o Brasil ocupe em definitivo a sua posição hegemônica de principal ator nacional individual na América do Sul, liderando economicamente e produzindo alimentos, minérios e produtos intermediários de tecnologias sustentáveis para a industrial farmacêutica, química e metalomecânica, podendo inclusive em cinco anos equiparar sua potência econômica com outros países da América e mesmo da Europa.

Os ativos minerais e agropecuários existentes no Brasil impõem a criação urgente de políticas internas e soberanas de exploração que impulsionem a riqueza dos municípios onde essas vocações estão identificadas, sendo que uma reformulação nas áreas da legislação será imprescindível.

A criação de condições práticas e não utópicas de regularização fundiária para o setor rural em muitas áreas inexploradas em seu potencial de produção, a inexistência de legislação federal e estadual para a exploração mineral profissional, deixa de gerar em mais de 2000 municípios brasileiros quase 5 milhões de novos empregos.

Bem como uma intrincada rede impostos, taxas e obrigações que tornam a atividade econômica e o empreendedorismo um trabalho hercúleo para os brasileiros de pensamento e ação progressista.

Elenco aqui nessa obra, PROPOSTAS PARA A PROXIMA DÉCADA, com o sentimento de colaborar com teses simples e projetos de caráter inovador na atual química institucional, perversa com a iniciativa de empreendimentos e que, infelizmente tolhe ideias de crescimento da cultura e do capital empreendedor, bases de qualquer roteiro de progresso e sucesso para as nações.

Para cada uma dessas propostas elencadas há um pequeno detalhamento, posto que a obra não é de pretensão técnica de demonstrar viabilidade econômica, fiscal ou financeira, o que poderá ser devidamente realizado mediante os requisitos de pesquisa exaustiva, passível, naturalmente da requerida remuneração dos serviços profissionais de um economista.

Sendo que, profissionalmente, coloco-me a mim e ao meu grupo de amigos e colegas do escritório de desenvolvimento de projetos disposição de todos aqueles que queiram se aprofundar em cada uma dessas propostas aqui esboçadas.

Propostas para o segmento produtivo rural

1.0 - Criar para o setor produtivo rural na Amazônia um selo federal chamado: Alimento Sustentável da Amazônia Brasileira para um grupo específico de 25 (vinte e cinco) produtos regionais, com a efetiva redução em 50% das alíquotas federais incidentes na produção e comercialização desses, e, dar o livre trânsito para venda em todo o país criando a cultura de consumo nacional desses produtos fora do Brasil, mas também no mercado interno;

2.0 - Promover nos estados da Amazônia a definição de uma CESTA BASICA DE ALIMENTOS UNIFICADA, composta por 27 (vinte e sete) produtos regionais com ICMS também unificado de 5% de maneira que essa definição inovadora possa reduza o preço de aquisição para as camadas mais pobres das cidades amazônicas, criando um giro maior na produção e no comércio e oportunizando o consumo das famílias com menor poder econômico;

3.0 - Criar no âmbito dos 09 (nove) estados que compõem a Amazônia brasileira um fundo regional de contribuição das indústrias de produtos lácteos e também das indústrias de abate e beneficiamento de animais (frigoríficos com SIF e CIE) no valor de ½% (meio por cento) do valor da UPF praticada nos estados para cada 1.00 litro de leite processado para empregar na melhoria da qualidade da cadeia do leite e seus derivados e um outro no valor de 4.00% (quatro por cento) do valor da UPF praticada

nos estado para cada animal abatido (para o devido repasse aos fundos privados criados nos estados para a condução do PLANO PNEFA e seus encaminhamentos para a definição de áreas livres de febre aftosa sem vacinação e para um PROGRAMA REGIONAL DE QUALIDADE DO LEITE e seus derivados;

4.0 - Apoiar e exigir agilidade da EMBRAPA, em resultados e avanços em pesquisas de novos clones de materiais genéticos de café arábica adaptados em altitude nos municípios onde ocorrem essa produção, gerando o diferencial necessário para alavancar a produção e a produtividade desse grão;

5.0 - Simplificar e dar maior agilidade ao processo de Outorga do uso das águas nas pequenas propriedades rurais para a irrigação de cafezais e outras culturas permanentes em todas as áreas que compõem a região da Amazônia Legal, priorizando e incentivando programas locais de sistemas de irrigação de baixo consumo;

6.0 - Apoiar e incentivar a retomada da cultura e da pesquisa científica para o CACAU, dando efetiva condição para a reestruturação da CEPLAC e a criação de um programa específico de pesquisa na EMBRAPA;

7.0 - Determinar ainda em 2020 a transferência de domínio das glebas federais para o estado de Rondônia, com a devida autonomia legal para fazer a regularização fundiária e a consequente emissão de títulos; OBSERVAÇÃO: Existem hoje mais de 20 mil processos abertos pendentes para regularização no Programa Terra Legal em Rondônia.

8.0 - A União deve apoiar com recursos técnicos e financeiros aos governos estaduais na Amazônia, dentro de cada realidade local, de forma que exista uma garantia efetiva de rodar programas de regularização fundiária para assegurar elevação de produção e produtividade nas safras futuras, gerando inclusive garantias no setor rural de geração de oportunidades de milhões de empregos e novos postos de trabalho remunerado;

9.0 - Validar os TÍTULOS ANTIGOS emitidos pelo INCRA (CATP, CPCV, LO.) Esses, hoje, são documentos tratados como precários os quais são fato gerador de conflitos agrários colocando Rondônia como primeiro lugar em invasões e mortes, superando o estado do Pará que tem área geográfica 04 vezes maior que Rondônia. OBSERVAÇÃO: Estes documentos emitidos pelo próprio INCRA, hoje, a autarquia questiona sua validade e solicitam em muitos casos o seu cancelamento por descumprimento das cláusulas resolutivas existentes nos títulos emitidos na época;

10 - Reduzir a necessidade burocrática de informações e registro em papéis ou números ao corpo técnico e administrativo. Trabalhar com apoio de tecnologias de informações com recursos e registros através de programas e software diretamente do campo/propriedade rural.

11 - Ampliar a equipe técnica e de fiscalização do ministério da agricultura (MAPA) em todos os estados da região norte que desenvolvem a produção e a comercialização interna e externa dos produtos agropecuários, prestando assim melhores serviços de acompanhamento e orientação aos processos produtivos relacionados com as cadeias: vegetal e animal - em especial para a produção de carne bovina, na piscicultura, para a suinocultura, para a avicultura e também na fruticultura (agroindústrias);

12 - Criar urgente um Programa Federal em parceria com o governo do estado de Rondônia SALVE A CIDADE DE GUAJARÁ MIRIM por meio da regulamentação dos processos primários de produção - a ação necessária é modificar por legislação federal o atual quadro econômico e social do povo da cidade de Guajará Mirim promovendo a destinação de ao menos 17 (dezesete) áreas das terras da União (hoje reservas federais) cada uma com a capacidade de assentamento de pelo menos 200 (duzentas) famílias com 100 há cada interessadas em produzir alimentos de maneira consorciada e sustentável; Podemos visualizar 17 condomínios rurais sustentáveis com produção e organizados

em associações e cooperativas (centrais de compras e de vendas) para dar economicamente a viabilidade dessa produção que deverá contar com a União, o Estado e o município de Guajará Mirim na coordenação, execução e supervisão da cedência das áreas e na capacitação das famílias – sendo que a União pode determinar ao SENAR, ao SESCOOP e ao SEBRAE que apósem os esforços conjuntos para o sucesso desse programa;

13 – Acoplar nos Planos Safra, a redução em até 50% dos juros, elevação para 70 meses os prazos gerais dos financiamentos e concentrar a regularização fundiária simplificada para as propriedades rurais localizadas nos estados do AC, RR, RO e AP gerando possibilidades de elevação da produção e da produtividade do segmento produtivo rural, elevação de escalas de produtos comerciais e a geração de mais de 3 milhões de empregos líquidos na região;

14 – Projeto: condomínios de produção agroflorestal sustentável da Amazonia

Essa proposta é para promover a integração das regiões de fronteiras do sul da Amazônia brasileira, compreendidas aqui nos estados do Acre, Amazonas e Rondônia os quais estarão demonstrando ao mundo um modelo simples e de grande resultado, onde a exploração agroflorestal sustentável para famílias acomodadas em pequenas propriedades rurais, alcançam uma renda efetiva anual e mensal, por meio de um novo modelo associativo de gestão e comercialização, que traduz rentabilidade com respeito a natureza e aos seus limites de produtividade.

A Amazônia Legal brasileira é certamente uma região do país alcançada pelos olhos internacionais desde sempre, muito especialmente após a construção da estrada de ferro em Porto Velho, há mais de cem anos pelo empresário americano Percival Farquhar, e mesmo depois das incursões de Henry Ford no centro geográfico do estado do Pará e pela existência da mundialmente conhecida Zona Franca de Manaus, entre outros grandiosos projetos regionais; para ilustrar ainda essa observação abaixo re-



plicamos o mapa das bacias hidrográficas do maior aquífero do planeta que liga os oceanos Pacífico ao Atlântico, em meio a uma selva tropical, inexpugnável e repleta de muitas riquezas minerais e de origem vegetal e florestal, quase que intocadas pelas mãos e pela pesquisa nacional.

Mas no projeto aqui apresentado, ou proposta para a próxima década, seremos focados na integração de esforços da União, com os estados do sul da Amazônia, sendo eles o Acre, o Amazonas e Rondônia que já desenvolvem inúmeras parcerias institucionais, comerciais e de caráter público, desde meados da década de 80, para a promoção do desenvolvimento da região de fronteiras.

O projeto aqui chamado de CONDOMINIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA, traz conceitos de associativismo de resultados e do cooperativismo comercial de produtos agroflorestais da vocação territorial e geográfica das áreas de terras desses estados: AM, AC e RO como forma de apresentar ao governo federal um modelo de desenvolvimento do setor de produção rural com técnicas simples apreendidas no sul do Brasil e que podem gerar nesta região um processo de retirada de milhares de famílias da condição de dependências de projetos e programas sociais que além de necessitar milhões de reais em recursos da União e dos estados para a sua manutenção, retira das famílias aquilo que é de suma estratégia para o presente e o futuro da nação brasileira: suas dignidades e suas possibilidades de colocar-se como sujeitos ativos para a economia.

A proposta é bastante simples, sendo que há uma necessidade de investimentos da União para que a semente aqui desenhada possa vingar em 36 meses de intenso trabalho de cooperação entre as forças públicas e privadas, sendo um verdadeiro projeto de parceria pública e privada para o desenvolvimento da região com a elevação efetiva da renda familiar de 1.200 propriedades rurais de pequenos portes.

As 1.200 propriedades são aglomeradas em 04 (quatro) condomínios, ou regiões geográficas específicas, onde o projeto alcançará

300 lotes em cada região definida, alinhados ao projeto por meio de várias reuniões de orientação até a assinatura dos contratos de associado ao projeto onde constam direitos e deveres; esse processo de implantação, orientação e efetiva associação ao projeto leva até 12 (doze) meses.

A partir dessa identificação e assinatura dos contratos em início a fase de sua implantação efetiva com orientação e assistência técnica semana durante os dois (02) primeiros ciclos (safra) de produção quando cada uma das famílias será devidamente orientada e acompanhada por 24 meses em suas experiências de produção por uma equipe técnica multidisciplinar que realizará visitas semanais para prestar a devida Assistência Técnica para as famílias de produtores rurais associadas.

A região compreendida aqui no PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIOS AGROFLORESTAIS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL é iminentemente um piloto que, dependendo do seu sucesso, poderá obter uma futura expansão para outras regiões geográficas do bioma da Amazônia Legal, podendo, em cinco anos (2024) atender 12.000 famílias, tornando real a oportunidade de renda líquida de mais de R\$ 120.000 reais por ano para aqueles que se dispuserem a enfrentar esse desafio de mostrar ao mundo que é possível produzir com sustentabilidade e rentabilidade na Amazônia, respeitando a natureza.

As propriedades estarão desenvolvendo uma relação de no mínimo 07 produtos agroflorestais e um máximo de 14 produtos, da lista de 22 produtos, estudados para a região e concebidos como possíveis para a produção nos quatro condomínios determinados; essas quatro regiões já são existentes as vicinais necessárias ao escoamento da produção, a rede de energia elétrica apropriada e uma malha hidrológica para suprir as necessidades, sendo que poucas áreas podem necessitar de calcário ou outras reforços para a vitalidade da terra.

Os estados do AC, AM e RO, aderindo e facilitando o desenvolvimento desse projeto, em suas necessidades públicas, recebe-

rão, especialmente em suas capitais – Rio Branco, Porto Velho e Manaus os 80% do excedente de produção de todos os produtos dos quatro condomínios, gerando para a população os preços mais competitivos do que aqueles atualmente praticados pelo mercado, em razão das grandes distâncias percorridas por outros produtos de regiões do Centro Oeste e mesmo do sul do Brasil que, em razão da logística de transporte, encarecem esses produtos, atualmente consumidos em razão da inexistência de uma produção associativa de resultados que crie escala de produção frente a uma população total (considerando apenas as três capitais) de mais de 2,18 milhões de consumidores potenciais.

O projeto CONDOMINIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA baseia-se em princípios do associativismo e do cooperativismo de resultados, sendo uma execução supervisionada de suas diversas etapas de implantação e de acompanhamento das inúmeras rotinas que envolvem o preparo da terra, a semeadura, a criação de animais, o pastoreio, a assistência e supervisão das decisões diárias e o combate a pragas e doenças (zoonoses) que notadamente surgem no trato com vegetais, oleaginosos, tubérculos, pequenos animais e o gado de corte e de leite, bem como outros animais comum a nossa região tropical.

Desta forma, a proposta para a próxima década é composta de várias etapas que formam uma cadeia de atividades a serem gerenciadas e supervisionadas por uma equipe técnica multidisciplinar durante os 36 meses de sua implantação. Sendo que estes princípios associativos e também de cultura de cooperação para resultados, será diuturnamente incutido pelos técnicos e profissionais do agronegócio no seio das famílias participantes do projeto, com as quais haverá uma verdadeira simbiose de aprendizado.

Colocado em prática por uma equipe de coordenação geral e do grupo de assessoria, com as associações existentes em cada um dos condomínios uma rede associativa é criada e um CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA e os galpões de agro industria-

lização dos diversos produtos oriundos das 1.200 propriedades tem um fluxo de estoque, transformação, transporte e comercialização gerenciados por uma cooperativa onde todos são associados, tendo ganhos efetivos durante o processo de produção, na venda das matérias primas para as agroindústrias e logo após nas vendas realizadas pela cooperativa para os municípios do entorno das regiões geográficas dos condomínios e em especial para os mercados consumidores das capitais – Porto Velho, Rio Branco e Manaus.

O giro de produção nas 1.200 propriedade monitoradas, por exemplar trabalho de orientação e assessoria técnica, resultará em ganhos de produtividade mediante a aplicação de técnicas apropriadas ao cultivo da terra e ao manejo da produção agropecuária, aportando nas unidades agroindustriais do projeto os 80% de toda a produção nas safras referidas no plano de trabalho anual de cada condomínio.

Os valores anuais consignados como retorno para o empreendimento que pode receber recursos públicos ou privados, têm um retorno previsto de mais de R\$ 120 milhões de reais a cada ano (safra); gerando sustentabilidade às famílias, às associações dessas famílias e aos negócios da cooperativa criada para administração da massa de recursos.

15 - Ocupar o trajeto de Porto Velho (RO) até Manaus (AM) com pequenas cidades planejadas que integrem modelo e estilo de vida urbano e rural, promovendo um conceito simplificado de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Trajeto de Porto Velho a Manaus 890 km terrestre selva Amazônica (Amazonas) Cidades sustentáveis na br 319 Colonização racional e efetiva na Amazônia:

00 - PORTO VELHO SAIDA MARCO 0 - CAPITAL RONDONIA

01 - KM 100 CRIAR UMA CIDADE SUSTENTÁVEL (01)

02 - HUMAITA (AM)

03 - 100KM APÓS HUMAITA CRIAR UMA CIDADE SUSTENTÁVEL (02)

04 - ENTRADA DA RESERVA LAGO DO CAPANÃ CRIAR UMA CIDADE SUSTENTÁVEL (03)

05 - ENTRADA DO PARQUE ESTADUAL MATUPI CRIAR UMA CIDADE SUSTENTÁVEL (04)

06 - SAIDA DO PARQUE ESTADUAL MATUPI CRIAR UMA CIDADE SUSTENTÁVEL (05)

07 - CEM QUILÔMETROS ANTES DE MANAUS CRIAR UMA CIDADE SUSTENTÁVEL (06)

08 - MANAUS (AM) - CHEGADA DO TRAJETO RODOVIÁRIO

Com o propósito de demonstrar que há como desenvolver cidades sustentáveis na floresta amazônica respeitando o meio ambiente e produzindo alimentos e gerando novos modos de vida e integração com a natureza, o governo federal pode criar seis (06) núcleos de colonização humana no trajeto que liga a capital de Rondônia - Porto Velho a capital do Amazonas, cidade de Manaus, criando um corredor seguro de transporte de mercadorias e gerando nas cidades sustentáveis nesse trajeto modelos de produção agroflorestal controlada e de convívio social modelo para o futuro.

As seis cidades ou AUSUS, nome que pode ser dado de início, após serão cidades batizadas pelos seus habitantes, poderão se tornar unidades produtoras de gêneros de alimentação orgânica e também de essências florestais de alimentação alternativa para influenciar o modo de vida dos cidadãos de vida urbana nas capitais localizadas nos extremos geográficos do projeto: Porto Velho (RO) e Manaus (AM).

As cidades modelo sustentável no eixo da Rodovia BR 319 localizadas no trajeto Porto Velho (RO) a Manaus (AM) pode ser uma forma de promover a integração de um novo modo de vida

urbana (pequenas cidades) integradas com a floresta e de trabalho rural orientado para a produção de gêneros alimentícios que sirvam ao atendimento de Porto Velho, Humaitá (AM), Manaus e das próprias cidades desenvolvidas com um sistema integrado dedicado a promover ações de proteção ambiental, agricultura verde, produção orgânica e de consórcio de lavoura com a pecuária intensiva de pastoreio rotacionado e piqueteado com a aplicação de mecanismos e tecnologias de produção em pequenas propriedades de 20 há cada – sendo que as famílias associadas ao novo modelo trabalharam em propriedades rurais localizadas em torno do aglomerado urbano sustentável (AUSUS) em regime de participação coletiva do experimento de colonização efetiva.

Os seis (06) aglomerados urbanos sustentáveis são compostos por 4.000 casas dispostas em ruas iluminadas pela energia solar captada, disporão de núcleo de estudo e conhecimento e cultura composto por uma unidade escolar de ensino fundamental, uma unidade escolar de ensino médio e um centro de formação superior em ciências agrárias e florestais a distância para aqueles (as) alunos que alcançarem desempenho acima da média de 8.0 nos anos do ensino médio.

Os seis (06) AUSUS terão um centro de recreação familiar com 04 quadras poliesportivas, duas cobertas para 6.000 pessoas e um anfiteatro coberto para a prática de esportes e dança, música e teatro.

Os seis (06) AUSUS terão tratamento de água e esgotos para as 4.000 unidades domiciliares e outros prédios públicos e privados que serão instalados para o atendimento das necessidades dos associados.

Os seis (06) AUSUS terão quatro quadras comerciais cada uma com minimercados, farmácias, bibliotecas virtuais, academias cobertas de uso coletivo, uma sala de cinema e projeções culturais para 400 pessoas, centros de convivência familiar abertos (praças) e cobertos com jardins e ao redor das quadras uma ci-

clovia e uma calçada para a prática das caminhadas.

Cada uma das AUSUS terá um administrador e uma equipe de 14 pessoas pagas pelo governo federal nos cinco primeiros anos para a implantação do modelo de convivência e produção e trabalho, sendo que ao final do período, haverá uma forma diferenciada de gestão para essas AUSUS que será definido pelo poder público em consonância com o colegiado de cidadãos formados por cinco (05) indicados por cada grupo de 1.000 residências em votação simplificada monitorada pela equipe do administrador.

Os administradores e suas equipes são moradores dos núcleos dentro dos AUSUS, todas as moradias são iguais, casas tipo sobrado com sala, cozinha, garagem coberta, depósito, serviços, área livre coberta, sala de refeições na parte inferior e na parte superior uma suíte para o casal e dois quartos com dois banheiros podendo acomodar até 04 filhos na unidade familiar do projeto.

Para a sustentação alimentar imediata das 4.000 famílias em cada AUSUS serão disponibilizadas em lotes de 20 hectares cada unidade de produção, uma casa tipo sede com 02 quartos, sala, cozinha, despensa, dois banheiros, garagem coberta e sala de refeição para acomodação das famílias no período de produção de segunda a sábado, como ponto de apoio familiar; essas unidades serão 2.000 com aquelas famílias que têm efetiva e comprovada aptidão para o trabalho na terra, gerando a sustentabilidade alimentar do AUSUS e realizando a venda dos seus excedentes para Porto Velho, Humaitá e Manaus.

No início do aglomerado urbano (entrada geográfica do AUSUS) e na sua saída será oferecido aos profissionais de trânsito de cargas com destino a Manaus (AM) ou retorno a Porto Velho (RO) restaurante, banheiros públicos, sala de vídeo e diversão, posto de combustível, borracharia, oficina mecânica e serviços como lanchonete e barbearia ou salão de corte de cabelos masculino e feminino e uma farmácia para que não seja necessário o trânsito de caminhões pesados no aglomerado urbano ou nas unidades rurais sustentáveis, de maneira a preservar o modo de vida local.

Cada uma das AUSUS também terá uma Unidade Básica de Saúde e uma sala de cirurgias, um raio X, equipamentos básicos de imagem e desfibriladores, ainda com equipamentos moveis de UTI e uma equipe residente de 02 médicos, 04 enfermeiros, 06 auxiliares e seis administrativos e dois motoristas para duas ambulâncias.

Cada uma das AUSUS terá um galpão coberto em estilo mercado livre com 12 (doze) quiosques preparados para a venda dos alimentos produzidos como hortifrutigranjeiros, frutas, carne bovina, carne suína, frangos, ovos, peixes, grãos, ervas, raízes, farinhas entre outros produtos.

Os residentes associados ao projeto de implantação das cidades sustentáveis AUSUS no trajeto Porto Velho (RO) a Manaus (AM) pela rodovia federal BR 319 são reconhecidas no orçamento da União como Distritos Federais da Amazônia e portanto os valores para a sua realização, bem como da construção e manutenção dos trechos rodoviários, pontes, equipamentos de polícia rodoviária federal e outras associadas com o governo do estado do Amazonas será disciplinado em legislação federal específica que dará as garantias pelo período de 10 (dez) anos para a implantação, seleção das famílias interessadas no experimento de colonização e nos servidores que estarão desenvolvendo suas atividades de serviço público de educação, esporte, cultura, lazer, segurança pública e no setor de saúde, sendo os demais a cargo de empresas privadas ou entidades do terceiro setor, escolhidas em chamamento e seleção pública dentro dos moldes técnicos e científicos definidos para o bom funcionamento do modelo proposto de vida integrada com a floresta, de produção rural sustentável e de fixação dessas famílias nas respectivas AUSUS.

O total de famílias que serão assentadas nesse novo modelo são de 24.000 selecionadas também por edital de seleção pública com questionários voltados a cada um dos membros da família maior de 09 anos e que se declarem aptos e interessados no experimento, onde não pode haver desistência pelos primeiros 48 meses.



As famílias interessadas devem assumir o pagamento de uma taxa mensal simbólica de um (01) salário mínimo nacional para participar do projeto pelo período não superior a 10 (dez) anos, quando a sustentabilidade das AUSUS será declarada e os Distritos passarão a ser municípios do estado do Amazonas com estrutura de um prefeito eleito e um vice para mandatos de 04 anos, sem reeleição e com um conselho local de cidadania composto por 05 (conselheiro municipal) eleitos para mandatos também de 04 anos de acordo com a legislação eleitoral em vigor à época.

A metodologia das AUSUS é promover um ciclo virtuoso de produção, trabalho, desenvolvimento, convivência e harmonia humana que resulte em um modelo de vida local sustentável, criando laços de pertença e de núcleo humano com o tempo de 10 anos, sendo que as inúmeras possibilidades sociais e econômicas sejam acompanhadas e monitoradas pelo exército brasileiro que fará pesquisas semestrais de acompanhamento e supervisão nos seis (06) ASUS, medindo suas condições de produção, convivência, interação com os passantes e com as comunidades já consolidadas dos municípios de Porto Velho, Humaitá e de Manaus, revelando agregação de costumes locais perenes e transitórios, bem como a inserção gradual de tecnologias para cada um dos inúmeros processos sociais desse modelo aplicado e acompanhado no meio da floresta.

Custos ou investimentos para a construção dos trechos da rodovia 319, considerando o que já existe hoje no marco zero Porto Velho (RO) até a saída do município do HUMAITÁ (AM) e a chegada a capital Manaus (AM) em torno de 300Km, o projeto carece de providenciar 588 Km de asfalto em formato especial para as áreas moles e alagadiças do bioma da Amazônia o que requer pelos valores atuais das tabelas PINI convencionais a bagatela de R\$ 945 milhões de reais e um ciclo de construção de aproximadamente 36 meses, sendo que ao longo desse período as AUSUS podem ser construídas e equipadas enquanto o governo e o exército brasileiro providenciam as seleções específicas para os futuros residentes.

Todas as AUSUS e também as propriedades rurais do seu entorno geográfico deve custar o montante aproximado de R\$ 1.885.000.000,00 e pode ser executado por um consorcio de empreiteiras onde cada uma se dedica a execução de uma unidade para garantir economia e a pronta entrega no prazo máximo de 36 meses, tempo em que os trechos também divididos em consorcio de empreiteiras, cada uma fique responsável pelo trecho de 98 Km.

A implantação dessa proposta de colonização do trajeto que liga duas cidades já centenárias e que exigem na próxima década a ousadia da união de esforços e propósitos de vencer as barreiras legais, impostas por 40 anos de isolamento em razão da descrença de um modelo sustentável de convivência e de harmonia com a floresta amazônica poderá ser real com a implantação bastante simples e muito bem orientada pelo Estado brasileiro com a supervisão de seu exército, instituição que mais e melhor conhece das realidades dos núcleos humanos já existentes; sem contar que a rodovia em 10 ou 15 ou 20 anos promovera a chegada de mais produtos e serviços para essas unidades AUSUS e para a capital do Amazonas, cidade de Manaus que contará com uma fonte inesgotável de produtos e alimentos sustentáveis como selo da própria Amazônia e do seu jeito de vier garantido para as próximas gerações.

Os recursos não são elevados e os desafios não são impossíveis de vencer; basta ao governo federal buscar internamente a funcional programática e ajustar com o governo do estado do Amazonas e com o congresso nacional a forma mais rápida de dar início a esta obra de inovação no cenário regional com efeitos de caráter internacional, mostrar que o brasileiro sabe aproveitar os potenciais da Amazônia com planos e estratégias de colonização sustentável.

O governo Juscelino Kubitschek fez uma capital federal em 60 meses, contra todas as previsões pessimistas da década de 50; como não haveremos de construir e também inaugurar seis cidades sustentáveis (?), integradas ao bioma amazônico em um

período de 36 meses (?); vamos certamente dar início a um novo ciclo de vida naquelas paragens.

Propostas para o segmento do transporte, logística e do comércio de bens e serviços

16 - Apoiar a cultura da exportação - Implantar, regularizar a área da ZPE- Zona de Exportação em Porto Velho e de Guajará Mirim e melhorar a produtividade do porto de Santana do Macapá; trabalhar a regularização do marco legal, cedência de áreas ao longo dos portos para a implantação da zona de processamento e exportação com os devidos incentivos estaduais e federais existentes para atrair grandes investimentos de empresas de exportação e indústrias e agroindústrias de processamentos via a hidrovía do rio madeira, visando atender os países andinos, e a redução da logística fluvial para exportação aos países do norte da América, para a Europa e os países da Ásia;

17 - Buscar uma solução técnica e política definitiva para o asfaltamento e recuperação da BR 319 no trecho de Porto Velho até a cidade de Manaus (890 km), visando criar ambientes de produção e estimular as negociações e comercialização dos produtos do agronegócio neste importante mercado consumidor de mais de 2.5 milhões de pessoas.

18 - Criar ou determinar as condições jurídicas e reais para a criação e a instalação de 06 (seis) DISTRITOS FEDERAIS DA AMAZÔNIA como incentivos para o reassentamento urbano e rural no perímetro da BR que liga Porto Velho (RO) ao Amazonas executando obras de construção desses distritos ao longo do trecho com a construção de 100 em 100 Km, comportando ali um número aproximado de 24.000 unidades habitacionais urbanas e a regularização fundiária e a doação por 25 anos de 4.000 áreas rurais de 20 hectares cada, localizadas no entorno desses DISTRITOS FEDERAIS DA AMAZONIA SUSTENTÁVEL - cidades sustentáveis modelo para o assentamento de 4.000 famílias rurais em cada um desses distritos federais da Amazônia, desde que os mesmos sejam declaradamente interessados;

19 - A União precisa realizar antes do exercício de 2022 a duplicação da rodovia federal BR 364, no trecho de Vilhena até Porto Velho como forma de promover a elevação do atual nível de negócios na região do sul da Amazônia e como forma de preservar vidas humanas que tem sido levada por uma situação de aparente abandono nos últimos 04 anos, quando o índice de acidentes em razão da má conservação tem registros estarrecedores;

20 - Apoiar a iniciativa privada para a instalação de novos modernos e ampliados portos em regime de Parcerias Públicas e Privadas (PPP) nas cidades de Porto Velho (RO) e de Guajará Mirim (RO), Santana de Macapá (AP) de maneira que haja uma maior e mais eficiente saída de produtos pelo Oceano rumo aos mercados do norte da América, Oriente e Europa, utilizando o canal do Panamá como rota de escoamento; e ainda, promover a devida agilidade pela Polícia Federal (questões normativas) para a melhor função de fiscalização do comércio dos produtos nas regiões de fronteira do estado de RO como Costa Marques, Guajará Mirim e também operar as modificações normativas e estruturais no processo de implantação da alfândega do AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO VELHO que ainda não opera pousos e decolagens para outros países em razão de pendências administrativas neste setor federal;

21 - Criar para os 09 (nove) estados da Amazônia, um selo de livre comércio na Amazônia Legal como uma distinção regional para a produção e a comercialização interna dos produtos sustentáveis com uma alíquota de ICMS unificada de 12% (doze por cento) - realizando imediatamente (2020) essa solicitação conjunta dos governadores ao Ministério da Fazenda nas reuniões do conselho CONFAZ;

22 - Estender os trilhos de Porto Velho até Vilhena/RO e posteriormente interligar aos modais de Mato Grosso à região produtora de grãos da cidade de Sorriso/MT, pois já foi comprovada a viabilidade técnica e econômica da ferrovia. Em estudos realizados pela empresa Brado, subsidiária da Rumo, especializada no transporte de contêineres, aponta que existe uma demanda

reprimida para o transporte de 20 milhões de toneladas/ano de produtos que virão em contêineres pela ferrovia. Os trens que sairão carregados de grãos do cone Sul de Rondônia e norte de Mato Grosso para o porto Terminal Hidroviário do Rio Madeira vão retornar com insumos para o agronegócio, combustíveis, produtos industrializados, o que justifica economicamente a extensão dos trilhos pela Malha Ferroviária do Estado de Rondônia - MAFERRON.

Propostas para o fortalecimento do terceiro setor.

23 - Reduzir todos os impostos cobrados pela UNIÃO, ESTADOS e MUNICIPIOS em 70% para todas as organizações sociais de educação, assistência social e de saúde com atuação comprovada de mais de 05 (cinco) anos de funcionamento continuado e que prestem serviços de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer e relacionados com associativismo rural de maneira a elevação de sua capacidade de trabalho e fortalecimento de seus projetos e atividades, trazendo assim oportunidade dessas organizações gerar postos de trabalho e emprego e renda;

24 - Apoiar efetivamente aos programas de voluntariado em todas as associações, institutos, fundações privadas com o aporte federal nestas organizações de recursos financeiros de 02 (dois) salários mínimos por um período de 30 meses como forma de fomento; os recursos serão utilizados para o ressarcimento de despesas com transporte, alimentação, vestuário, EPI e material de consumo necessário ao desempenho das atividades relacionadas com os projetos dessas entidades, desde que ela e o voluntario estejam no CADASTRO NACIONAL DA PESSOA VOLUNTÁRIA - coordenada pela Casa Civil da Presidência da República. As prestações de contas devem ser enviadas de 180 em 180 dias por meio de formulários eletrônicos em formato web.

25 - Criar um fundo solidário nacional com doações financeiras de grandes empresas e de filantropos brasileiros que possam realizar depósitos ou transferências de valores mensais mínimos de R\$ 25 mil reais para que a União possa apoiar efetivamente com recursos projetos sociais em toda a Amazônia de valores

individuais de até R\$ 100.000,00 e de duração de até 24 meses. Criando e mantendo um Banco Nacional de Projetos sociais sustentáveis que possam garantir a transferência de conhecimentos, produção sustentável e a geração de trabalho, emprego e renda para populações ribeirinhas, tradicionais e do meio urbano que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

26 - Realização de uma Parceria entre as prefeituras das capitais que tenham distritos ribeirinhos a montante e a jusante de rios principais navegáveis para que um barco hospital e quatro lanchas possam ser adquiridos para um amplo programa local de saúde possa ser realizado com o apoio financeiro de 10 (dez) das principais empresas e com uma organização do terceiro setor qualificada tecnicamente e gerencialmente para a execução das ações propostas em viagens com as equipes de saúde ao longo do ano, levando assistência direta as comunidades existentes na área da Amazônia.

27 - Criar uma forma de pagamento ou remuneração social para os presidentes de associações urbanas e rurais de caráter comunitário de 01 (um) salário mínimo mensal como forma de reconhecimento financeiro por seus serviços de utilidade pública prestados no exercício de seus mandatos, bastando para isso apresentar nos órgãos federais destinados em legislação, cópia autenticada em cartório do registro nacional de entidades reconhecido pelo CNPJ emitido pela Receita Federal e cópia autenticada em cartório da ata de sua eleição e posse como dirigente.

28 - Dar total isenção de pagamento do ITCMD, em todo o território nacional, para as transferências de doações privadas de imóveis urbanos e rurais para as organizações da sociedade civil que tenham pleno e comprovado funcionamento de 24 (vinte e quatro meses).

## Apoio Cultural



CENTERPLÁSTICA  
Dedicação que valoriza a sua Beleza

## Apoio Cultural



**AGRORONDÔNIA**

**PURINA PORTO VELHO**





Apoio Cultural



**DISTRIBUIDORA COIMBRA**  
*Sempre com você!*



## Apoio Cultural

